



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

LUANA LETICIA REFFIEL MENTA

**PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA: AVANÇOS E DESAFIOS NA
PRÁTICA SOCIAL**

ERECHIM

2024

LUANA LETICIA REFFIEL MENTA

**PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA: AVANÇOS E DESAFIOS NA
PRÁTICA SOCIAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul - PPGPE – UFFS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Almir Paulo dos Santos

Linha de pesquisa: Linha 2: Pesquisa em
Educação Não-formal: Práticas
Político-Sociais

ERECHIM

2024

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Menta, Luana Leticia Reffiel
PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA: AVANÇOS E
DESAFIOS NA PRÁTICA SOCIAL / Luana Leticia Reffiel
Menta. -- 2024.
157 f.

Orientador: Pós doc Almir Paulo dos Santos

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Erechim,RS, 2024.

I. Santos, Almir Paulo dos, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

LUANA LETICIA REFFIEL MENTA

**PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA: AVANÇOS E DESAFIOS NA
PRÁTICA SOCIAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação
Profissional em Educação da Universidade Federal da
Fronteira Sul - PPGPE - UFFS - Curso de Mestrado.

Esta dissertação foi defendida e aprovada pela banca em:
29 de agosto de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Almir Paulo dos Santos – UFFS
Orientador

Prof.^a Dr.^a Adriana Salete Loss - UFFS
Avaliadora

Prof. Dr. Valdecir Soligo – UNIOESTE - PR
Avaliador

Prof. Dr. Moises Marques Prsybyciem - UFFS
(Membro Suplente)

ERECHIM- RS
2024
AGRADECIMENTOS

Agradecer no dicionário quer dizer “mostrar ou manifestar gratidão, render graças, penhorar, reconhecer”, e eu tenho muito a agradecer!

Em primeiro lugar quero mostrar ou manifestar gratidão pela Universidade Federal Fronteira Sul - Campus Erechim, pelo suporte e recursos oferecidos na jornada acadêmica, que foi enriquecida com dedicação e excelência dos professores e funcionários da universidade, que não medem esforços para que uma educação de qualidade aconteça.

Ao coordenador do curso de Programa de Pós-graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul - PPGPE e para minha alegria o meu orientador, Prof. Dr. Almir Paulo dos Santos, por todas as orientações, ligações e mensagens de whatsapp. Agradeço imensamente pelo conhecimento compartilhado, pelas palavras de incentivo e pela paciência demonstrada em cada etapa do processo. Sua dedicação e compromisso foram inestimáveis, e suas orientações não apenas enriqueceram meu trabalho, mas também ampliaram minha compreensão e desenvolvimento acadêmico. Sinto-me privilegiada por ter tido a oportunidade de contar com um orientador tão empenhado e inspirador.

Aos queridos professores avaliadores Prof.^a Dr.^a Adriana Salette Loss e Prof. Dr. Valdecir Soligo, gostaria de expressar meu mais sincero agradecimento pela leitura atenta e cuidadosa do meu trabalho. Apreciar e incorporar as observações e sugestões de dois profissionais tão renomados é uma experiência extremamente enriquecedora.

Aos municípios que aceitaram participar da pesquisa e prontamente colaboraram para a elaboração deste trabalho, pensando sempre na primeira infância como foco ao planejar ações que contribuam com a sociedade.

Quero expressar meu mais profundo agradecimento a minha família, ao Gustavo, ao meu amado filho Lucca e à minha adorável filha Laura. A compreensão, apoio e incentivo de vocês, foram fundamentais em cada etapa desta jornada. Agradeço sinceramente por aceitarem e apoiarem minha paixão pela educação e pela pesquisa, e por estarem ao meu lado, celebrando comigo em cada fase do projeto. Cada conquista foi ainda mais especial porque tive a oportunidade de compartilhá-la com vocês. Amo profundamente cada um de vocês e sou eternamente grata por todo o amor e apoio que sempre me ofereceram.

À minha mãe e aos meus irmãos, quero dedicar um agradecimento especial, pelo carinho e cumplicidade que demonstraram em cada etapa dos meus estudos. O apoio e amor

que recebi de vocês foram fontes constantes de motivação e força. Obrigada por estarem ao meu lado, celebrando minhas conquistas e oferecendo apoio incondicional ao longo desta jornada. O amor de vocês fez toda a diferença e foi fundamental para que eu chegasse até aqui.

Aos meus amigos, cunhadas e colegas de trabalho, que não vou conseguir nomear aqui, mas que sabem que cada um teve um papel fundamental e importante na minha trajetória, gratidão por me incentivarem e entenderem a minha ausência em alguns momentos.

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a Mariele, pelo seu trabalho excepcional na correção ortográfica e linguística do meu projeto. Sua atenção aos detalhes e expertise foram fundamentais para aprimorar a qualidade do meu trabalho. Pelo profissionalismo com que você abordou cada aspecto da revisão. Sua contribuição foi essencial para que o texto alcançasse o nível de clareza e precisão que eu almejava.

Quero reconhecer a importância dos meus colegas de turma: Andréa, Andreia, Aline, Bruno, César, Claudiane, Crislaine, Diuliana, Édina, Eliana, Juliana, Jéssica, Letícia Luana, Letícia, Luana, Lucinéia, Maritânia, Melissa, Paula, Sandra, Sheila, Salete e Willan.

Vocês foram fundamentais em tornar esta jornada acadêmica mais rica e prazerosa. Aos três mosqueteiros que alegravam nossas aulas, às meninas de longe e às meninas de perto, e especialmente às minhas companheiras de carona, Aline e Andréa, muito obrigada por todo o companheirismo e pelos momentos compartilhados.

Aos grupos de estudo, às jantãs e cafés literários, cada experiência foi marcada por aprendizado e camaradagem. E como esquecer das confusões com as Luanas e as Letícias, que certamente desafiaram nossos professores até que finalmente nos conhecessem melhor!

Cada um de vocês tornou este processo mais leve e gratificante, pois, mesmo nas dificuldades, sabíamos que tínhamos uns aos outros para compartilhar alegrias e desafios.

Gratidão!

RESUMO

O presente trabalho consiste no estudo da implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) em dois municípios do Rio Grande do Sul. Tem como objetivo analisar o processo de implantação do PMPI, seus avanços e desafios na agenda das políticas públicas no estado do Rio Grande do Sul. O Plano Municipal pela Primeira Infância é desenvolvido num processo democrático e participativo, com participação de diversas secretarias e órgãos públicos da administração municipal, poder legislativo, judiciário e sociedade civil. A pesquisa foi articulada, pensando na criança como sujeito integral, respeitando e incluindo-a no município como cidadão. Analisa o Marco Legal pela Primeira Infância, que recomenda a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, o qual tem como objetivo central abordar a articulação entre os setores da administração pública, construído de forma participativa e democrática. A metodologia utilizada envolve a pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas com os gestores da Secretaria Municipal de Educação e Saúde, de dois municípios do Rio Grande do Sul. As entrevistas foram gravadas com o auxílio de um aplicativo de *smartphone* e transcritas. Para analisar os dados coletados, utilizou-se da Análise de Conteúdo, de Bardin (2016). Após a análise dos dados, este estudo revelou que muito ainda tem que se avançar no processo de implementação do PMPI. Conclui-se que, além do trabalho intersetorial, são necessárias mudanças efetivas nas políticas públicas na primeira infância. Avanços significativos têm sido observados, como o reconhecimento da importância da primeira infância, investimento na formação dos profissionais, ampliação do acesso à educação infantil, mas, também, existem desafios importantes a serem enfrentados, como financiamento inadequado, articulação entre as políticas públicas, monitoramento e avaliação. Por fim, o trabalho ainda conta com o Produto Final, na perspectiva de intervenção. Para isso, foi organizado um *e-book* com indicativos de experiências democráticas e como elas podem contribuir na divulgação e implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância.

Palavras-chave: primeira infância; políticas públicas; plano municipal pela primeira infância; educação infantil.

ABSTRACT

The present work consists of the study of the implementation of the Municipal Plan for Early Childhood (PMPI) in two municipalities of Rio Grande do Sul. Its objective is to analyze the process of PMPI implementation, its progress, and challenges within the public policy agenda in the state of Rio Grande do Sul. The Municipal Plan for Early Childhood is developed through a democratic and participatory process, with the involvement of various municipal administration departments and public bodies, the legislative and judicial branches, and civil society. The research was articulated with the child in mind as a holistic individual, respecting and including them in the municipality as a citizen. It analyzes the Legal Framework for Early Childhood, which recommends the development of the Municipal Plan for Early Childhood. The plan's central objective is to address the coordination between public administration sectors, built in a participatory and democratic manner.

The methodology used involves qualitative research, with semi-structured interviews with the managers of the Municipal Departments of Education and Health from two municipalities in Rio Grande do Sul. The interviews were recorded using a smartphone application and transcribed. To analyze the collected data, Bardin's (2016) Content Analysis was employed. After analyzing the data, this study revealed that much progress is still needed in the PMPI implementation process. It concludes that, in addition to intersectoral work, effective changes in public policies for early childhood are required. Significant progress has been observed, such as the recognition of the importance of early childhood, investment in professional training, and the expansion of access to early childhood education. However, important challenges remain, such as inadequate funding, coordination between public policies, and monitoring and evaluation. Finally, the work includes a Final Product from an intervention perspective. For this, an e-book was organized with indicators of democratic experiences and how they can contribute to the dissemination and implementation of the Municipal Plan for Early Childhood.

Keywords: early childhood; public policies; municipal plan for early childhood; early childhood education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD/IBICT	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
CF ou CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
COMDICA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente
FREIAG	Fórum Regional de Educação Infantil do Alto Uruguai Gaúcho
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MIEIB	Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil
MLPI	Marco Legal da Primeira Infância
PI	Primeira Infância
PIB	Produto Interno Bruto
PMPI	Plano Municipal pela Primeira Infância
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPI	Plano Nacional pela Primeira Infância
PPA	Plano Plurianual
PPGPE	Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação
RNPI	Rede Nacional da Primeira Infância
RS	Rio Grande do Sul
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNCME	União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
2 PERCURSO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS	18
3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS PELA PRIMEIRA INFÂNCIA: AVANÇOS E DESAFIOS.....	27
3.1 Primeira Infância: inspiração e transformação social	27
3.2 Prioridade e qualidade na Primeira Infância	39
4 ESTADO DO CONHECIMENTO: CONSTRUÇÃO SOCIAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA.....	47
4.1 Políticas Públicas e ações que priorizam a Primeira Infância	60
4.2 Aprendizagem na Primeira Infância	62
5 CAMINHOS METODOLÓGICOS	64
5.1 Pesquisa Bibliográfica	66
5.2 Pesquisa de Estado do Conhecimento	68
5.3 Pesquisa Documental	68
5.4 Pesquisa de Campo	71
5.5 Análise de dados	72
5.6 Comitê de Ética	74
5.7 Produto Final	75
6 ESTRUTURA DO PMPI: CONTRIBUIÇÃO DA INTERSETORIALIDADE MUNICIPAL NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA	76
7 IMPACTOS E RESULTADOS DO PMPI: UMA ANÁLISE DE DADOS NOS MUNICÍPIOS DO RS.....	85
7.1 A Inserção da Primeira Infância como foco do planejamento	87
7.2 Contribuições da intersetorialidade no PMPI	92
7.3 Práticas e desafios na elaboração do plano	96
7.4 Indicativos e experiências destacadas no planejamento pensando nas infâncias...98	
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICES	119
ANEXOS

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A diferença entre a adaptação a um estímulo físico e um ato mental corresponde a que o último importa na resposta a uma coisa em sua significação o que não se dá no primeiro caso. Um ruído pode fazer-me dar um pulo, sem que o espírito participe desse ato. Se um ruído me faz correr e procurar água e apagar um fogo, estou a reagir inteligentemente; os sons significavam fogo, e fogo significava a necessidade de ser apagado. Tropeço em uma pedra, e com um pontapé a faço ir parar a um lado; procedo de modo meramente físico. Se a arredo para um lado do caminho, de receio de que alguém nela tropece procedo inteligentemente; reajo a uma significação que a coisa tem. Assusto-me com um trovão, sabendo ou não sabendo que é um trovão mas provavelmente não o sabendo. Mas se disser, alto ou comigo mesmo, que é um trovão, reajo ao fato perturbador em sua significação. Meu procedimento tem um valor mental. Quando as coisas possuem para nós uma significação, temos consciência do que fazemos; se não a possuem, procedemos cega, inconsciente, ininteligentemente.

(John Dewey, 1979, p.31).

A primeira infância é a fase inicial da vida; todos passamos por essa fase, pelas descobertas e experiências. É preciso pensar na criança que fui, na criança que meus filhos são, guardar a nossa criança interior ao longo da vida e não a deixar no passado, carregar consigo marcas positivas de uma infância, com belas recordações, com sentimentos e afetos que, a qualquer tempo, possam se fazer presente.

Que o olhar de encantamento, espanto e admiração não se percam com a vida adulta, que a disposição e a motivação sejam uma constante não só na primeira infância, mas ao longo da caminhada como ser social e histórico. Nas palavras de Freire (2015), é uma tarefa importante, que todos possam assumir seu papel social.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos [...] (Freire, 2015, p.42).

Em consequência do meu trabalho com a Educação Infantil, fui criando um vínculo e um amor por essa etapa, e percebendo o quanto os municípios fazem, ou não fazem, pela primeira infância - PI. A presente pesquisa irá abordar a importância da PI e como esse plano fez sentido para minha vida profissional. Justifica-se a escolha do tema, pensando na abordagem intersetorial, na integralidade da criança.

O tema da primeira infância vem sendo destaque em encontros, fóruns e debates com especialistas. Desse modo, investigaremos que municípios, no Rio Grande do Sul (RS), implantaram o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI)¹, quais as contribuições e relevância do plano e, com base nisso, instigar a implementação do PMPI em um município que pertence à mesorregião do Noroeste Rio-grandense e à microrregião de Erechim, na região do Alto Uruguai.

Colocar em prática um Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) é pensar no coletivo; é pensar que a criança, mesmo antes de nascer, já é concebida como parte da sociedade. Pensar a cidade pela perspectiva das crianças é basilar para a construção de uma sociedade com problemas reduzidos, compensando tendências negativas, oportunizando qualidade de vida.

Dado que o PMPI é um instrumento de gestão para a implementação de políticas públicas, apto a consolidar o sistema de garantia dos direitos das crianças, previstos na Constituição Federal - CF (1988) e o Marco Legal da Primeira Infância - MLPI (2016), necessita de um diagnóstico da situação de vida, progresso e aprendizagem das crianças. Além disso, de ações intersetoriais do município, para defender que os direitos das crianças sejam, integralmente, atendidos, e propósitos que permitam avaliar as políticas planejadas.

Como é um instrumento de planejamento intersetorial, de longo prazo, que tem como referência o Plano Nacional pela Primeira Infância - PNPI² e tem o propósito de atingir metas do poder público para a realização, progressão e defesa dos direitos das crianças, tem fases de ordenamento, como a composição do comitê intersetorial³, diagnóstico, metodologia e planejamento, redação do PMPI, aprovação do plano pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), elaboração do Projeto de Lei para encaminhar à Câmara de Vereadores e posterior homologação do Prefeito Municipal, sancionando a Lei.

¹ O Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) é um instrumento político e técnico, construído em um processo democrático e participativo, com o envolvimento das diferentes secretarias e órgãos públicos da administração municipal, Poder Legislativo, Judiciário e sociedade civil.

² O Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI) é um documento político e técnico, que orienta decisões, investimentos e ações de proteção e promoção dos direitos das crianças na Primeira Infância.

³ O comitê intersetorial é formado por representantes governamentais, sociedade civil e crianças do município.

A fim de cumprir essas etapas, relembro minha experiência profissional, que passou por várias fases. Iniciei como professora de Educação Infantil, etapa pré-escola, em uma Escola de Educação Infantil particular; fui acolhida pela escola e pelas crianças e, principalmente, pelos pais, o que, pontuo aqui, como fundamental para essa importante fase da educação.

No ano seguinte, assumi a coordenação da referida escola, com a aproximação de todas as etapas da Educação Infantil - creche e pré-escola⁴. O contato com o desenvolvimento dessas etapas me chamou a atenção. Saliento, aqui, minha percepção sobre a existência de ações isoladas, que acontecem no dia a dia da escola. Vejo a Educação Infantil como espaço promotor da participação, do protagonismo da criança para o seu desenvolvimento integral. A proposta do plano é agregar essas ações, interligar saúde, educação, assistência, e ter a criança inserida na comunidade, como um ser participante.

Essas novas vivências me motivaram, após a graduação, a buscar uma especialização em gestão escolar e, ao ingressar como professora da rede municipal, iniciei minha caminhada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, na orientação pedagógica da Educação Infantil. Surge, então, a necessidade de buscar mais conhecimentos e transformar o meu fazer pedagógico em experiências. Atuar no colegiado do Fórum Regional de Educação Infantil do Alto Uruguai Gaúcho (FREIAG)⁵, possibilitando a troca de experiências, reflexões e aprendizado é uma maneira de formação continuada.

Pensando nas experiências vivenciadas na Educação Infantil, a intenção da minha pesquisa⁶ é evidenciar o potencial da Primeira Infância, e o Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) tem a possibilidade de ampliar esses horizontes, como diz Sartori e Pereira (2019, p. 23),

se configura pela investigação, planejamento e execução dos processos pedagógicos no espaço escolar e dos processos de formação de professores para a Educação

⁴ A Educação Infantil passa a ser dividida etariamente (e não, necessariamente, por unidade, como no Ensino Fundamental e Médio) por: creche, para bebês de 0 a 1 ano e 6 meses; creche, para crianças de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses; pré-escola, destinada a crianças de 4 a 5 anos e 11 meses.

⁵ O Fórum Regional de Educação Infantil do Alto Uruguai Gaúcho é uma entidade autônoma, suprapartidária e interinstitucional, ligada ao Fórum Gaúcho de Educação Infantil (FGEI) e ao Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB). Desde 2017, acompanhamos os movimentos de luta por uma Educação Infantil pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade social, para todas as crianças de 0 a 6 anos, conforme a carta de princípios do FGEI:

<https://forumgauchoeducacaoinfantil.blogspot.com/2018/08/carta-de-principios.html?m=1>

⁶ A linha de pesquisa fundamenta-se pela Linha de Pesquisa 2: Pesquisa em Educação Não-formal: Práticas Político-Sociais, que tem o objetivo de investigar processos históricos, políticos e culturais dos sujeitos envolvidos no processo educativo de emancipação humana e para a cidadania.

Básica, havendo também atenção à metodologia de ensino e à aprendizagem, ao sistema educacional brasileiro e suas políticas e gestão educacional.

Com o ingresso no Mestrado, ficou ainda mais evidente pensar no Marco Legal da Primeira Infância e na importância de os municípios implantarem o Plano Municipal pela Primeira Infância. Pesquisar sobre essa temática é impulsionar a contribuição não somente para a minha vida profissional, mas ampliar as oportunidades no município no qual atuo, de proporcionar uma primeira infância com um plano intersetorial, visando garantir o direito das crianças.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), destaca-se a importância da intersetorialidade, na meta 1, estratégia 1.14, ou seja,

fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância (Brasil, 2014, p.17).

Soma-se a isso a Lei nº13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a Primeira Infância, no art. 6º, e enfatiza que

a Política Nacional Integrada para a primeira infância será formulada e implementada mediante abordagem e coordenação intersetorial que articule as diversas políticas setoriais a partir de uma visão abrangente de todos os direitos da criança na primeira infância (Brasil, 2016, p. 2).

Com base nisso, a pesquisa vem ao encontro de que os objetivos de trabalhar em conjunto com saúde, assistência e educação contribuem para todos os setores e sujeitos envolvidos.

A ideia é avançar no trabalho intersetorial, articulando ações que visem ao atendimento integral e integrado da criança, trazendo o Marco Legal e o Plano Municipal pela Primeira Infância, que, conforme o art. 227, da Constituição Federal:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, p.132).

A elaboração do PMPI tem como referência central o Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI), aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente

(CONANDA), em 2010, que é uma carta de compromisso do Brasil com suas crianças. O documento traça diretrizes gerais para o governo e a sociedade civil na defesa, promoção e realização dos direitos das crianças de até seis anos de idade, com marco final em 2022, e tem como princípios a prioridade absoluta dos direitos da criança, o respeito à criança como sujeito e indivíduo, a integralidade da criança, o respeito às diversidades étnicas, culturais e geográficas, a inclusão, a integração da visão científica e humanista, a articulação dos entes federados, dos setores da administração pública e entre a sociedade civil e governos (Brasil, 2022).

No decorrer do ano de 2022, observei que muito tem se falado sobre o Plano Municipal pela Primeira Infância, inclusive a União dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME-RS - propôs, em vários momentos, diálogos, abordando o tema e fazendo reflexões de qual infância temos para as nossas crianças e qual infância queremos.

Nesse sentido, a introdução do Plano Nacional da Primeira Infância enfatiza que:

Tornou-se lugar comum afirmar que as crianças são o futuro da nação e que a forma mais inteligente de promover o desenvolvimento de um país é investir na primeira infância, protegendo e desenvolvendo o potencial das crianças nos primeiros anos de vida. Defende-se a mesma ideia de forma inversa: o país que não cuida de suas crianças não terá um futuro melhor do que o presente. Se essas afirmações fazem parte do discurso corrente, é porque as constatações das pesquisas e dos estudos acadêmicos foram absorvidas pelos políticos, pelos gestores, pelos profissionais da primeira infância e por grande parte da população. Já não há mais dúvida de que investir na infância, garantindo a todas as crianças condições dignas de vida e equidade social, gera ganhos sociais e econômicos superiores aos produzidos por quaisquer outros investimentos, além de sedimentar as bases de uma sociedade democrática (Brasil, 2020, p.12).

Investir na infância, nessa perspectiva, é priorizar a base, o início da vida. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, de 1996, já apresenta, em seu art. 29 que “a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996, p. 22).

Além do mais, o Guia do Plano Municipal pela Primeira Infância, desenvolvido pela Rede Nacional da Primeira Infância, detalha as ações, define a intersetorialidade e a coparticipação; define o cronograma, calcula os custos e propõe o orçamento, que será negociado com a Secretaria de Planejamento, ou com quem se ocupa da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do Plano Plurianual (PPA) e dos orçamentos anuais (Brasil, 2017, p. 31).

Pensando que lugar de criança, também, é no orçamento público, trabalhando com foco na intersetorialidade e no diálogo entre as secretarias, visto que educação e saúde caminham juntas, desde a gestação do bebê até o ingresso na creche, as famílias e crianças terão vez e voz, terão uma cidade pensada por elas e para elas. Tendo isso em vista, essa pesquisa busca responder o seguinte problema: em que medida o Plano Municipal pela Primeira Infância contribui para a ampliação do direito à educação das crianças em municípios do estado do Rio Grande do Sul?

Desse modo, o objetivo geral é analisar o processo de implantação do PMPI, seus avanços e desafios na agenda das políticas públicas no Estado do Rio Grande do Sul. Os objetivos específicos, os quais vão estruturar o caminhar da pesquisa, estão constituídos no formato que segue:

- Construir um aporte teórico referente às políticas de implementação dos PMPI, gestão pública intersetorial municipal;
- Identificar em quais municípios do Rio Grande do Sul o PMPI está implementado, evidenciando seus avanços e desafios para a agenda de políticas públicas no âmbito municipal;
- Analisar os avanços e desafios da implementação do PMPI na agenda de políticas públicas no âmbito municipal;
- Implementar o PMPI e um *e-book*, disponibilizado de forma *on-line*, como indicativo para a construção social da criança.

A metodologia utilizada envolve a pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas com os gestores da Secretaria Municipal de Educação e Saúde. Posteriormente, foram encaminhados ao Comitê de Ética, pela Plataforma Brasil, documentos obrigatórios para construção da pesquisa.

Esse trabalho está organizado em quatro etapas e revela uma pesquisa qualitativa, elaborada por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de Estado do Conhecimento e pesquisa de campo. A primeira etapa diz respeito ao estudo bibliográfico, que verifica trabalhos acadêmicos, em busca de conceitos que foram utilizados na pesquisa. Procurando referências sobre a primeira infância, observa-se que alguns autores têm papel fundamental na construção desse trabalho. Ariès (1986) proporciona um breve histórico sobre a história social da infância; Dewey (1979) apresenta que o desenvolvimento da inteligência humana depende da educação, das experiências, e Fochi (2021) oportuniza às crianças a curiosidade, a criatividade e a autonomia.

A pesquisa documental foi contemplada na segunda etapa, sendo um complemento da primeira. Para a coleta de dados, buscaram-se informações em alguns documentos; foram analisados materiais como o Plano Nacional Pela Primeira Infância; o Marco Legal da Primeira Infância; o Guia para elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância; a Cartilha Plano Municipal pela Primeira Infância: um passo a passo para a elaboração; Planos Municipais pela Primeira Infância: uma análise das prioridades na promoção e defesa de direitos; Leis Municipais, que instituem o Plano Municipal pela Primeira Infância, no Rio Grande do Sul.

A terceira etapa da pesquisa é uma peça fundamental: o Estado do Conhecimento⁷. Faz-se necessário salientar que, ao buscar as referidas publicações, o aporte foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT), combinando as palavras-chave “primeira infância” + “marco legal da primeira infância”, com um quantitativo de doze títulos encontrados, e “plano municipal pela primeira infância”, com oito títulos em todos os campos. Nota-se uma certa carência de pesquisas acadêmicas abordando a implementação do plano para Primeira Infância.

A quarta etapa é a pesquisa de campo, importante para extrair dados e informações, de modo a reunir elementos para a documentação.

Sendo assim, a dissertação inicia com um breve histórico entre o ideal e o real sobre a Primeira Infância; a constituição social da primeira infância com o Estado do Conhecimento; as ações que priorizam a Primeira Infância, com o envolvimento das políticas públicas e a aprendizagem nesta etapa.

Após essa introdução, o próximo capítulo aborda o percurso da Primeira Infância, que compreende a fase dos 0 aos 5 anos e 11 meses da criança, um período extremamente importante, no qual ocorre o desenvolvimento de estruturas e circuitos cerebrais, bem como a aquisição de capacidades fundamentais, que vão aprimorar as habilidades futuras mais complexas. Na sequência, apresenta-se o capítulo que debate sobre as políticas públicas educacionais na Primeira Infância, as quais envolvem várias áreas, tais como: assistência social, saúde, educação, cultura, direitos humanos, direitos das crianças e dos adolescentes.

Posteriormente, versa-se, no capítulo do Estado do Conhecimento, a construção social da Primeira Infância. Após, apresentam-se os caminhos metodológicos: pesquisa

⁷ O Estado do Conhecimento é a identificação, registro e categorização, que levam à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.

bibliográfica, pesquisa do Estado do Conhecimento, pesquisa documental, pesquisa de campo e comitê de ética. Por fim, o produto final, análise dos dados e cronograma da pesquisa.

2 PERCURSO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS

A geração da infância está, por consequência, num processo contínuo de mudança, não apenas pela entrada e saída dos seus actores concretos, mas por efeito conjugado das ações internas e externas dos factores que a constroem e das dimensões de que se compõem (Sarmiento, 2005, p. 366).

Pensar na Primeira Infância com amor, estímulos e cuidados é fundamental para solidificar o caminho para que a criança desenvolva seu potencial. Como afirma Ariès (1986, p. 51): “[...] até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido”. Até o final da Idade Média, a criança era percebida e tratada como um adulto em miniatura.

A infância dessas crianças foi privada de brincadeiras, respeito e oportunidades de vivências, por um longo período. Conforme a pesquisa de Ariès (1986), explicita-se que as crianças passaram por representações, como: um ser angelical, “um *clergeon*”, depois a comparação ao “menino Jesus” e, após, uma representação de “criança nua”; isso tudo no século XIII.

[...] sob a aparência de um rapaz muito jovem, de um jovem adolescente: um *clergeon*. [...] que eram educadas para ajudar à missa, e que eram destinadas às ordens, espécies de seminaristas [...]. O segundo tipo de criança seria o modelo e o ancestral de todas as crianças pequenas da história da arte: o menino Jesus, ou Nossa Senhora menina, pois a infância aqui se ligava ao mistério da maternidade da Virgem e ao culto de Maria [...]. Um terceiro tipo de criança apareceu na fase gótica: a criança nua (Ariès, 1996, p. 52-53).

Na mesma obra, podemos considerar a história social da infância, a identificação dos sentimentos da criança mediante representações e estudos iconográficos. A criança, antes, era vista como uma “tábula rasa”⁸, desprovida de ideias, uma caixa vazia, que precisava ser preenchida. Ariès (1986, p.14) afirma que “[...] era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais”. Desse modo, as crianças eram parecidas com os adultos na maneira de se vestir, se portar, na sua rotina e nas suas ações. Consequentemente, a infância não era reconhecida, socialmente, era uma fase sem relevância.

Considerando que a infância era retratada sem importância,

⁸ Tábula rasa é a tradução para a expressão em latim *tabula rasa*, que significa literalmente "tábua raspada", e tem o sentido de "folha de papel em branco".

[...] a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo (Ariès, 1986, p. 30).

A representação da infância relacionava-se a pequenos homens, sem reconhecimento da sua individualidade, “misturavam-se com os adultos assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas” (Ariès, 1986, p. 275). Observa-se que os cuidados com as crianças não existiam e nem sua particularidade infantil.

O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais deste (Ariès, 1986, p.156).

Ao observar que as crianças tinham seu direito à infância negado, isso não quer dizer que elas tenham sido abandonadas, entretanto, até o início do século XVI, as diferenças permaneceram. Para Ariès (1986), o sentimento de infância se manifesta nas características que distinguem a criança do adulto.

Os estudos iconográficos de Ariès (1986), do século XIII, demonstram visões da criança, representada nas pinturas, como a identificação da existência infantil, mas, somente no século XVI, os laços afetivos começaram a surgir e a criança começa a ser entendida como um ser individual, com suas especificidades. Surgem, porém, as paparicações no âmbito familiar e certa rejeição por educadores moralistas.

A escola, conforme Ariès (1986, p. 187), “não era destinada às crianças, era uma espécie de escola técnica destinada à instrução dos clérigos, ‘jovens ou velhos’”, como a escola e o colégio que, na Idade Média, eram retidos a um pequeno número de clérigos e mesclavam as distintas idades dentro de um espírito de liberdade e costumes. Estas se transformaram, no início dos tempos modernos, em um meio de distanciar, cada vez mais, as crianças durante um período de desenvolvimento tanto moral como intelectual, de domá-las, graças a uma disciplina mais autoritária e, desse modo, separá-las da sociedade dos adultos.

E por que respeitar as crianças? As crianças são seres humanos, são seres sociais; embora pequenas de tamanho, devem ser respeitadas, ouvidas e atendidas, não com o intuito de mimar, mas, sim, de fazer parte do coletivo, de ser um protagonista de suas experiências e intenções.

Essa relação entre as necessidades da criança e os cuidados do adulto deve se dar sem autoritarismo, pois assim haverá respeito à criança e os ideais serão postos, não

impostos, pelo adulto. Por outro lado, também deve ser condenada a liberdade excessiva que brota da espontaneidade, porque, ao fazer tudo o que a criança quer, o adulto será escravizado pela criança e terminará também por distanciá-la do processo de educação natural e de sua inserção na ordem das coisas (Santos, 2016, p.100).

Valorizar as atitudes e percepções da criança é dar a ela a oportunidade para se conhecer, respeitar seu ritmo, sua individualidade e estimular a sua criatividade. A criança aprende com o exemplo, com a vivência; se ela for respeitada, vai aprender a respeitar. “O argumento principal da infância é respeitar a criança como criança, pois considerava que essa etapa da vida humana possuía especificidades próprias e precisava ser estudada e respeitada com cuidado” (Santos, 2016, p. 97).

Nesse sentido, Lima (2017) expressa que toda aprendizagem compreende a formação de novas memórias, ou a ampliação de memórias já existentes. Podemos salientar que a imaginação cria condições para a aprendizagem, ao mesmo tempo em que a memória procede e efetiva a aprendizagem. A memória envolve o que antecede e vai contribuir para o desenvolvimento da criança, no seu cuidado.

Temos um cérebro aparelhado para isto com neurônios especializados em espelhar o outro e imitar, estejam os adultos na escola conscientes ou não deste fato. A formação de valores como responsabilidade, esforço, trabalho em equipe, tolerância, respeito mútuo, confiança serão incorporados da mesma forma que violência, intolerância, desrespeito, insensibilidade (Lima, 2015, p. 334).

Resgatar, na história da Primeira Infância, nos estudos empreendidos por pesquisadores como Ariès (1986), que descreve o tempo de infância como um período em que a criança era muito pequena, necessitava de cuidados provindos dos adultos para sobreviver, é “respeitar a criança em sua fase cognitiva, primeira condição para que a educação natural aconteça” (Santos, 2016, p.100).

Já com uma abordagem no tocante à experiência, Dewey (1979) menciona que a experiência da criança deve ser entendida como predisposição para esse desenvolvimento. São experiências momentâneas, que se desenvolvem com base em motivos, atitudes e interesses, nas práticas escolares e sociais. Daí a importância de o educador ser um observador e saber a diferença entre as preferências, que são efêmeras, e aquelas que denotam capacidades e potencialidades. Portanto, cabe à escola ofertar um ambiente que possibilite o desenvolvimento dessas capacidades e potencialidades da criança em sua fase cognitiva.

Cosenza e Guerra (2011), Domingues (2007) e Oliveira e Lent (2018) salientam que o neurodesenvolvimento é um processo longo, dinâmico e marcado por etapas vinculadas a

diversas faixas etárias, que podem não ocorrer no mesmo tempo e da mesma forma, visto que a maturação cerebral está, diretamente, relacionada aos fatores biológicos individuais e aos estímulos provenientes do meio em que cada sujeito se encontra.

A experiência com intencionalidade, como recurso pedagógico, é primordial para unir a realidade, possibilitando emergir sentido para as crianças, afastando, dessa forma, a educação mecânica e tradicional, uma vez que seus interesses são valorizados. O espaço da escola torna-se de reflexões, de curiosidade, criatividade, respeitando a criança em sua fase cognitiva.

Gosto da ideia de transformar a escola em um oásis da pergunta, como uma alternativa para a construção de um ambiente em que a curiosidade, a criatividade e o pensamento crítico são focos de atenção. O compromisso com a pergunta se alinha com a ideia de conhecimento enquanto inacabamento e incerteza e para tal, o ambiente de aprendizagem precisa proporcionar a possibilidade para que as crianças explorem, imaginem, tentem, façam, refaçam, conjecturem, criem hipóteses e elaborem explicações sobre si e sobre os fenômenos (Fochi, 2021, p. 114).

A curiosidade, a criatividade e o pensamento crítico são possibilidades de uma educação para a construção da autonomia, na infância. É o compromisso com o conhecimento, enquanto inacabamento. A escola é um dos ambientes de aprendizagem em que a criança tem espaço para a imaginação, criatividade, além de ser respeitada em sua fase cognitiva. Ponderando sobre o ambiente de aprendizado, uma das etapas fundamentais do processo de elaboração do PMPI, é a escuta das crianças, para integrar suas percepções e consolidar as ações programadas.

É a esse movimento que educadores devem se aproximar para poderem refletir sobre a função da Educação Infantil na vida das crianças. Função esta que diz respeito a um território da experiência, da socialização, da estética, da criatividade, da liberdade, da imaginação, da fantasia, da investigação, enfim, a um espaço de vida coletiva (Klosinski; Loss, 2020, p. 435).

Nas diretrizes técnicas do PNPI, os itens 5 e 6 abordam a escuta qualificada e atenta da criança, como pertencente e valorizada.

5. Reconhecimento de que a forma como se olha, se escuta e se atende a criança expressa o valor que se dá a ela, o respeito que se tem por ela, a solidariedade e o compromisso que se assume com ela; reconhecimento, também, de que a criança capta a mensagem desses sentimentos e valores pela maneira com que é tratada pelos adultos. 6. Escuta qualificada da criança como sujeito capaz e participante, acolhimento de suas mensagens e resposta a ela sobre a sua participação (Brasil, 2020, p. 31).

Ainda, no mesmo documento, das metas elencadas, o planejamento e a construção, junto à comunidade, numa perspectiva de escuta e participação, abordam os espaços do brincar, envolvendo as crianças no planejamento e na definição dos brinquedos, decoração e espaços, promovendo, assim, a inserção das políticas públicas para a Primeira Infância. Pensando na criança e na cultura como vetores de evolução da sociedade, cabe ressaltar o que diz o PNPI (Brasil, 2020, p. 174):

a cultura é essencial para o desenvolvimento da capacidade crítica, do discernimento, da escuta profunda, da expressividade e da criatividade artísticas, da sensibilidade, da saúde e da capacidade de resiliência individual e coletiva, bem como é um potente recurso da expressividade afetiva e emocional nos primeiros anos de vida.

Dessa maneira, a primeira infância vai conquistando espaço, não só nas leis que orientam e investem as ações, mas, também, no desenvolvimento da criança, desta etapa vital da vida. De acordo com o documento da RNPI⁹, elaborado para guiar a construção do PMPI, a atenção integral à criança vem conquistando importância tanto econômica quanto política, com a conscientização social sobre conceber a criança como um cidadão, sujeito de direitos. Assim, amplia-se o conhecimento científico acerca dos fatores de aprendizagem e desenvolvimento, nos primeiros anos de vida.

Não obstante, a desigualdade social, no Brasil, prossegue entre as maiores do mundo, e o acesso à Educação Infantil é limitado. A realidade histórica precisa ser levada em consideração, visto que o Brasil é um país com grande desigualdade na distribuição de renda, o que promove um pequeno número de ricos e uma porcentagem grande de pobres (Rosemberg, 2006).

As desigualdades sociais brasileiras apresentam duas tendências marcantes: os segmentos sociais que auferem menor renda são também os que têm menor acesso aos benefícios das políticas públicas e menor participação política; tais desigualdades são persistentes (Rosemberg, 2006, p.6).

Desse modo, o conceito de infância, relacionado com a maturação, comportamentos sociais e afetivos, pode ser pensado com base em Braga (2016, p. 22), quando conceitua que infância, “na sua perspectiva, requer que as crianças sejam distinguidas dos adultos a partir de um conjunto não especificado de atributos. Já a concepção de infância seria a especificação destes atributos”. Segundo Didonet (2007, p. 53), “o relacionamento entre o adulto e as

⁹ Rede Nacional da Primeira Infância.

crianças deverá ser pautado sempre pelo respeito, pelo acolhimento, pela escuta e pelo carinho”.

As ideias de transformação de Dewey (1979) foram desenvolvidas num processo de escolarização, com mudanças sociais, enfrentadas com muitas indagações, propiciando às crianças o “aprender a aprender”. Com base na aprendizagem pela experiência, as vivências dos educandos permitem que se construa e reconstrua o conhecimento, partindo de uma situação concreta.

De acordo com Freire (2015, p. 66), “a minha resposta à ofensa à educação é a luta política, consciente, crítica e organizada contra os ofensores”, considerando, assim, uma discussão sobre a educação popular, um engajamento político e organizado, para oportunizar a formação de cidadãos conscientes e críticos. Dewey (1979, p. 106) afirma que “uma sociedade é democrática na proporção em que prepara todos os seus membros para com a igualdade aquinhoarem de seus benefícios e em que assegura o maleável reajustamento de suas formas da vida associada”. Diante da demonstração, a democracia deve ser prerrogativa para uma maneira de relacionar a vida e as experiências concomitantes e reveladas. Como, então, pensar em educação e escola, dispoño de uma democracia segura? Como unir experiências com a conexão humana?

Na obra de Dewey (1979), a escola é compreendida como uma sociedade em miniatura, assim, os alunos seriam capazes de desenvolver suas aptidões e receberiam orientações quanto ao avanço, para fins sociais. As experiências seriam a finalidade da escola. Pioneiro em seu tempo, foi defensor do protagonismo da criança no processo de aquisição do conhecimento, incentivando o aluno a ser criativo, dinâmico e a agir no coletivo; acreditava que o ensino ofertado nas escolas tradicionais era voltado à obediência, e subordinação não era adequado, além de, em nada, contribuir para o ensino e aprendizagem.

Defensor da escola pública, Dewey (1959), em seus estudos similares com o pensamento norte-americano, os quais inspiraram outros países, inclusive o Brasil, como o movimento da Escola Nova, traz a experiência como um caminho fundante para a educação.

Talvez possamos ter uma ilustração geral [sobre a experiência], se imaginarmos que uma pedra que rola morro abaixo tem uma experiência. Com certeza, trata-se de uma atividade suficientemente ‘prática’. A pedra parte de algum lugar e se move, com a consistência permitida pelas circunstâncias, para um lugar e um estado em que ficará em repouso – em direção a um fim. Acrescentemos a esses dados externos, à guisa de imaginação, a ideia de que a pedra anseia pelo resultado final; de que se interessa pelas coisas que encontra no caminho, pelas condições que aceleram e retardam seu avanço, com respeito à influência delas no final; de que age e se sente em relação a elas conforme a função de obstáculo ou auxílio que lhe atribui; e de que a chegada final ao repouso se relaciona com tudo o que veio antes, como a culminação de um

movimento contínuo. Nesse caso, a pedra teria uma experiência, e uma experiência com qualidade estética (Dewey, 2010b, p. 115-116).

A experiência que Dewey (1979) traz, aqui, da pedra, é um exemplo inanimado; no entanto, se o objeto tiver um propósito, que obstáculos ou auxílios serão atribuídos? Dewey inclusive criticou a rotina da escola tradicional, que limitava as possibilidades de experiências, as tornando irrelevantes, assim como a pedra inanimada que rola sem objetivos.

As atividades práticas e teóricas seriam vivenciadas por meio de experiências, possibilitando situações de interação, convívio e continuidade de aprendizados. Diante disso, sugere uma escola viva, embasada na ação e na aprendizagem por meio da experimentação.

Nesse sentido, a participação, a autonomia e o espaço que são ofertados para que a criança possa ser ouvida, precisam levar em consideração que a criança contribui para sua comunidade, família, escola e espaços que frequenta. A criança deixa de ser, simplesmente, receptora, e inicia sua contribuição, se expressando não somente de forma oral, mas, também, com gestos, ações, silêncio e comportamentos.

É necessário contemplar a escuta e a participação, de modo que contemplar significa “admirar”, observar de forma encantadora; participar, por sua vez, tem o papel de fazer parte, de se tornar parte. É essa a intenção: não devemos somente ouvir as crianças, escutá-las; devemos, sim, contemplá-las e inseri-las nas ações que dizem respeito a elas. Dewey (1979) salienta que a ludicidade é a atitude da mente, enquanto a brincadeira é a atividade, ou seja, uma manifestação externa dessa atitude. Somos capazes de imaginar que o brincar é como respirar para a criança, é a sua inspiração e seu trabalho. Ainda, quando Fochi (2021) aborda a curiosidade, a intenção e a metodologia, versa sobre o processo e não o resultado.

Outro aspecto importante é o aprendizado; é o impulso para a descoberta, na ideia que Paulo Freire (1996, p. 61) articula, quando afirma que a “curiosidade já é conhecimento”.

O exercício da curiosidade a faz mais criticamente curiosa, mais metodicamente “perseguidora” do seu objeto. Quanto mais a curiosidade espontânea se intensifica, mas, sobretudo, se “rigoriza”, tanto mais epistemológica ela vai se tornando (Freire, 1996, p.84).

Principalmente, por meio da brincadeira, que é um laboratório embrionário de cidadania, de aprendizagem da cultura, de construção de conhecimento, de legitimidade das crianças e de promoção da cultura infantil, a criança tem a oportunidade de um aprendizado cheio de imaginação.

O brincar cria oportunidades para a criança descobrir alternativas variadas para resolver diferentes obstáculos. Ela experimenta, erra uma vez, acerta outra; varia os modos de brincar e testar diferentes caminhos, ao mesmo tempo em que testa a si mesma como personagem criador da solução. Sem necessariamente usar palavras, ela está perguntando e respondendo mentalmente. Experiência e diálogo são dois meios importantes para aprender a resolver dificuldades (Didonet, 2007, p. 54).

Fochi (2021) expõe que a noção de saber-fazer envolve um espectro amplo da intenção (ou decisão, ou iniciativa), como ponto-chave para desencadear os esquemas de ação.

É por isso que antes reforcei sobre o valor de criar bons contextos. Na verdade, quando investimento na qualificação do entorno do bebê (em termos de espaço, materiais, tempo e relações), estruturamos um clima satisfatório para a sua atuação e, ao mesmo tempo, para o adulto se disponibilizar de uma forma respeitosa em relação ao seu mundo interior (Fochi, 2021, p. 5).

Além disso, o autor exterioriza a importância do espaço para a criança, das oportunidades ofertadas, do contato. Fochi (2021, p.116) afirma que “a mão é a dimensão metodológica do ethos lúdico, pois é ela que experimenta, que faz, que constrói e que amplifica a produção de sentidos do bebê”.

Quando a criança tateia um objeto, ela está experimentando, investigando e se apropriando. Fochi (2021, p.117) salienta: “desejo, fortemente, que a gente aprenda a observar o bebê na sua inteireza e responder a ele com a dignidade, ternura e respeito que tanto merecem”.

A sintonia entre família e escola possibilita o desenvolvimento da criança, incentivando e apoiando essa relação. Quem se beneficia é a própria criança, conforme o PNPI:

A Educação Infantil, tal como construída historicamente e sedimentada na legislação e nas normas operacionais vigentes, não pode ser substituída e nem jamais ser equivalente a uma pretensa educação domiciliar. As atividades que a escola pode sugerir aos pais serão sempre complementares e enriquecedoras do ambiente doméstico, nunca, porém substitutivas da ampla e diversificada experiência de aprendizagem que se dá nos espaços coletivos da creche e da pré-escola (Brasil, 2020, p. 65).

O espaço escolar, com suas possibilidades e práticas pedagógicas voltadas para que as crianças consigam expressar seus sentimentos e ideias, demonstra uma Educação Infantil integral, como nos apresenta Barbosa e Quadros (2017, p.58):

Afinal, como as escolas de educação infantil podem tornar-se ambientes dignos para as crianças viverem a vida se não houver um olhar para o cotidiano, para as suas

culturas infantis? Essa mudança curricular, tanto na formação dos adultos responsáveis como no currículo das escolas infantis, representará outra concepção de dignidade da criança como pessoa, assim como de seus modos de ser e estar no mundo na cultura da qual participam. Ao mesmo tempo, poderá afirmar a visão da escola de educação infantil como uma perspectiva de educação integral e integrada e como um ambiente de cuidado e educação.

E, o que a criança traz de vivências e experiências da sua infância? A criança era vista, muitas vezes, pelo seu tamanho, por ter poucas experiências, em muitas épocas e períodos, que foram se constituindo, na história da infância, ou melhor, das infâncias, como diz Barbosa (2000, p. 101):

Falar de infância universal como unidade pode ser um equívoco ou até um modo de encobrir uma realidade. Todavia, uma certa universalização é necessária para que se possa enfrentar a questão e refletir sobre ela, sendo importante ter sempre presente que a infância não é singular, nem é única. A infância é plural: infâncias.

As crianças vivenciam, ao longo da vida, diversas experiências, assim como seus pais vivenciaram; cada um da sua maneira, de acordo com a estruturação organizada da sociedade, que, geralmente, é pensada por e para adultos.

Desse modo, ouvir as crianças, incorporar seus desejos e sonhos, qualificando seu espaço, de acordo com suas percepções, é tornar o ambiente escolar mais alegre, instigando a imaginação e possibilitando novas descobertas. Com base nesses pressupostos, na sequência, serão abordados os avanços e desafios que as políticas educacionais pela Primeira Infância enfrentam.

3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS PELA PRIMEIRA INFÂNCIA: AVANÇOS E DESAFIOS

Ao falhar em dar conta das maneiras pelas quais a educação é incluída em um conjunto de mudanças econômicas e políticas mais gerais, pesquisadores em política educacional restringem as possibilidades de interpretação e jogam os atores que vivem os dramas de educação para fora da sua totalidade social e de seus múltiplos desafios (Ball, 2011, p. 43).

Esse capítulo discute as políticas educacionais pela Primeira Infância, buscando compreender de que maneira os direitos das crianças pequenas se constituíram, ao longo da história da educação brasileira. Traremos presente a importância do diálogo e da coletividade nas instâncias intersetoriais da gestão pública municipal, e os avanços e desafios referentes à implantação do Plano Municipal pela Primeira Infância.

Num primeiro momento, o capítulo aborda os estímulos e ambientes, o que traz de sentido para as infâncias; o imaginário social sobre as crianças e sobre as infâncias, além de delimitar formas de atendê-las; também, é um alicerce para a definição e criação das políticas públicas para tal grupo.

Na sequência, apontam os planos e documentos importantes que apresentaram o diálogo da Primeira Infância como pauta, o estudo da parte biológica da criança, a parte pedagógica da escola e o trabalho intersetorial entre o comitê e o poder público. Além disso, apresenta as políticas públicas de governo, sendo este um articulador das ações necessárias de implementação do plano, a fim de proporcionar garantias à sociedade.

3.1 Primeira Infância: inspiração e transformação social

Com a finalidade de inspirar para e com a Primeira Infância e, pensando na transformação social, a pesquisa traz um panorama de planos e documentos, que contribuíram para chegar no patamar que nos encontramos, nos dias de hoje, conforme quadro abaixo.

Quadro 1: Planos e documentos

2010	PLANO NACIONAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA Documento político e técnico que orienta decisões, investimentos e ações de proteção e de promoção da criança.
2011	FRENTE PARLAMENTAR DA PRIMEIRA INFÂNCIA Com o objetivo de estimular o debate sobre ações e políticas públicas relacionadas à primeira infância.
2012	PROGRAMA FEDERAL BRASIL CARINHOSO Projeto desenvolvido pelo Governo Federal brasileiro que compõe a Lei nº 570, de 14 de maio de 2012, voltado para a primeira infância.
2016	MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA Lei nº 13.257/2016 implementação de políticas públicas para a primeira infância.

Fonte: elaborado pela autora (2024)

O Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância, operado pelo Núcleo Ciência pela Infância, iniciou o curso com o público-alvo formado por parlamentares, gestores públicos, representantes da sociedade civil e acadêmicos. Nas palavras de Marino (2016, p. 453), “o curso deve inspirar, engajar e preparar tecnicamente todos aqueles que desempenham algum papel na formulação de políticas públicas, de formar a opinião pública, e liderar um movimento mais forte em favor do desenvolvimento infantil no Brasil”.

Portanto, a concepção do MLPI se iniciou, conforme destaca-se:

Na primeira edição do curso, em 2012, um dos planos de ação desenvolvidos no âmbito da formação focava justamente a criação de uma ‘Lei Federal de Responsabilidade sobre a Primeira Infância’, incluindo análise e revisão da legislação existente, a fim de aperfeiçoá-la e complementá-la, além de dar indicações ao Poder Executivo sobre a criação de comitê Intergestor para articular as diversas áreas de atenção à criança. A empreitada também se propunha a coordenar a formulação de uma política de atenção integral à criança, a partir da gestação e com foco na família (Marino, 2016, p. 458).

O caminho a ser trilhado é longo, para que haja o envolvimento da família e a formulação de políticas públicas. Trata-se de uma proposição que necessita o envolvimento de todos os atores, que assumam seus papéis e efetivem suas atividades de acordo com as responsabilidades assumidas, para beneficiar o atendimento integral da criança.

Quando se fala em criança, cabe lembrar as palavras de Montessori (1989, p.41): “se o recém-nascido já possui uma vida psíquica, com maior razão a possuirá a criança em seu primeiro ano de existência e ainda mais tarde. Os cuidados na infância constituem-se não

somente na vida física como também na psíquica”.

A criança passa pela infância, que é um movimento de formação de personalidade, de vivências e de experiências na e com a sociedade. Conforme Kuhlmann Jr (2015, p. 30):

É preciso considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre esta fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, etc., reconhecê-las como produtora da história.

Um movimento que cabe ressaltar é o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB)¹⁰, uma rede de movimentação de pessoas e instituições, na defesa da Educação Infantil, e interlocutor na criação de políticas para a educação na Primeira Infância, que, nos dias de hoje, conta com fóruns autônomos de Educação Infantil, espalhados por todo Brasil, atuantes em espaços mobilizadores, formativos e propositivos (Maudonnet, 2020).

Assim, outro instrumento com participação de diferentes esferas surge com o Plano Municipal pela Primeira Infância. Como dito pela Rede Nacional da Primeira Infância, “o PMPI é um instrumento político e técnico que possibilita fazer investimentos na primeira infância de forma prática e concreta, com resultados possíveis de serem medidos” (Brasil, 2022, p.15).

Os planos são compostos, inicialmente, de um diagnóstico da situação de vida, desenvolvimento e aprendizagem das crianças do município; em seguida, são elencadas ações das diferentes secretarias, para assegurar que os direitos das crianças sejam, integralmente, atendidos, e metas, que possibilitem avaliar as políticas planejadas e em andamento.

A elaboração do plano tem como referência central o Plano Nacional pela Primeira Infância, que foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, em 2010, sendo uma carta de compromisso do Brasil com suas crianças. Esse importante documento propõe diretrizes gerais para o governo e a sociedade civil na defesa, promoção e realização dos direitos das crianças de até seis anos de idade, com marco final em 2022. Traz como base a prioridade absoluta dos direitos da criança, o respeito, a integralidade, a diversidade tanto étnica, como cultural e geográfica, a inclusão, a aproximação da visão científica e humanista, a articulação dos entes federados, da intersetorialidade entre os setores da administração pública, sociedade civil e governos.

Quando pensamos na primeira infância, o que vem na nossa mente? Quais memórias e

¹⁰ Trata-se de uma articulação nacional, interinstitucional e suprapartidária, que atua, desde 1999, em defesa do direito à educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade social para todas as crianças de 0 a 6 anos.

lembranças afetivas rememoramos? Os estímulos, as vivências, os aprendizados que nos tornam seres humanos integrais dependem da Primeira Infância.

De acordo com Fochi (2021, p. 116), “aprender a observar, nomear e narrar as atuações das crianças, é uma forma de restituir os processos de aprendizagem e de devolver às crianças não apenas o que aprenderam, mas como aprenderam”. A legislação regulamenta o caminho entre o que a ciência diz sobre as crianças, do nascimento aos 6 anos, e o que deve determinar a formulação e a implementação de políticas públicas para a Primeira Infância. A Lei nº 13.257/2016 apresenta o Marco Legal da Primeira Infância, uma lei costurada a muitas mãos, com iniciativa da Frente Parlamentar da Primeira Infância e diálogo com a sociedade. Em seu artigo 3º, trata de assegurar tais direitos.

Art. 3º A prioridade absoluta em assegurar os direitos da criança, do adolescente e do jovem, nos termos do art. 227 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, implica o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral (Brasil, 2016, p. 01).

Tencionando sobre a infância, é preciso pensar na história, quando Dewey (1979, p.18) leva em consideração o estímulo vivenciado pela criança:

Uma criança vivendo no seio de uma família de músicos terá inevitavelmente estimuladas, por menores que elas sejam, as suas aptidões musicais, e as terá mais estimuladas, relativamente, do que outros impulsos que poderiam despertar em diversos ambientes. Com efeito, se não tomar interesse pela música e não adquirir nessa arte alguma competência, será como um elemento estranho, inábil para participar da vida do grupo a que pertence. É, realmente, inevitável alguma participação na vida daqueles com quem o indivíduo se acha em contacto; por essa participação o ambiente social exerce um influxo educativo ou formativo, independentemente de qualquer propósito intencional.

Quando o ambiente é motivador, a criança recebe, inevitavelmente, maiores estímulos, mas a sua progressão acontece de acordo com a continuidade e com o seu interesse.

Em um estudo sobre a relação entre a criança e a natureza no Brasil urbano, realizado pela VOX Pesquisas a pedido do Alana, a escola, em especial a pública, foi apontada como lugar fundamental para estimular o contato das crianças com a natureza. Ela acaba sendo a esperança de vivência de aspectos fundamentais da infância, já pouco possível em outros ambientes (Tiriba, 2018, p. 13).

O ambiente formativo da escola está de acordo com a realidade que se almeja? A realidade das nossas crianças é o que foi idealizado?

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância, ou não tentava

representá-la. É difícil crer que essa ausência se deve à incompetência, ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo (Ariès, 1986, p. 50).

O imaginário social sobre as crianças e sobre as infâncias, além de demarcar formas de atendê-las, também é estruturante para a definição e a criação das políticas públicas para tal grupo (Fochi; Redin; Gomes, 2013). Segundo os autores, havia um modelo com foco educacional para crianças de idade pré-escolar e, para a etapa de creche, o atendimento era voltado para o assistencialismo.

Quando Ariès (1986) descreve que a vida inicia ao sair da infância, e que esse sentimento de indiferença com relação a uma infância demasiada frágil, tem-se uma possibilidade de perda muito grande; no fundo, não está muito longe da insensibilidade das sociedades.

No artigo 4º da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a Primeira Infância, em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano, a legislação aborda a participação e o protagonismo que a criança deve ter na construção social.

II - Incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento; III - respeitar a individualidade e os ritmos de desenvolvimento das crianças e valorizar a diversidade da infância brasileira, assim como as diferenças entre as crianças em seus contextos sociais e culturais.

Pensando na realidade que vivenciamos, nas escolas, é necessário um planejamento para a Primeira Infância, que trabalhe de forma intersetorial¹¹, com investimentos que se articulem às diversas políticas setoriais, com base em uma visão abrangente de todos os direitos da criança, na Primeira Infância. As ações intersetoriais beneficiam a gestão pública, pois, com objetivos comuns, a articulação possibilita minimizar o conflito dos problemas sociais.

Indicamos, ainda, de acordo, com o art. 6º, que a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância será formulada e implementada mediante abordagem e coordenação intersetorial, com articulação entre as diversas políticas setoriais, por meio de um olhar abrangente de todos os direitos da criança, na Primeira Infância (Brasil, 2016).

Ademais, haverá o fortalecimento e a participação das famílias, com o intuito de consolidar vínculos, como enuncia o art. 13.

¹¹ Que se efetiva, ou se desenvolve, entre dois ou mais setores; que compreende mais de um ramo, domínio, subdivisão ou seção.

Art. 13. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apoiarão a participação das famílias em redes de proteção e cuidado da criança em seus contextos sociofamiliar e comunitário visando, entre outros objetivos, à formação e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, com prioridade aos contextos que apresentem riscos ao desenvolvimento da criança (Brasil, 2016, p. 04).

Pondera-se que o Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI) é um documento político e técnico, que orienta decisões, investimentos e ações de proteção e promoção dos direitos das crianças, na Primeira Infância, cujo foco, nos primeiros seis anos, é coerente com o relevante significado desse período, no conjunto da vida humana. Eis a forma de assegurar os direitos da criança com a necessária especificidade e com a prioridade que lhe atribui a Constituição Federal (art. 227). Cabe, portanto, a reflexão de como a estrutura da Primeira Infância é vista pelos municípios.

Com um considerável número de sugestões e sua aprovação pelo CONANDA¹², em dezembro de 2010, o Plano Nacional da Primeira Infância colocou-se sob o “guarda-chuva” geral do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, como plano voltado para a especificidade da Primeira Infância.

Os avanços na Educação Infantil relacionam-se, também, à nomenclatura, que sofreu alterações, assim como traz o PNPI (2020, p. 19),

a designação de ‘menor’ foi substituída pela expressão ‘criança e adolescente’, que iguala em dignidade e sentido existencial todas as crianças e adolescentes sem distinção econômica, social, étnica, de origem ou de qualquer outra natureza.

O Plano Nacional pela Primeira Infância é o estímulo necessário para falar das diversas infâncias, para oportunizar e dialogar sobre políticas públicas que sejam voltadas ao acolhimento e ao atendimento, com leis e programas setoriais voltados às crianças.

Coroando um longo e bem trilhado caminho de construção do arcabouço jurídico sobre os direitos da criança, aprova-se o Marco Legal da Primeira Infância, uma lei que olha para a especificidade da criança de 0 a 6 anos, presta atenção à sua singularidade e à diversidade das crianças e das infâncias, estabelece princípios e diretrizes para a elaboração e implementação das políticas pela primeira infância, propõe uma política nacional articulada entre a União, os Estados, o DF e os Municípios e que integre os vários direitos, inclui a criança como participante que deve ser ouvida, inclusive, na formulação das políticas a ela direcionadas (Brasil, 2020, p.24).

A prática de inclusão de políticas públicas pela Primeira Infância está prevista no artigo 15 do MLPI e versa que “as políticas públicas criarão condições e meios para que,

¹² Criado em 1991, pela Lei nº 8.242, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA - é um órgão colegiado permanente, de caráter deliberativo e composição paritária.

desde a primeira infância, a criança tenha acesso à produção cultural e seja reconhecida como produtora de cultura” (Brasil, 2016, p. 05).

Em 1994, no livro *Education reform: a critical and post-structural approach*, Ball (1994a) expandiu o ciclo de políticas, apresentando dois contextos ao original: o contexto dos resultados e o contexto da estratégia política. O contexto do ciclo de políticas dos resultados, ou efeitos, nos provoca a pensar as questões de justiça, igualdade e liberdade, considerando que a ideia de políticas tem efeitos, ao invés de resultados, seja, talvez, mais apropriada. Nesse sentido, as políticas deveriam ser analisadas, em partes, pelo seu impacto e interações com as desigualdades existentes.

No artigo 6º, que trata da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância segundo o documento:

Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, menciona-se que será formulada e implementada mediante abordagem e coordenação intersetorial que articule as diversas políticas setoriais a partir de uma visão abrangente de todos os direitos da criança na primeira infância (Brasil, 2016, p. 02).

Considera-se que as crianças estejam no foco do plano, tanto no MLPI como no PNPI, conforme é possível ler: “as crianças estão nos nossos corações, nas leis, nos discursos e até nas políticas sociais, mas se não estiverem nos orçamentos, suas vozes ecoam no vazio” (Brasil, 2020, p.30).

É necessário, contudo, uma agenda de investimentos e ações voltadas para a Primeira Infância. Assim como a construção do PNPI envolveu instituições governamentais para elaborar o plano, é essencial o debate sobre o investimento na Primeira Infância, dando prioridade para a destinação do orçamento público.

Como dito no documento do Financiamento da Primeira Infância - Orçamento Federal 2022,

a coleta de dados foi organizada conforme a Portaria ME 1.410, de 16 de fevereiro de 2022, que definiu as informações básicas para compor a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância no Orçamento Federal, nos termos do Decreto nº 10.770/2021, identificadas a partir das seguintes fontes: I. no Plano Plurianual, os programas relacionados à Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância; II. na Lei Orçamentária Anual, as respectivas ações orçamentárias associadas aos programas de que trata o item I acima; e III. na Lei Orçamentária Anual, os planos orçamentários associados às ações orçamentárias de que trata item II acima (Brasil, 2022, p. 05).

O Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, assim como os dados orçamentários de fontes primárias dos ministérios, busca apresentar as bases da Agenda da

Primeira Infância no Orçamento Federal, que poderão ser utilizadas, conforme critérios e possibilidades de cada ministério.

E por que investir na infância? Por que realizar um Plano Municipal pela Primeira Infância? Vamos refletir sobre o que uma infância crítica, autônoma, pensante, com oportunidades de se expressar, pode resultar na qualidade do desenvolvimento da criança e para a sociedade.

Diante disso, a visão humanista da criança deve ser pensada, na sua integralidade, contribuindo para o seu desenvolvimento ético, político, científico e estético. De acordo com o PNPI (2020), a dimensão ética e estética diz respeito ao compromisso pessoal e profissional e ao que compete à parte administrativa dos governos, para efetivar o grau de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

No que concerne à dimensão das políticas públicas, trata-se das responsabilidades de todos os envolvidos, cada um na sua esfera, estados, distritos e municípios, para com as crianças. A dimensão científica baseia-se em investigações e nos fatores determinantes e condicionantes do desenvolvimento humano, no começo da vida. A dimensão técnica, por sua vez, diz respeito às experiências nos diversos campos profissionais e no atendimento dos direitos das crianças, em suas diferentes condições de vida.

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, vem ocupando o seu lugar:

A Educação Infantil conquistou e consolidou seu espaço na representação social, no discurso político, na legislação e no planejamento da educação: o status de direito irrevogável e irrenunciável (arts. 205 e 225 da Constituição Federal) e dever do Estado, que, no conjunto dos demais direitos, deve ser assegurado com absoluta prioridade (art. 227). Ao Estado cabe organizar o sistema de ensino de sorte a garantir a todas as crianças a educação a partir do nascimento (LDBEN, art. 208 e 211). (Brasil, 2020, p. 57).

É importante ressaltar que a Educação Infantil, no entanto, não é capaz de proteger, promover e desenvolver a criança, de forma independente, ou separada, das outras áreas. “Precisa estar integrada às ações de outros setores, como saúde, alimentação, convivência familiar e comunitária, proteção de direitos, meio ambiente, segurança, cultura” (PNPI, 2020, p.57).

É na primeira infância que se constituem as forças emancipadoras do que chamamos de inteligência: desafiar a natureza e conviver com ela, inventar e desenvolver infinitas formas de linguagem, de comunicação e expressão, relacionar-se com os outros, vivendo em sociedade, adaptar-se ao entorno e ser capaz de modificá-lo, resolver problemas, imaginar, traçar e seguir o destino que criou para si. É na primeira infância – neste momento de dependência vital, de cuidados e proteção – que se estruturam os vínculos primordiais da sociedade. Preservar o espírito de

pesquisa, de criatividade e de inventividade da primeira infância é uma responsabilidade adulta a ser tomada como prioridade pela família (como entorno cuidador primordial da criança), pela comunidade, pela sociedade e pelo Estado, em todas as suas esferas institucionais (Brasil, 2020, p.174-175).

É nesse período, crucial na vida da criança, que ocorre o desenvolvimento de estruturas e circuitos cerebrais; o que for adquirido, posteriormente, possibilita o aprimoramento das habilidades futuras. A educação é um dos principais fundamentos para a transformação do ser humano, para o desenvolvimento social, econômico e cultural de uma nação. No entanto, a educação, por si só, não é capaz de transformar o mundo; é preciso ir além; é necessário pensar, principalmente, na qualidade com que ela é ofertada. A Constituição Federal (Brasil, 1988) representa uma importante conquista em relação à oportunização e concretização de direitos sociais aos sujeitos. No art. 6º da Constituição Federal consta que: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988, p.6).

Dentre essas ações, encontra-se o direito pela educação, que: “demarca, por exemplo, que todos os cidadãos deverão ser tratados como iguais nas condições de acesso e permanência nas instituições educacionais que devem ser para todos” (Galvão; Silveira; Barbosa, 2020, p. 993). O que obscurece a sociedade é que muitos dos direitos sociais só se materializam por meio de inúmeras lutas; o que se evidencia, ainda mais, em um sistema capitalista, que é tracejado pela desigualdade.

Vamos analisar a linha do tempo, a seguir, e o quanto as políticas públicas envolvem muitas articulações e fortalecimento para efetivação.

Quadro 2: Linha do Tempo das Políticas Públicas



Fonte: elaborado pela autora (2024)

Conforme percebemos, ao longo da linha temporal, levou quase um século para que o direito à educação começasse a ser assegurado na legislação. Contudo, foi somente com a Constituição Federal que esse direito passou a ser efetivado, embora ainda seja necessário avançar para que a criança seja plenamente reconhecida. De acordo com Bittar (2003, p. 30), o esforço coletivo dos diversos segmentos tinha em vista “[...] os princípios e as obrigações do Estado com as crianças”; sendo assim, sensibilizar o legislativo e assegurar o direito à educação da criança.

A pressão desses movimentos, na Assembleia Constituinte, possibilitou a inclusão da creche e da pré-escola no sistema educativo, ao inserir, na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, o inciso IV: “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (Brasil, 1988). A partir dessa Lei, as creches, anteriormente vinculadas à área de assistência social, passaram a ser de responsabilidade da educação. Tomou-se por orientação o princípio de que essas instituições não apenas cuidam das crianças, mas devem, prioritariamente, desenvolver um trabalho educacional.

No avanço da legislação quanto ao reconhecimento da criança em seus primeiros anos de vida, Barreto (1998) considera que os desafios impostos para a efetivação do atendimento desse direito podem ser pensados em duas dimensões: a qualidade e o acesso à educação. Mesmo com a expansão do atendimento, a autora ressalta que o atendimento da criança, na creche, ainda fica a desejar.

As instituições de educação infantil no Brasil, devido à forma como se expandiu, sem os investimentos técnicos e financeiros necessários, apresenta, ainda, padrões

bastante aquém dos desejados [...] a insuficiência e inadequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos; a não incorporação da dimensão educativa nos objetivos da creche; a separação entre as funções de cuidar e educar, a inexistência de currículos ou propostas pedagógicas são alguns problemas a enfrentar (Barreto, 1998, p. 25).

A contínua busca de qualidade envolve várias ações, como formação e valorização dos docentes, recursos financeiros adequados às propostas pedagógicas, com garantia do recurso para tais atividades.

Dessa maneira, almejamos que todos os envolvidos com a criança zelem para que seus direitos sejam assegurados. Nesse sentido, a LDBEN 9394/96 é um grande avanço para a educação das crianças. O direito à Educação Infantil, traduzido em lei nacional, como estabelece o art. 30, que engloba o desenvolvimento integral da criança e a oferta do atendimento educacional, compreende a infância e sua importância para o desenvolvimento. Destaca-se o que versa o art. 30, segundo o qual “a educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade” (Brasil, 1996, p. 11).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, na sua concepção de criança, a apresentam como

sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2010, p.12).

Nessa direção, o Plano Nacional de Educação, na Meta 1, com suas 17 estratégias como forma de ampliar a oferta da Educação Infantil, baseia-se no confronto da desigualdade de classe social quanto ao acesso. Segundo Nunes, Cursino e Didonet (2011, p. 66), “a integração da educação infantil aos sistemas de ensino impulsionou a elaboração e a revisão das propostas curriculares municipais”.

Cabe lembrar que, em 2019, o Conselho Nacional de Justiça lançou o Pacto Nacional da Primeira Infância, que conta com representantes dos três poderes: da sociedade civil, do setor empresarial e de organizações internacionais. Desse modo, possibilita a garantia dos direitos humanos, na Primeira Infância.

Como primeira etapa da Educação Básica, a Base Nacional Comum Curricular, trouxe seis direitos de aprendizagem fundamentais para a Educação Infantil: conviver; brincar; participar; explorar, expressar e conhecer-se. Assim, proporciona à criança sua autonomia,

autoria e julgamentos, quanto ao conhecimento, num processo de evolução e desenvolvimento.

Ao tratar de currículo e objetivos educacionais, é possível conceituar:

[...] as finalidades da educação escolar, bem como da organização curricular e pedagógica, devem ser objeto permanente de reflexão das escolas e dos professores, e não somente dos órgãos do sistema de ensino como o MEC, as Secretarias de Educação, o Conselho Nacional e os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação. O currículo oficial ou escrito materializa-se por meio da prática dos professores; por essa razão, eles devem ser envolvidos permanentemente em sua formulação e em suas estratégias de execução, em benefício do conjunto dos alunos, sobretudo dos que mais necessitam da escola (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012, p. 259).

É relevante destacar o envolvimento de pais, professores e comunidade educativa na reorganização curricular, como previsto nos documentos, o que, na prática, acaba por ficar nos bastidores.

Rocha e Pereira (2016) retratam a BNCC como prática de controle e esforço por homogeneidade, conforme as políticas neoliberais, vinculadas às políticas de avaliação. Também, a retratam como instrumento de regulação e repetição da experiência internacional. Os autores salientam, ainda, que parte dos educadores se posicionaram contra a sua elaboração e implantação.

As políticas públicas envolvem muitas articulações e fortalecimento para a sua efetivação.

Está bastante claro, no âmbito teórico ou conceitual das ciências que estudam a criança, bem como nas leis, normas e políticas sobre a primeira infância, que a criança é um todo, que o físico, o social, o emocional e o intelectual são apenas aspectos de um ser único e integral e que um não se realiza bem sem os outros (Nunes; Cursino; Didonet, 2011, p.13).

Pensando na relação entre a política e a infância, existe um caminho, ainda, a percorrer, para alcançar o equilíbrio entre levar em conta a participação e os direitos das crianças, com ganhos e perdas em cada geração. E, quando se tem escolhas de realização de políticas, a resistência surge sobre quais objetivos se buscam alcançar (Qvortrup, 2010).

Com o processo de tramitação do MLPI, foi possível observar que a intersectorialidade se fez presente todo tempo, conforme o parecer do Projeto de Lei nº 6.998, que foi elaborado pela Comissão Especial. De acordo com Brasil (2013, p. 21):

Políticas setoriais e política nacional integrada, esta, com o papel de articular as setoriais, de sorte a ter uma visão integral, holística, da criança pessoa e cidadã. Os eixos centrais deste Projeto – e também sua grande novidade – são: (a) as diretrizes

para as políticas públicas para a Primeira Infância e (b) a determinação de que elas se articulem de tal maneira a conformar uma política nacional integral e integrada, capaz de abranger todos os direitos da criança de até seis anos de idade e todas as crianças, nas diversas infâncias de nosso País. Aqui está, a nosso ver, o potencial maior de transformar a realidade de milhões de crianças brasileiras. A fragmentação, tanto das ciências, quanto das políticas de atendimento por setores desarticulados, fraciona a criança em áreas distintas, unidimensionaliza o multidimensional. Políticas setoriais verticalizadas, que não dialogam entre si, podem ser altamente eficazes nos itens pontuais que focalizam, mas alimentam a concepção reducionista da criança em necessidades independentes e descontextualizadas, objetivada fora da teia de relações sociais, psicológicas e ambientais. Reconstruir a visão de conjunto pela articulação dos setores é como encaixar peças num todo orgânico. É um passo importante para a construção de ações articuladas. Porém, partir da grande angular dos direitos da criança – interdependentes e indivisíveis – abre a perspectiva de uma política integral e integrada, transdisciplinar mais do que interdisciplinar.

Nesse sentido, surge uma crítica ao esfacelamento das ciências e políticas setoriais e a necessidade urgente de diálogo entre elas. A intersetorialidade necessita ser caracterizada, conforme o parecer, pela articulação entre os setores, com uma perspectiva de política integrada e integral. A comissão entendeu, assim, o potencial da intersetorialidade na luta pelas desigualdades e pelo cumprimento dos direitos das crianças.

Qual a importância de um Plano Municipal pela Primeira Infância? Considerando que é dever da família, da sociedade e do estado pensar na criança, o que foi abordado neste capítulo tem a ver com o que é lei, o que é descrito e o que é da ordem do imaginário, ainda. No próximo subitem, será discutida a prioridade da Primeira Infância, além dos avanços e conquistas com a elaboração de um PMPI, que traz, acima da qualidade na Educação Infantil, a criança como prioridade.

3.2 Prioridade e qualidade na Primeira Infância

Para avançarmos na compreensão do direito à educação, efetivado por políticas públicas educacionais de qualidade, é necessário que essas políticas se voltem para uma educação de sujeitos de direito, o que pode caracterizar um Estado que garanta os princípios da igualdade e do respeito às diferenças, na perspectiva de uma escola democrática e de direitos humanos. Em 2012, o Brasil avançou em um marco legal importante na educação em direitos humanos, quando instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação e Direitos Humanos, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 01, de 30 de maio de 2012. As Diretrizes trazem, como concepção fundamental, a educação em direitos humanos como:

A Educação em Direitos Humanos como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões: I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político; IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos (Brasil, 2012, art. 4º).

Para que os indivíduos avancem ao pensar em uma perspectiva de educação de sujeitos de direitos, é preciso que esses direitos sejam assegurados em todos os lugares nos quais a educação acontece, de fato. O estado é um dos asseguradores de tais direitos, por isso é necessário que crie condições, por meio de políticas públicas, que venham ao encontro das expectativas e necessidades reais dos indivíduos.

Mediante a definição dos princípios do Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), já no seu artigo 1º, avançamos nos direitos das crianças; respeitamos suas experiências e oportunizamos sua participação ativa na sociedade.

Art. 1º Esta Lei estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano [...] (Brasil, 2016, p.01).

Segundo Ferraro (2008), a Educação integra um conjunto de direitos sociais fundamentais dos seres humanos; quando esta é transformada em serviço público e quando o estado deixa de assegurar o direito à educação para todos os cidadãos, o sistema torna-se excludente. Essa condição configura a educação como serviço público e não como universalização, de forma que o estado se torna devedor e o cidadão credor da escolarização. Cabe ao estado, enquanto devedor, garantir o acesso, a permanência e a continuidade da vida escolar, de forma humanitária, justa e igualitária, sendo este o princípio de equidade.

A Educação Infantil se constitui enquanto um momento ímpar e primordial de formação e desenvolvimento de uma criança. Para Sarmento, Fossatti e Gonçalves (2012, p. 119), “ter acesso à educação de qualidade desde a Educação Infantil é um direito da criança, pois tal educação poderá se constituir num entrave ou num facilitador para seu desenvolvimento e aprendizagem, no decorrer de sua trajetória escolar”. Nesse sentido, reconhecer as políticas públicas voltadas para a Educação Infantil e os desafios que fazem parte dessa etapa, na busca por uma educação de qualidade, é consolidar o direito da criança.

O debate em torno da Educação Infantil se dava como direito, associado ao trabalho de mães e pais, ou como superação do fracasso escolar; também à educação, com necessidade de profissionais com formação e atuação adequada às idades das crianças (Campos, 1986; Rosemberg, 2008).

Ao pensar na criança, de acordo com o Plano Nacional de Educação, que destaca a importância da intersetorialidade, o PMPI ressalta o fortalecimento no município, o trabalho intersetorial, iniciando quando a criança, ainda, está no ventre de sua mãe, oferecendo atendimento de qualidade e acompanhamento desde a gestação.

Em que fase da vida a educação para a paz deve começar? Já no ventre materno o feto recebe influência psíquica dos sentimentos e pensamentos de sua mãe, de seu pai e também de outras pessoas que acompanham de perto a sua formação. Há anos a psicanálise revela isso. Os sentimentos de acolhimento, de alegria com sua chegada, o afeto e as expressões de carinho vão inscrevendo no psiquismo do feto um secreto código de segurança, bem-estar, auto-afirmação [*sic*], confiança e amor (Didonet, 2007, p. 52).

Refletindo sobre a história das políticas públicas, no Brasil, voltadas para a educação da infância, percebe-se que, para uma criança ser reconhecida enquanto sujeito de direitos, foi e continua sendo necessária uma constante luta social. Galvão, Silveira e Barbosa (2020, p. 1004-1005) reforçam que

explicita-se que a criança nem sempre teve direitos assegurados, mas recebeu atendimentos prestados com favor. Dessa forma constataram nas leis e nas ações do Estado a figura do amparo e do assistencialismo, portanto, a criança não era vista como cidadã.

De fato, são muitos os aspectos que precisam ser considerados e efetivados, para que a educação voltada à primeira infância seja de qualidade. Assim, o investimento para a Educação Infantil é um direito público e fundamental das crianças e de suas famílias, principalmente, porque ainda existe um olhar para a criança pequena de que qualquer coisa serve a ela, e isso tudo assevera-se quando a educação é voltada aos mais pobres. Entre tantos elementos precarizados, precisamos, acima de tudo, reconhecer que, “em muitos estados e municípios persiste a mentalidade de que creches e pré-escolas não necessitam de profissionais qualificados e bem remunerados” (Froner; Sudbrack, 2014, p. 70-71).

Outro ponto que cabe ressaltar é o baixo custo investido na Educação Infantil:

A desvalorização da EI acarreta o mais baixo custo médio anual (público e privado) por aluno do sistema educacional brasileiro: de acordo com a OCDE (2000), o custo médio brasileiro em EI era de US\$ 820,00 (28ª posição), sendo que o do ensino superior era de US\$ 10.000,00 (10ª posição). Em resumo, a expansão da EI vem

sendo custeada, principalmente, pelas famílias e pelas educadoras (graças a seu baixo salário) com consequências sobre a qualidade da oferta. Em decorrência, a EI brasileira vem sendo custeada pela própria criança pequena. E as organizações multilaterais (UNESCO, UNICEF e Banco Mundial entre outras) continuam difundindo a ideia que a EI brasileira pode e deve reduzir ainda mais seu custo (Rosemberg, 2006, p. 25).

A Educação Infantil, então, é uma política de prioridade? Conforme o projeto de Lei nº 6.998/2013, que originou o MLPI, a E.I é vista como espaço social de formação da criança?

A educação infantil é um espaço social e profissional de socialização, da construção das estruturas de pensamento, da afetividade, e da comunicação sob um olhar positivo da criança como pessoa capaz. O mistério insondável de sua intimidade interage com as possibilidades, desafios e propostas que o meio educacional lhe oferece e, nessa interação, a criança se insere numa cultura, dela absorve valores e também constrói cultura. Não apenas a cultura da infância, mas a cultura humana que inclui a infância (Brasil, 2013, p. 11).

Tal desvalorização não deve sujeitar uma gestão das políticas públicas de E.I. Portanto, além de prioridade, conforme consolidado no MLPI, a E.I necessita ser pauta prioritária da gestão dos municípios, em seus planos, nas previsões orçamentárias e nos diálogos dos comitês intersetoriais, com a participação dos representantes de todos os setores da sociedade.

O desafio da implementação de uma política pública perpassa por várias ações e vai refletir na sociedade, que necessita da transparência e participação, para a ação ser positiva, efetiva e de qualidade.

Nas palavras de Canário (2008), a escola deve ser um espaço em que se ganhe gosto pela política; em que se vivencie a democracia; em que se aprenda a ser rigoroso com as injustiças e se efetive o direito à palavra, utilizando-a para refletir o mundo e nele intervir.

No momento em que Dewey (1902) relaciona a escola com o interesse da criança, não está romantizando a Educação Infantil; antes, traz responsabilidades para o educador, ao propor experiências, de acordo com a realidade das crianças, tornando os aprendizados mais significativos.

Se desfizessem da ideia funesta de que há uma oposição (mais que uma diferença de grau) entre a experiência infantil e os diversos temas que constituirão o currículo no decorrer de seus estudos. No que se refere à criança, há de se saber que sua experiência já contém em si os elementos – fatos e verdades – do mesmo tipo dos constitutivos dos estudos elaborados pelos adultos e o mais importante: sob que forma contém as atitudes, os incentivos e os interesses que contribuíram para desenvolver e organizar os programas logicamente ordenados. No que diz respeito aos estudos, trata-se de interpretá-los como o resultado orgânico das forças que intervêm na vida infantil e de descobrir os meios de brindar à experiência da criança uma maturidade mais rica (Dewey, 1902, p. 277-278).

No campo da primeira infância, muito se discute sobre a prioridade dessa etapa. Para avançarmos nessa direção, é importante destacar a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância¹³, como afirma o artigo 1º da Lei nº13.257, de 08 de março de 2016, que estabelece “princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano” (Brasil, 2016, p. 1).

Então, o desafio da implementação de uma política pública é o desafio de mudar. Fernandes (2010, p.131) apresenta que a

mudança, substantivamente, sempre é mudança política. Se o professor pensar em mudança, tem que pensar politicamente. Não basta que disponha de uma pitada de sociologia, uma outra de psicologia, ou de biologia educacional, muitas de didática, para que se torne um agente de mudança.

A pesquisa sobre o Plano Municipal pela Primeira Infância é um anseio da pesquisadora quanto à participação e o protagonismo da criança. O plano citado é um plano de estado, intersetorial; no âmbito do município, é recomendado pelo Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016) e tem por objetivo central articular diferentes setores da administração municipal, que deve criar um comitê intersetorial, com o objetivo de estabelecer metas e complementar suas ações, para cumprir o dever do Estado na garantia da prioridade absoluta dos direitos das crianças, previsto na Constituição Federal (Brasil, 2016).

De acordo com Paviani (2016, p. 30), os conhecimentos científicos e tecnológicos estão presentes, em nosso cotidiano, e auxiliam na construção da sociedade:

A educação e a ciência são fenômenos históricos e, como tais, construções socioculturais com evidentes implicações econômicas e políticas. Embora a educação seja mais universal do que a ciência, como fenômeno cultural, a ciência é um fato tão marcante da época contemporânea, que os conhecimentos científicos e tecnológicos invadem a vida de quase todos os cidadãos do mundo.

Estamos envolvidos num processo, num movimento dialético, que caminha entre as ideias, que debate, argumenta e provoca, assim como aponta Paviani:

Ao concluir, podemos reafirmar que a união da educação e da produção científica depende do projeto de melhoria de vida do homem cotidiano e dos projetos de país e de mundo que queremos para nós e as novas gerações. Trata-se de projetos racionais e emocionais que envolvem, ao mesmo tempo, argumentos lógicos e ideológicos, dois polos fundamentais do diálogo e da comunicação, dois tipos de ação, a geral e a linguística. É no interior desses projetos que é possível responder a perguntas como:

¹³ O Plano Municipal pela Primeira Infância é um plano de Estado, intersetorial, que visa ao atendimento aos direitos das crianças na Primeira Infância (até os seis anos de idade).

O que é educar? Para que educar? O que é a ciência? Para que serve a ciência? Que implicações mútuas existem entre a educação e a ciência? Qual a dimensão educativa da explicação científica? Como unir dimensão ética da educação com a dimensão epistemológica da ciência? Como a ciência e a educação podem contribuir para a convivência política dos indivíduos e dos povos? (Paviani, 2016, p. 43).

Considerando que o PMPI aponta o estudo da parte biológica da criança, apresenta a parte pedagógica da escola, além do trabalho intersetorial com o comitê e o poder público, as políticas públicas de governo podem articular as ações necessárias de implementação do plano, para prover benefícios à sociedade.

Diante dessas considerações, “também está provado cientificamente que uma boa alimentação, condições favoráveis para uma boa educação e os estímulos que a criança recebe são importantes para seu desenvolvimento de forma geral” (Brasil, 2021, p.07), levando em conta as necessidades biológicas e fisiológicas da criança.

Outro aspecto importante que deve ser ressaltado, conforme a Cartilha do Plano Municipal para a Primeira Infância (Brasil, 2021, p. 11),

um passo a passo para a elaboração: o cérebro tem uma grande plasticidade, ou seja, é sensível a modificações, em especial nos primeiros anos de vida – o que não significa que depois disso nós paramos de aprender. Mas nesse período, o desenvolvimento cerebral acontece em uma velocidade incrível. Por isso, é tão fundamental estimular as crianças nessa fase. E durante toda a infância também, é claro.

No que concerne à parte pedagógica, cabe ressaltar que os materiais apropriados servem de interação para aprendizagem. Conforme Brasil (2021, p.12),

espaços e profissionais bem preparados, que organizam atividades criativas e fazem uso de materiais apropriados. Assim, as brincadeiras e as demais interações podem ocorrer a partir de experiências estimulantes, que fortalecem a socialização e geram as aprendizagens adequadas para cada faixa etária.

A criança aprende com os sons, com repetição, com uma família responsável e com uma organização pública que desempenhe seus papéis sociais. Por isso, de acordo com Paviani (2016), o conhecimento do indivíduo, de organização social e política, tem como estrutura a educação, e o ato de ensinar não se dissipa no ativismo dos meios. Ele só obtém significado na comunicação formativa do cidadão.

Assim, a infância deve ter esse olhar; as possibilidades de mudança começam na base da vida escolar. A estrutura da educação, iniciando um planejamento intersetorial, possibilita um compromisso com a infância, promovendo os direitos das crianças, e os exercendo, na sua integralidade.

Cabe ressaltar que, para Freire (2007, p.118), a separação entre educação e política é perigosa, pois,

uma tal separação entre educação e política, ingênua ou astutamente feita, enfatizemos, não apenas é irreal, mas perigosa. Pensar a educação independentemente do poder que a constitui, desgarrá-la da realidade concreta em que se forja, nos leva a uma das seguintes conseqüências [*sic*]. De um lado, reduzi-la a um mundo de valores e ideais abstratos, que o pedagogo constrói no interior de sua consciência, sem sequer perceber os condicionamentos que o fazem pensar assim; de outro, convertê-la num repertório de técnicas comportamentais. Ou ainda, tomar a educação como alavanca da transformação da realidade.

Sob esse foco, Freire (2007) discorre que a neutralidade não existe; afirma que a educação é um ato político, em que é fundamental reiterar seu posicionamento, para que não aconteça uma comunicação manipuladora.

Historicamente, é novidade o olhar para as crianças, para a infância, e tal contexto surge com alguns questionamentos. Conforme Pinto e Sarmiento (1997, p. 11):

As circunstâncias e condições de vida das crianças são, contemporaneamente, enquadráveis naquilo que tem sido uma das mais constantes facetas da infância: o carácter paradoxal como elas são consideradas pela sociedade "dos adultos". As crianças são tanto mais consideradas, quanto mais diminui o seu peso no conjunto da população. Este indicador demográfico, particularmente presente nos países ocidentais, por efeito coordenado do aumento da esperança de vida e da regressão da taxa de fecundidade, constitui, na verdade, o principal e decisivo factor da importância crescente da infância na sociedade contemporânea. Dir-se-ia que o mundo acordou para a existência das crianças no momento em que elas existem em menor número relativo.

A sociedade, de modo geral, tem um papel fundamental no comprometimento com a infância, sobretudo nos primeiros anos de vida. Dessa forma, um olhar crítico e atento às ações das políticas públicas para garantia dos seus direitos e participação.

Conforme Franklin,

a infância não é uma experiência universal de qualquer duração fixa, mas é diferentemente construída, exprimindo as diferenças individuais relativas à inserção de gênero, classe, etnia e história. Distintas culturas, bem como as histórias individuais, constroem diferentes mundos da infância” (Franklin, 1995, p. 7 *apud* Pinto; Sarmiento, 1997, p.17).

A temática da Educação Infantil, apesar de suas lutas sociais, entra em pauta, por volta dos anos 90, como afirma Rosemberg (2016, p. 25),

o tema da qualidade de oferta da EI entra na pauta só em meados dos anos 1990. Até então, sua vinculação a órgãos da assistência, a concepção dominante de que se tratava de programas de emergência para combater a pobreza e a propagação via

UNESCO, UNICEF e BM de modelos a baixo investimento público fizeram com que se privilegiasse a expansão com qualquer qualidade. Isto acarretou um padrão de funcionamento, em média, com baixa qualidade: educadoras sem formação profissional, brinquedos, livros e espaços externos e internos insuficientes e inadequados. Formas de produção e sustentação de desigualdades sociais produzidas, também, pela desigualdade na distribuição de renda. O esforço contemporâneo de ativistas da EI tem sido, portanto, definir o mínimo nacional aceitável para que creches e pré-escolas respeitem as crianças.

Conforme a LDBEN promulgada, existe uma contradição entre a implementação, que prevê a universalização da Educação Infantil e a integração das unidades ao sistema de ensino, pois o Estado continua a tratando de forma assistencialista (Fullgraf, 2001).

Ao levar em conta os registros históricos, podemos perceber que a Educação Infantil foi considerada como assistencialista, beneficiando os trabalhadores, inserida no contexto das políticas sociais (Rosemberg, 2016). Com a legislação numa gradativa evolução, o direito das crianças e das famílias é assegurado, tendo uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos.

Para aprimorar o entendimento sobre o que vem sendo estudado sobre a Primeira Infância, em pesquisas acadêmicas, como teses, dissertações e artigos, foi realizado o Estado do Conhecimento, que segue, na próxima seção.

4 ESTADO DO CONHECIMENTO: CONSTRUÇÃO SOCIAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

O Estado do Conhecimento, conforme Morosini, Nascimento e Nez (2021, p.71), é uma atividade acadêmica que

busca conhecer, sistematizar e analisar a produção do campo científico sobre determinada temática, subsidiar a dissertação e/ou tese em educação, delimitando o tema e ajudando a escolher caminhos metodológicos e elaborar a produção textual para compor a dissertação/tese.

Podemos identificar o avanço da ciência, na área da educação. Diante dessas considerações, destacamos a metodologia do Estado do Conhecimento, que é um levantamento de dados. Nas palavras de Morosini, (2014, p. 102):

[...] estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.

O tema exposto versa sobre o Plano Municipal pela Primeira Infância, identificando os municípios do Rio Grande do Sul que possuem a implementação, e como acontece o diálogo intersetorial. Sob esse foco, a plataforma escolhida para realizar a busca das produções científicas publicadas foi o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Ict, que desenvolve e coordena o Repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Esta integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil e, também, estimula o registro e a publicação de teses e dissertações, em meio eletrônico.

O sistema possui 130 instituições, 556.953 dissertações, 209.973 teses e 766.926 documentos registrados, até o dia dois de novembro de dois mil e vinte dois, no momento da consulta da autora. O filtro selecionado foi realizado no período de 2018 até 2022.

No que se refere à temática, utilizaram-se como descritores *primeira infância + marco legal primeira infância e Plano Municipal pela Primeira Infância*. Não houve uma seleção no campo pesquisado, assim, realizou-se uma leitura do conteúdo com maior abrangência. A pesquisa de Estado do Conhecimento refere-se, para Morosini e Fernandes (2014, p. 102), como “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo”. Seguindo a

mesma linha de pensamento, almeja-se a disseminação e ampliação de conhecimento sobre a temática da Primeira Infância.

Observaram-se vinte títulos, encontrados com a delimitação dos descritores definidos, de acordo com o tema da pesquisa e o objetivo do estudo, visto que, para contribuir com essa identificação, é imprescindível explorar o conceito do tema, e escolher *sites* especializados, para agregar essa escolha (Gomes, 1999).

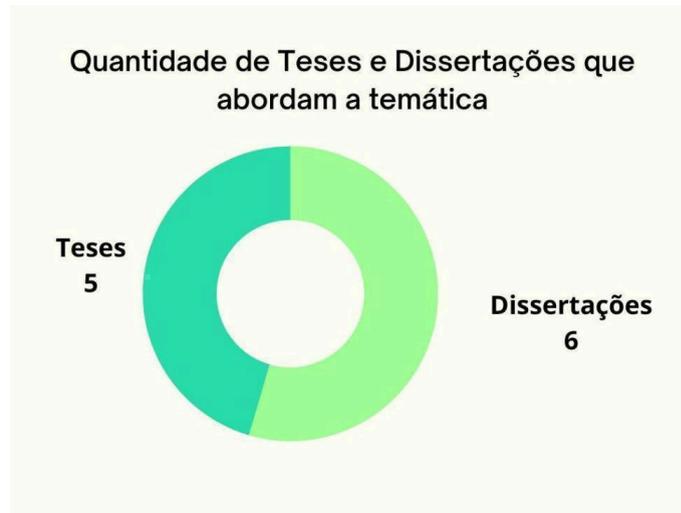
Quadro 3: Quadro descritores

DESCRITORES	Nº DE TÍTULOS ENCONTRADOS	CAMPOS PESQUISADOS
primeira infância + marco legal primeira infância	12	Todos os campos
Plano Municipal pela Primeira Infância	08	Todos os campos

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Diante dessas constatações, por meio desse estado do conhecimento, fundamental para o *corpus* de análise, esperou-se encontrar dissertações e teses que contribuam para o assunto abordado, bem como a probabilidade de auxiliar no diálogo sobre a relevância do período da Primeira Infância. De acordo com Morosini (2015), cabe ao pesquisador a seleção do *corpus* de análise, após a constituição da pergunta e seguindo as fases metodológicas.

Por meio da busca avançada no repositório da BDTD, referente ao tema, as produções selecionadas passaram a ser de doze títulos; contudo, ao realizar a análise intuitiva, foi identificada uma produção em duplicidade. Permaneceram, então, para o estudo, onze títulos, resultando em seis dissertações e cinco teses. O quantitativo segue no Gráfico 1.

Gráfico 1: Quantidade de Teses e Dissertações que abordam a temática

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Nesse sentido, segue uma lista com cinco títulos selecionados sobre a Primeira Infância¹⁴, e uma lista de seis títulos que se relacionam com o Plano Municipal pela Primeira Infância¹⁵. Além disso, uma bibliografia anotada, ou seja, a relação das teses e dissertações selecionadas e organizadas por referência bibliográfica completa e respectivo resumo (Morosini, 2015), e bibliografia sistematizada, destacando os objetivos, alinhavados com o tema proposto. Na sequência, apresenta-se a bibliografia categorizada para desenvolvimento, construção, informações, que orientam a autora e enriquecem sua pesquisa.

Quadro 4: Quadro Bibliografia Anotada

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	NÍVEL	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
1	2020	Crespi, Livia	Neurociências na formação	T	Aprendizagem Desenvolvimento	Esse estudo tem como foco discorrer sobre o desenvolvimento

¹⁴ Resultado da busca, realizada em 02 de novembro de 2022, sobre a Primeira Infância <https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?sort=relevance&join=AND&lookfor0%5B%5D=%22primeira+inf%C3%A2ncia%22%2B+marco+legal+primeira+inf%C3%A2ncia&type0%5B%5D=AllFields&lookfor0%5B%5D=&type0%5B%5D=AllFields&lookfor0%5B%5D=&type0%5B%5D=AllFields&bool0%5B%5D=AND&illustration=-1&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2018&publishDateto=2022>

¹⁵ Resultado da busca, realizada em 02 de novembro de 2022, sobre o Plano Municipal pela Primeira Infância <https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?sort=relevance&join=AND&lookfor0%5B%5D=Plano+Municipal+pela+Primeira+Inf%C3%A2ncia&type0%5B%5D=AllFields&lookfor0%5B%5D=&type0%5B%5D=AllFields&lookfor0%5B%5D=&type0%5B%5D=AllFields&bool0%5B%5D=AND&illustration=-1&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2018&publishDateto=2022>

		Regina Saiani	docente continuada: valorizando o desenvolvimento e a aprendizagem na primeira infância		infantil Educação continuada Educação infantil	neurobiológico e a aprendizagem durante os seis primeiros anos de vida da criança, apresentando fundamentos que preconizam a valorização desta etapa da vida para o desenvolvimento humano. O estudo busca levantar os conhecimentos prévios de educadores que lecionam para as etapas Creche e Pré-escola em instituições municipais de Educação Infantil (EI) de Farroupilha/RS sobre aspectos relacionados ao funcionamento cerebral, ao neurodesenvolvimento e aprendizagem durante a Primeira Infância e, verificar, após a oferta de encontros de formação docente continuada, se houve alteração nos conhecimentos prévios coletados e se foram promovidos esclarecimentos sobre a temática em tela.
--	--	---------------	---	--	--	---

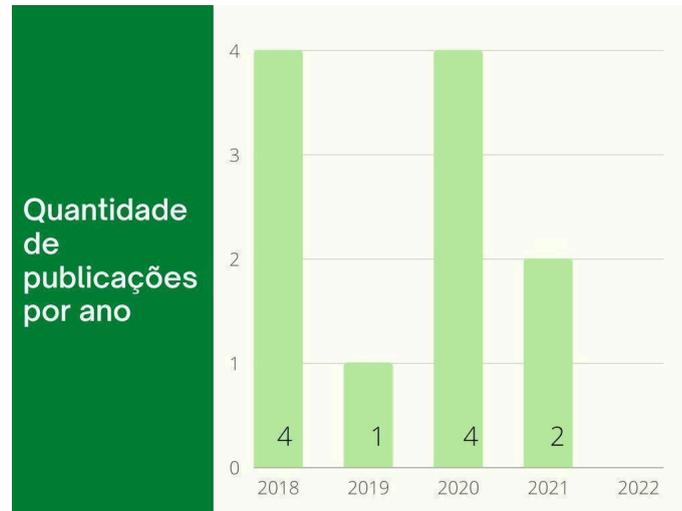
Fonte: elaborado pela autora (2022)

A bibliografia anotada, como o nome anuncia, diz respeito às anotações das produções encontradas, conforme os descritores estabelecidos, assim como o ano de publicação, definindo e selecionando os elementos para o *corpus* de análise.

Dessa maneira, é importante destacar que, nas palavras de Morosini (2015),

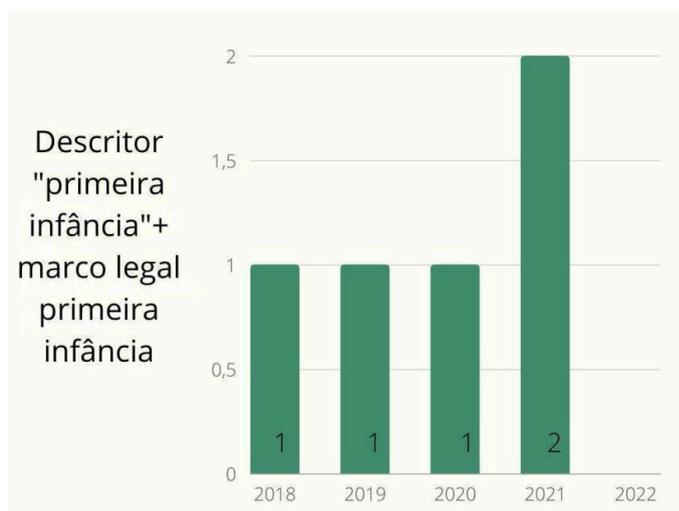
[...] a construção de uma produção científica está relacionada não só à pessoa/pesquisador que a produz, mas as influências da instituição na qual está inserida, do país em que vive e de suas relações com a perspectiva global. Em outras palavras, a produção está inserida no campo científico e, em suas regras constitutivas (Morosini, 2015, p. 02).

No que se refere à bibliografia anotada, foi possível observar, com base no filtro do período de 2018 até 2022, até o mês de novembro de 2022, as quantidades de produções, por ano, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2: Quantidade de produções por ano

Fonte: elaborado pela autora (2022)

A lista de títulos selecionados, com a busca *primeira infância + marco legal primeira infância*, constituiu-se de cinco produções, verificando, dessa forma, três dissertações e duas teses, entre os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021.

Gráfico 3: Ano das publicações com o descritor *primeira infância + marco legal primeira infância*

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Na pesquisa, foi possível observar que, das cinco produções encontradas, três são do estado de São Paulo, uma do Rio de Janeiro e uma do Rio Grande do Sul.

Observou-se, também, uma dissertação sobre intersectorialidade e sobre a relevância do período da Primeira Infância, com foco naquelas crianças que têm suas mães e/ou seus pais privados de liberdade, focando no campo da Administração Pública, tendo o Marco Legal da Primeira Infância como referencial legislativo norteador. Uma segunda pesquisa, investigando sobre atores envolvidos na produção de políticas públicas para a Primeira Infância, no Brasil; a terceira, analisando as diretrizes, metas e os objetivos elencados no PNPI para a Educação Infantil; a quarta, analisando os fatores que contribuíram para a escolha de políticas e ações que priorizam a Primeira Infância, na agenda pública brasileira e, por fim, ao neurodesenvolvimento e aprendizagem durante a Primeira Infância.

Na segunda busca, a lista de títulos, selecionados com o Plano Municipal pela Primeira Infância, consiste em seis produções, que chamaram a atenção da autora, por constatar três dissertações e três teses, somente nos anos de 2018 e 2020, de acordo com o filtro da pesquisa. Conforme o gráfico a seguir, duas dissertações e uma tese, em 2018; uma dissertação e duas teses, em 2020.

Gráfico 4: Quantidade de produções e ano de publicação



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Nessa busca, foram encontrados seis estados diferentes de publicação: Paraná, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba e Bahia.

Na primeira publicação, uma dissertação sobre a Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, foi abordado o Plano Educacional Individualizado e sua importância para a inclusão de crianças autistas; na segunda pesquisa, o planejamento municipal e as políticas de expansão e universalização da Educação Infantil, na região

metropolitana do Recife, como ponto de partida de uma contextualização histórica e teórica sobre a questão da infância e das políticas para a Educação Infantil. Esta última, tomada no contexto analítico das políticas públicas de educação.

A terceira tese observada teve como base um esquema teórico para a análise de políticas públicas, construído mediante a integração da abordagem do ciclo de políticas públicas com os princípios de transparência, participação e colaboração. Foram selecionadas três políticas públicas distintas como unidades de análise: o Laboratório de Inovação Aberta (Mobilab), o Plano Municipal pela Primeira Infância e o Programa Operações Urbanas.

Na quarta pesquisa, uma dissertação, tem-se como foco os direitos das crianças e adolescentes e a falta de comunicação dos gestores, juristas e servidores; a morosidade da máquina pública; as diversidades político-partidárias; a falta de diálogo com os órgãos fiscalizadores, que dificultam as ações.

Ao acreditar que a criança, saindo do âmbito familiar, para seu primeiro contato fora desse grupo, tem a escola/creche como primeira referência, estando diante de um mundo novo, em busca de identificação e de conhecer diferentes historicidades para construir a própria identidade, a quinta dissertação pesquisada trouxe a identidade da criança negra na Educação Infantil. Por último, uma tese que versa sobre prevenção e manejo domiciliar da doença diarreica aguda infantil, em comunidade quilombola.

Na bibliografia sistematizada, de acordo com Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), ficam definidos: rótulo de identificação do trabalho selecionado; ano de publicação; autor; título; nível acadêmico; objetivos, metodologia e resultados da pesquisa. Realizando uma leitura flutuante, será proposto um aprofundamento das pesquisas, conforme a tabela 3.

Quadro 5: Quadro Bibliografia Sistematizada

Nº	ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR	TÍTULO	NÍVEL	OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS	CONCLUSÕES
3	2021	UNICAMP ESTADO: SP	Torres, Elisa Mariana	A educação infantil no Plano Nacional pela Primeira Infância	D	Este trabalho tem como objetivo geral analisar as diretrizes, metas e os objetivos elencados no PNPI para a Educação Infantil, a partir das conquistas históricas e	Abordagem qualitativa, teve como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e análise documental.	A análise realizada aponta para um Plano marcado por contradições, em que, ao mesmo tempo que apresenta as conquistas legais e teóricas da Educação Infantil, segue orientações de uma agenda global	O documento contribui para a orientação e propagação de políticas para a primeira infância, baseadas na perspectiva de uma educação compensatória, com finalidade de romper com a pobreza e formar capital humano desrespeitando a luta histórica pela ampliação do

						legais no país para a efetivação do direito à educação das crianças pequenas.		marcada pelas descobertas do campo da neurociência, difundidas sob uma perspectiva economicista, a partir da devida estimulação cerebral na infância.	Direito à Educação Infantil no Brasil para todas as crianças e famílias.
--	--	--	--	--	--	---	--	---	--

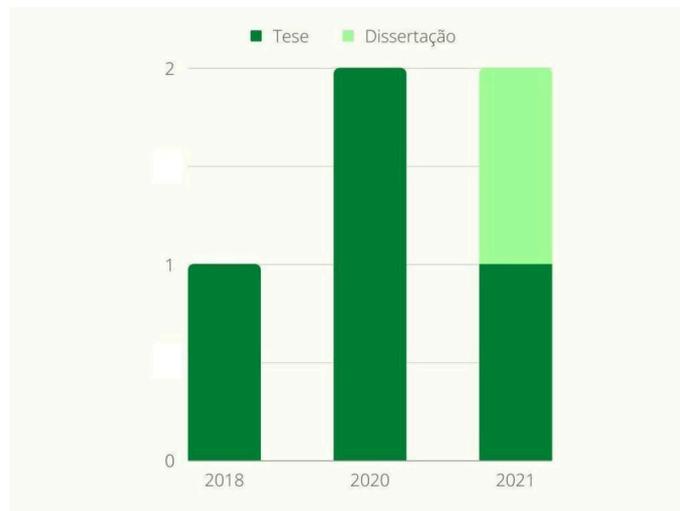
Fonte: elaborado pela autora (2022)

Em seguida, foram realizadas leituras intuitivas, para apontar quais trabalhos são relevantes e quais não se enquadram na área específica do estudo em questão.

No que se refere ao processo de exclusão de produções, as temáticas distantes do objetivo da pesquisa são: A produção do cidadão: políticas públicas para a primeira infância no Brasil (Silva, 2018); O adolescente privado de liberdade: o trabalho da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (Pires, 2018); A identidade da criança negra na educação infantil: representações a partir dos brinquedos e brincadeiras (Barbosa, 2018); Intersetorialidade e as crianças que são filhas de pessoas privadas de liberdade: um estudo a partir do Marco Legal da Primeira Infância (Bastos, 2019); Plano educacional individualizado e sua importância para a inclusão de crianças autistas (Oliveira, 2020) e Prevenção e manejo domiciliar da doença diarreica aguda infantil em comunidade quilombola (Siqueira, 2020).

No que se aproxima ao tema *primeira infância + marco legal primeira infância e Plano Municipal pela Primeira Infância*, os trabalhos selecionados foram uma tese de 2018, duas teses de 2020, e uma tese e uma dissertação de 2021, sendo: O planejamento municipal e as políticas de expansão e universalização da educação infantil na região metropolitana do Recife (Silva, 2018); Neurociências na formação docente continuada: valorizando o desenvolvimento e a aprendizagem na primeira infância (Crespi, 2020); Governo aberto: análise de políticas públicas sob os princípios de transparência, participação e colaboração (Oliveira, 2020); A educação infantil no Plano Nacional pela Primeira Infância (Torres, 2021) e Construção social da Primeira Infância e sua priorização na agenda pública Brasileira (Costa, 2021). A referida seleção é apresentada no gráfico 5.

Gráfico 5: Teses e dissertações que se aproximam à temática



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Na interpretação desse gráfico, nota-se que foram publicadas mais teses no acervo da BDTD e apenas uma dissertação, abordando a Primeira Infância, no ano de 2021. Contudo, é importante ressaltar que a Primeira Infância é um tema que está sendo muito dialogado e voltado para assegurar o desenvolvimento infantil integral.

As pesquisas analisadas são oriundas de diferentes instituições: UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas; PUC - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; UFP - Universidade Federal de Pernambuco e UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais. As informações seguem no gráfico 6.

Foi possível perceber que as pesquisas realizadas englobam o tema da Primeira Infância. Na pesquisa de Silva (2018), propôs-se o exame do processo de universalização da pré-escola e expansão da oferta de creches, em três municípios da Região Metropolitana do Recife. Após a aprovação do último Plano Nacional de Educação - PNE - e dos correspondentes planos municipais de educação - PMEs -, tomou-se como ponto de partida uma contextualização histórica e teórica sobre a questão da infância e das políticas para a Educação Infantil; esta última, tomada no contexto analítico das políticas públicas de educação.

Em Crespi (2020), o foco foi discorrer sobre o desenvolvimento neurobiológico e a aprendizagem, durante os seis primeiros anos de vida da criança, apresentando fundamentos que preconizam a valorização dessa etapa da vida para o desenvolvimento humano. Trata-se de uma pesquisa mista, com abordagem qualitativa e quantitativa, de natureza aplicada e de cunho exploratório para coleta de dados.

Oliveira (2020) buscou, na sua tese, identificar como e quando os princípios de transparência, participação e colaboração estão sendo incorporados nas fases do ciclo de políticas públicas em governos locais, um tema amplamente discutido por governos nacionais e subnacionais, em todo o mundo. Apesar disso, tanto entre os governos quanto na literatura acadêmica ainda não há um entendimento consolidado sobre quais princípios devem nortear as iniciativas de governo aberto. Isso ocorre, porque o conceito de governo aberto vem sendo construído por diferentes caminhos. Ao longo do tempo, as definições foram incorporando diversos princípios, muitas vezes, sob influência dos contextos político, social, econômico, cultural e tecnológico de cada momento na história, desde os primeiros registros do termo até as iniciativas pioneiras que influenciaram a compreensão sobre o significado de governo aberto, em todo o mundo. Na literatura acadêmica contemporânea sobre governo aberto, os princípios da transparência, participação e colaboração têm sido os mais empregados, porém, na maioria das vezes, discutidos, apenas, superficialmente. Esse é um dos motivos da escassez de estruturas e diretrizes para se analisar a efetividade das iniciativas de governo aberto e a influência de tais princípios sobre o ciclo de políticas públicas, especialmente em governos locais, que são as instâncias mais próximas dos cidadãos.

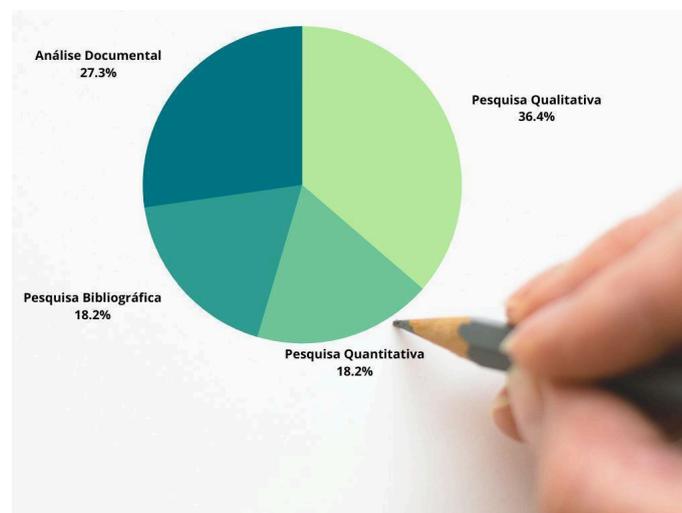
Segundo Torres (2021), o trabalho realizado tem como objetivo geral analisar as diretrizes, metas e os objetivos elencados no Plano Nacional pela Primeira Infância para a Educação Infantil, a partir das conquistas históricas e legais, no país, para a efetivação do direito à educação das crianças pequenas. Com uma abordagem qualitativa, teve como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a análise documental.

Em Costa (2021), o seu estudo analisou os fatores que contribuíram para a escolha de políticas e ações que priorizam a Primeira Infância na agenda pública brasileira, os fatores que fundamentam o surgimento e a intensificação de políticas e ações voltadas para a garantia dos direitos das crianças, na Primeira Infância. As principais abordagens que influenciaram as narrativas, legislações e programas sociais voltados para a Primeira Infância; os ciclos das políticas públicas, formação de agenda e as diferentes maneiras como os diversos atores sociais se relacionam.

Conforme apontam Lüdke e André, “as categorias devem explicitar os propósitos da pesquisa e, ao mesmo tempo, ser internamente homogêneas, externamente heterogêneas, coerentes e plausíveis” (1986, p. 43).

Na pesquisa sistematizada, verificaram-se coleta de dados e metodologia abordadas, como: pesquisa qualitativa; pesquisa quantitativa; pesquisa bibliográfica com esquemas teóricos e análise documental, de acordo com o gráfico 8.

Gráfico 8: Pesquisa sistematizada



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Logo após, tendo como base cinco publicações, iniciou-se o processo de categorização. De acordo com Morosini, Nascimento e Nez (2021, p. 73), “posteriormente, a bibliografia categorizada exigirá uma leitura aprofundada dos textos selecionados para organizar as categorias analíticas”. A tabela 4 mostra as publicações encontradas e as temáticas, organizadas por categorias.

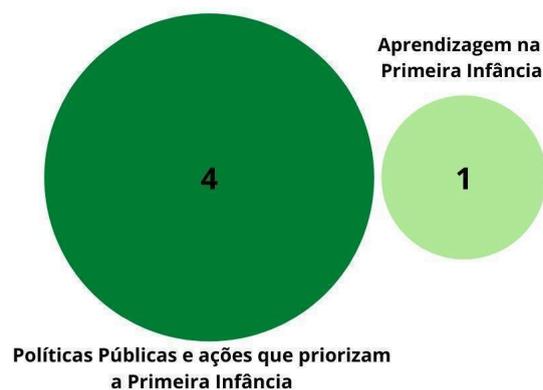
Quadro 6: Quadro Bibliografia Categorizada

Nº	CATEGORIA	TÍTULO
1	Políticas Públicas e ações que priorizam a Primeira Infância	A educação infantil no Plano Nacional pela Primeira Infância
		Construção Social da Primeira Infância e sua priorização na agenda Pública Brasileira
		O planejamento municipal e as políticas de expansão e universalização da educação infantil na região metropolitana do Recife
		Governo aberto: análise de políticas públicas sob os princípios de transparência, participação e colaboração
2	Aprendizagem na Primeira Infância	Neurociências na formação docente continuada: valorizando o desenvolvimento e a aprendizagem na primeira infância

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Na sequência, o gráfico 9 demonstra as categorias, fragmentadas em: Políticas Públicas e ações que priorizam a Primeira Infância, com o total de quatro publicações, e Aprendizagem na Primeira Infância, com uma publicação acadêmica. Assim, essas produções são as que se aproximam do critério de escolha do *corpus* de análise, para a construção do Estado do Conhecimento.

Gráfico 9: Pesquisa categorizada



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Nas palavras de Morosini e Kohls (2021), a bibliografia categorizada é o reagrupamento em categorias temáticas, após o material ser selecionado e reorganizado. A

partir de agora, como já citado, serão utilizadas duas categorias, uma com o foco em Políticas Públicas e ações que priorizam a Primeira Infância, e a outra com as Aprendizagens na Primeira Infância.

Salientam-se os descritores pesquisados: *primeira infância + marco legal primeira infância e Plano Municipal pela Primeira Infância*, com a busca sem seleção no campo pesquisado, de modo a observar e realizar, assim, uma leitura do conteúdo com maior abrangência.

Com os anos estipulados entre 2018 a 2022, percebeu-se a necessidade de realizar essa dissertação. Inclusive no ano corrente, nenhuma pesquisa foi realizada até então.

4.1 Políticas Públicas e ações que priorizam a Primeira Infância

As publicações dessa categoria com a temática Políticas Públicas e ações que priorizam a Primeira Infância, quando da definição das categorias, ficaram selecionadas em quatro títulos.

Na pesquisa de Torres (2021), a análise realizada aponta que o Plano Nacional pela Primeira Infância está marcado por contradições; ao mesmo tempo em que se apresentam as conquistas legais e teóricas da Educação Infantil, seguem-se orientações de uma agenda global, marcada pelas descobertas do campo da neurociência, difundidas sob uma perspectiva economicista, pela devida estimulação cerebral na infância. Observa-se, na redação de Torres (2021), que o documento contribui para a orientação e propagação de políticas para a Primeira Infância, baseadas na perspectiva de uma educação compensatória, com finalidade de romper com a pobreza e formar capital humano, desrespeitando a luta histórica pela ampliação do Direito à Educação Infantil, no Brasil, para todas as crianças e famílias.

Costa (2021) buscou explorar as principais abordagens que influenciaram as narrativas, legislações e programas sociais voltados para a Primeira Infância. Abordam-se os ciclos das políticas públicas, a formação de agenda e as diferentes maneiras como os diversos atores sociais se relacionam. Além disso, apresenta uma análise do contexto socioeconômico brasileiro dos indicadores acerca da Primeira Infância. Dessa maneira, Costa (2021) expõe que, apesar de o Marco Legal pela Primeira Infância ter partido do princípio de garantia dos direitos, o discurso dominante, no Brasil, parte, majoritariamente, das perspectivas da neurociência e da economia, no que tange à importância do investimento na Primeira Infância. Ademais, embora a Primeira Infância tenha entrado na agenda pública brasileira, estas conquistas, ainda, pouco se refletem nas vidas das crianças brasileiras.

Já Silva (2018) aponta que os resultados são planos municipais com tendência a não tratarem de suas realidades e necessidades locais, trazendo, em diversos trechos, cópia acrítica do Plano Nacional de Educação, indicando o desprezo pelo planejamento como elemento potencializador dos efeitos da política educacional, ou ausência de preparo técnico para tanto. O autor constatou que as estratégias desenvolvidas pelos municípios eram pontuais e descontínuas, com baixa aplicação de esforços na implementação das políticas de universalização e ampliação da primeira etapa da Educação Básica, desconsiderando as especificidades desse campo educativo, a centralidade da Educação Infantil para o sucesso da escolarização no Brasil e o próprio direito das crianças de zero a cinco anos, especialmente as crianças das classes menos privilegiadas.

Essas constatações reafirmam o quão contraditório é o processo de implementação das políticas que visam combater as desigualdades educacionais. Nos municípios, as estratégias para implementação das políticas, examinadas neste estudo, representaram mais um cumprimento de um preceito legal e um receio de possíveis implicações, do que, exatamente, um comprometimento com a questão da Educação Infantil. A pesquisa apontou, ainda, que sem a regulamentação do Regime de Colaboração e a instituição do Sistema Nacional de Educação, como ferramentas de suporte à materialização das políticas educacionais nos municípios, a garantia do direito à Educação Infantil corre o risco de permanecer no campo das intenções.

Oliveira (2020) propôs um esquema teórico, para a análise de políticas públicas, construído mediante a integração da abordagem do ciclo de políticas públicas com os princípios de transparência, participação e colaboração. O esquema teórico-analítico foi aplicado em um estudo de caso sobre a iniciativa de governo aberto da Prefeitura Municipal de São Paulo, em que foram selecionadas três políticas públicas distintas como unidades de análise: o Laboratório de Inovação Aberta (Mobilab +), o Plano Municipal pela Primeira Infância e o Programa Operações Urbanas. Ao reunir as perspectivas propostas no esquema de análise, foi possível verificar que, em nenhuma das políticas selecionadas, os princípios de governo aberto foram incorporados em todas as fases do ciclo político, e que a iniciativa de governo aberto não foi completamente institucionalizada pelo governo municipal de São Paulo.

Percebe-se que as pesquisas demonstram a preocupação com o fato de as políticas públicas não saírem do papel, que refletem pouco na vida das crianças que fazem parte da agenda pública. No entanto, as propostas coletivas enfrentam muitas dificuldades no processo de implementação e execução, ficando apenas no campo das intenções.

4.2 Aprendizagem na Primeira Infância

Na definição dessa categoria, foi selecionada apenas a pesquisa de Crespi (2020), sendo a única que discorreu sobre a existência de uma considerável lacuna de conhecimento entre os educadores sobre a importância da Primeira Infância para o desenvolvimento humano, em especial sobre os aspectos relacionados ao neurodesenvolvimento e a aprendizagem, entre o nascimento e os seis anos de idade. Os encontros de formação continuada, de acordo com Crespi (2020), elaborados com respaldo de saberes contemporâneos das Neurociências e da Educação sobre a temática, buscam suprir lacunas de conhecimento detectadas no pré-teste aplicado em momento anterior ao início dos encontros de formação, promovendo esclarecimentos sobre a temática. O estudo também apontou a relevância da interlocução entre Neurociências, Educação e formação docente continuada, considerando a urgência de promover práticas pedagógicas que considerem diferentes aspectos, de forma a mediar o desenvolvimento e a aprendizagem infantil, favorecendo a consolidação desses processos, no ambiente escolar.

Compreender as políticas públicas de implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância, contemplando a escuta e a participação das crianças, é de extrema relevância, levando em conta o alinhamento da intersetorialidade, quando se fala em Primeira Infância, pois a criança precisa ser protagonista da sua história e ter possibilidade de adquirir um plano que atenda as prioridades do seu desenvolvimento.

Destaca-se que as pesquisas apontaram a relevância da aprendizagem da criança desde o nascimento, a contradição no processo de implementação das políticas públicas, a descontinuidade das ações propostas pelos governos, mas, também, as conquistas de ter a Primeira Infância nas legislações e programas voltados para essa fase, que é a etapa inicial da vida das crianças.

O Plano Municipal pela Primeira Infância busca movimentar a intersetorialidade nos municípios, envolvendo todas as secretarias, a fim de que pensem nas crianças, que serão os jovens, adultos e cidadãos da cidade. Portanto, se pensada desde a infância, poderemos potencializar a Primeira Infância, comprometendo os entes envolvidos e fortalecendo as políticas públicas, para que partam do campo das intenções para o das realizações.

O Estado do Conhecimento me fez considerar que é importante realizar uma pesquisa sobre o Plano Municipal pela Primeira Infância, contemplando a escuta e a participação, visando ao atendimento dos direitos das crianças, na Primeira Infância, com todo aporte da administração municipal, pois é um instrumento político e técnico, que deve ser construído,

de forma intersetorial e democrática, com a participação das diferentes esferas, abrangendo, assim, o pleno desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

5 CAMINHOS METODOLÓGICOS

[...] a construção de uma produção científica está relacionada não só à pessoa/pesquisador que a produz, mas às influências da instituição na qual está inserida, do país em que vive e de suas relações com a perspectiva global. Em outras palavras, a produção está inserida no campo científico e, em suas regras constitutivas (Morosini, 2015, p.2).

A temática proposta é investigar as políticas públicas de implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância, contemplando a escuta e a participação das crianças. Desse modo, como promover um diálogo intersetorial, na administração pública, a fim de contribuir para a implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância?

Tem-se, por objetivo geral, analisar as políticas públicas de implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância, em alguns municípios do estado do Rio Grande do Sul, contemplando a escuta e a participação das crianças. Como objetivos específicos, citam-se: construir um aporte teórico referente às políticas de implementação dos PMPI e gestão pública municipal democrática; identificar e analisar em quais municípios do Rio Grande do Sul o plano já se encontra implementado e como mantêm-se os diálogos intersetoriais na gestão pública dos municípios e, por fim, conhecer a constituição do projeto e a implementação do PMPI em um município da Região do Alto Uruguai Gaúcho.

Segundo Demo (1995, p. 43), “a metodologia existe não para lançarmos apelo desesperado contra a ideologia, a autoridade, a infiltração estranha, mas para armar estratégias conscientes de seu controle”.

A metodologia é primordial para o processo de conhecimento do pesquisador. Quando fazemos pesquisa, podemos usufruir de muitas informações, investigações, indagações, observações.

Segundo Thiollent (1992), a metodologia de pesquisa está em comparação ao estudo dos vários procedimentos investigativos disponíveis aos pesquisadores, enfocando, além de definições e análises de suas possibilidades e limitações, as críticas aos seus pressupostos epistemológicos e às implicações da sua utilização. A metodologia pode, também, ser vista como uma ferramenta.

Dessa maneira, as decisões metodológicas que seguem são organizadas de forma a descrever os pressupostos metodológicos da pesquisa, método de análise, o contexto vivenciado, contribuições das políticas públicas quanto à infância, proposta de composição de Comitê Intersetorial de Políticas para a Primeira Infância, instituído por Portaria Municipal.

No campo da Primeira Infância, muito se discute sobre a prioridade dessa etapa. Para avançarmos nessa direção, na primeira parte do texto, faremos um levantamento, com a pesquisa bibliográfica; em seguida, uma reflexão, identificando, registrando e categorizando a temática com o Estado do Conhecimento; a análise de dados e, após, será apresentada a pesquisa de campo, importante para extrair dados e informações, seguindo com um processo de aperfeiçoamento, atrelado à formação continuada e, por último, a elaboração do Plano pela Primeira Infância, com a participação das crianças e o comitê intersetorial.

Conforme Minayo (2002), a pesquisa bibliográfica coloca a aspiração do autor e do pesquisador no panorama de interesses em relação à organização daquela. Desse modo, é inevitável que a pesquisa aponte valores levantados pela autora.

A pesquisa bibliográfica, somada ao Estado do Conhecimento, nos auxiliará na construção do entendimento, seguido da pesquisa documental, para perceber como uma rede municipal de um município da Região do Alto Uruguai Gaúcho, pertencente à mesorregião do Noroeste Rio-Grandense e à microrregião de Erechim, concebe a temática de pesquisa, verificando se ela está presente. Para Lüdke e André (1986, p. 43), “as categorias devem explicitar os propósitos da pesquisa e, ao mesmo tempo, ser internamente homogêneas, externamente heterogêneas, coerentes e plausíveis”.

Após alguns caminhos, com objetivos que atendam ao propósito da pesquisa, realizou-se: a) Ações de formação continuada sobre o tema, projetando, em conjunto com o Comitê Intersetorial¹⁶; ações para efetivação do plano, enquanto Produto Final; c) Implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância; d) Elaboração do *e-book*, com orientações, disponibilizado de forma *on-line*.

O presente estudo apresenta diversos aspectos fundamentais para a elaboração de um diagnóstico abrangente e a proposição de políticas públicas eficazes para a primeira infância, enfatiza a importância de uma abordagem integrada e baseada em coleta de dados robusta, diagnóstico preciso da situação atual, a intersetorialidade e a implementação de um PMPI estratégico são elementos cruciais para criar um ambiente favorável ao desenvolvimento integral das crianças.

De acordo com os princípios éticos da pesquisa, os nomes dos participantes dos municípios envolvidos não serão divulgados. No entanto, para que sejam identificados, no decorrer da pesquisa, será utilizado: participante 1, participante 2 e, assim, por diante.

¹⁶ Que se efetiva, ou se desenvolve, entre dois ou mais setores; que compreende mais de um ramo, domínio, subdivisão ou seção.

Serão apresentadas categorias, constituídas pela concepção dos participantes quanto à inserção da primeira infância como foco do planejamento do PMPI: a) a inserção da primeira infância como foco do planejamento; b) contribuições da intersectorialidade no PMPI; c) práticas e desafios na elaboração do plano; d) indicativos e experiências destacadas no planejamento, pensando nas infâncias.

Observa-se, assim, que a pesquisa não é neutra, que alguns valores e princípios da autora conduzem a abordagem e destaca pontos que pretende estudar. A dissertação, dessa maneira estruturada, realizará uma pesquisa bibliográfica.

5.1 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é uma importante metodologia que conforme enfatizam Sartori e Pereira (2019),

fez parte de todo processo de investigação, uma vez que a fundamentação teórica iluminou as ações desenvolvidas, contribuindo para teorizar acerca de como as políticas públicas possibilitam a resolução dos problemas em relação aos investimentos, à formação dos professores e à qualificação do processo educacional.

De acordo com Severino (2007, p. 122), a pesquisa bibliográfica, com base nos conhecimentos já estudados, se efetiva quando o:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica, segundo (Gil, 2002), reside no fato de consentir ao investigador uma ampla série de fenômenos do que aquela que poderia pesquisar, diretamente. Essa vantagem torna-se, então, particularmente importante, quando o problema de pesquisa exige dados muito dispersos pelo espaço.

O estudo bibliográfico iniciará, revisitando trabalhos acadêmicos, em busca de pesquisas sobre a implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância, nos municípios do Rio Grande do Sul, e a extrema importância de a Primeira Infância ser levada em consideração, nas políticas públicas.

Quadro 7: Referencial teórico

CONCEITOS	AUTORES	ANO DE PUBLICAÇÃO
A importância das teorizações sobre a infância	Dewey	1979
	Ariès	1986
	Libâneo	2012
	Kuhlmann Jr.	2015
	Santos	2016
Políticas públicas, experiências, democracia e infâncias	Dewey	1979
	Ball	1994
	Bittar, Silva e Mota	2003
	Fernandes	2010
	Froner e Sudbrack	2014
	Santos	2016
	Maudonnet	2020
	Costa	2021
Vivências: reflexão acerca das experiências na Educação Infantil	Didonet	1980
	Montessori	1989
	Fullgraf	2001
	Domingues	2007
	Nunes, Corsino e Didonet	2011
	Cosenza e Guerra	2011
	Freire	2015
	Tiriba	2018
	Klosinski e Loss	2020
	Fochi	2021
Sarmento	2023	

Fonte: elaborado pela autora (2024)

O levantamento e a revisão de obras publicadas auxiliam a direcionar a pesquisa, o que necessita de dedicação, estudo e investigação da pesquisadora, para complementar o trabalho.

Com o repertório utilizado, em seguida, será apresentada a pesquisa de Estado do Conhecimento.

5.2 Pesquisa de Estado do Conhecimento

O Estado do Conhecimento possibilita uma dimensão mais abrangente de como abordar a temática escolhida, assim como refletir com as produções científicas investigadas.

Na sequência das buscas, algumas etapas foram organizadas: bibliografia anotada, ou seja, a relação das teses e dissertações selecionadas e organizadas por referência bibliográfica completa e respectivo resumo (Morosini, 2015), que são anotações para auxiliar o leitor a ter uma prévia de cada fonte pesquisada. Na bibliografia sistematizada, foram destacados os objetivos, fazendo o alinhavo com o tema proposto, com o foco definido, visando identificar os indicadores relevantes. Na sequência, a bibliografia categorizada, para desenvolvimento, construção e informações, que orientem a autora e enriqueçam a sua pesquisa, elaborando categorias e reunindo informações acerca do tema da pesquisa.

Com as etapas do Estado do Conhecimento desenvolvidas, foram disponibilizados tabelas e gráficos, ampliando assim, o repertório de aporte teórico, trazendo valorosas contribuições para a pesquisa.

5.3 Pesquisa Documental

De acordo com Lüdke e André (1986), uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos é a análise documental. Na pesquisa documental, a análise dos documentos é apontada como de “primeira mão”, tratando-se de documentos de arquivos, igrejas, sindicatos e demais instituições. Existem, também, aqueles que já foram processados, mas podem receber outras observações, como relatórios de empresas, por exemplo (Gil, 2002).

O posicionamento das autoras em colocar em destaque a pesquisa documental implica trazer para a discussão uma metodologia que é “pouco explorada não só na área da educação como em outras áreas das ciências sociais” (Lüdke; André, 1986, p. 38).

Ao buscar compreender o método, a técnica, a pesquisa e a análise do conceito campo da pesquisa documental, a contribuição de Minayo (2008) refere que, ao discutir o conceito e o papel da metodologia, nas pesquisas em Ciências Sociais, marca-se um enfoque plural para a questão: “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas

que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador” (Minayo, 2008, p. 22).

Os documentos citados serão apresentados no quadro explicativo, abaixo, explorando e destacando a importância para o estudo.

Quadro 8: Documentação, ano da publicação e descrição

TÍTULO DO DOCUMENTO	ANO DA PUBLICAÇÃO	DESCRIÇÃO
Plano Nacional Pela Primeira Infância	Elaborado pela Rede Nacional Primeira Infância Aprovado pelo CONANDA em dezembro de 2010 Revisado e atualizado em 2020	Trata-se de um documento político e técnico que visa a orientar a ação do governo e da sociedade civil na defesa, promoção e realização dos direitos da criança de até seis anos de idade.
Marco Legal da Primeira Infância	LEI Nº 13.257 DE 08 DE MARÇO DE 2016	Uma lei que pavimenta o caminho entre o que a ciência diz sobre as crianças, do nascimento aos 6 anos, e o que deve determinar a formulação e implementação de políticas públicas para a primeira infância.
Guia para elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância	Brasília, DF: RNPI/ ANDI, 2020	A versão do Guia para Elaboração do PMPI, elaborada pela Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), traz um texto voltado aos gestores públicos e conta com a inclusão de conteúdos como: parentalidade; mobilidade e espaço urbano; e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à primeira infância.
Cartilha Plano Municipal pela Primeira Infância: um passo a passo para a elaboração	Brasília, 2021	A cartilha foi produzida em parceria pelo UNICEF, RNPI e ANDI. A proposta é que cada município conte com seu próprio Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), contemplando alguns itens indispensáveis, como cobertura vacinal; educação infantil de qualidade; prevenção e enfrentamento à violência; e a promoção de temáticas como a parentalidade positiva”.
Planos Municipais pela Primeira Infância: uma análise das	https://rnpiobserva.org.br/planos-pela-primeira-infancia	Os Planos pela Primeira Infância são importantes ferramentas para a formulação das políticas públicas prioritárias para a população de 0 a 6 anos. O Observa coleta os Planos

prioridades na promoção e defesa de direitos		já elaborados, tendo analisado 100 Planos Municipais das diferentes regiões do Brasil.
Leis Municipais que instituem o Plano Municipal pela Primeira Infância no Rio Grande do Sul	Lei Municipal nº 1.443, de 13 de setembro de 2017	O Plano Municipal para a Primeira Infância (PMPI) prevê o planejamento de Políticas Públicas voltadas para a primeira infância, entendida entre 0 e 6 anos de idade. Abrange todas as crianças desta faixa etária, residentes no município, definindo ações e metas a serem cumpridas nos próximos 10 anos (2017-2026).
Leis Municipais que instituem o Plano Municipal pela Primeira Infância no Rio Grande do Sul	Lei Municipal nº 2466/2017 de 07 de dezembro de 2017	O Plano Municipal pela Primeira Infância do município, organiza prioridades de ações dirigidas a crianças de 0 a 6 anos, visando a garantia da qualidade de atendimento a este grupo. Para tanto, na implantação de políticas condizentes com tais objetivos, se faz necessário atender para as vulnerabilidades do município e também considerar os planos, leis, serviços, entre outros, ligados às questões em debate, assim como a participação da sociedade civil.

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Como relacionar o trabalho acadêmico com os documentos? Como seria a técnica com pesquisa de documentos? Partindo do estudo do quadro, conforme May (2004), o procedimento de pesquisa documental não é uma categoria distinta e identificada, como a pesquisa *survey*¹⁷ e a observação participante¹⁸.

Raramente, pode ser classificada como constituindo um método, uma vez que dizer que se utilizará de documentos é não dizer nada sobre como eles serão utilizados. Ao constituir o uso de documentos, podemos identificar palavras como: método, pesquisa, análise e técnica. Apresentaremos, então, denominações, tais como: método documental, pesquisa documental, análise documental e técnica documental.

Os documentos analisados são extremamente importantes para a construção da pesquisa, assim como a pesquisa de campo, que é o procedimento seguinte.

¹⁷ O objetivo da pesquisa *Survey* é a obtenção de informações quantitativas sobre um determinado grupo de pessoas. A *Survey* é mais indicada quando se deseja responder questões que expressem opiniões, costumes ou características de um determinado público-alvo.

¹⁸ A observação participante é um tipo de coleta de dados, tipicamente usado em pesquisa qualitativa e na etnografia. Esse tipo de metodologia é empregado em muitas disciplinas, particularmente na antropologia, sociologia, estudos comunicativos, geografia humana e psicologia social.

5.4 Pesquisa de Campo

A pesquisa nos proporciona muitas indagações. Conforme Gil (2002), procura o aprofundamento de uma realidade específica. É, em resumo, realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes, para captar as explicações e interpretações que acontecem naquela realidade.

Objetiva-se buscar informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira confirmar, encontrar novos fenômenos, ou as relações entre eles. Para analisá-los, é possível observar os fatos e fenômenos da maneira em que ocorrem, coletando dados de referência e registrando as variáveis mais relevantes (Lakatos; Marconi, 2010).

No momento de confrontar teoria, objetivos, hipóteses e descobertas da pesquisa, para Gomes (2007),

[...] a interpretação dentro de uma perspectiva de pesquisa qualitativa não tem como finalidade contar opiniões ou pessoas. Seu foco é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar. Esse estudo do material não precisa abranger a totalidade das falas e expressões dos interlocutores porque, em geral, a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características costuma ter muitos pontos em comum ao mesmo tempo que apresentam singularidades próprias (Gomes, 2007, p.79).

Nesse sentido, o processo de construção dos resultados obtidos beneficia-se das estatísticas, como prova de validação, de acordo com cada estudo e material analisado. Assim, a pesquisa qualitativa atribui lugar especial à interpretação.

Para delimitar a pesquisa, os municípios observados foram os do estado do Rio Grande do Sul, identificando quais têm implementado o Plano Municipal pela Primeira Infância. Após identificados os municípios, foram selecionados dois municípios, um com PIB (produto interno bruto) mais elevado e, outro, com o PIB mais baixo da totalidade de municípios abrangidos. Destes municípios, os participantes selecionados foram os secretários de educação ou de saúde. O convite foi realizado por *e-mail*, na forma de lista oculta.

Ao observar a coleta de dados como uma técnica, para Queiroz (1988), a entrevista semiestruturada supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador, que deve ser dirigida por este, de acordo com seus objetivos. Em nossa pesquisa, procuramos identificar como o processo intersetorial auxiliou na construção do plano, se houve percalços durante a elaboração, e a dinâmica de introdução do plano, no município.

Devemos lembrar que não foi levado em consideração o número de participantes, pois a finalidade não é contar, mas, sim, tal como pesquisa qualitativa, conhecer o processo de construção e explorar as vivências e experiências dos municípios que já têm o plano implementado.

A coleta de dados foi realizada em dois municípios. Um com alto PIB e outro com o menor PIB, como perspectiva de análise de como o PMPI se constitui nos municípios. Realizou-se em um espaço que não tinha interrupção durante a coleta de dados e com conforto aos participantes para que tivessem o máximo de tranquilidade para responder ao questionário semiestruturado, durante a entrevista. A coleta de dados foi realizada, por ligação de voz/vídeo, feito pela pesquisadora, com o questionário de entrevista semiestruturado, gravado e obedecendo os princípios éticos da pesquisa. É um processo de captação de informações geradas pelos participantes que irão servir como embasamento para planejar as estratégias da pesquisa.

Foram coletados dados nos dois municípios do RS que já implementaram o plano, fazendo uma análise do PMPI com suas respectivas leis, quais os desafios e avanços alcançados com o plano e, por fim, implementar o PMPI em um município da Região do Alto Uruguai Gaúcho. Como critério de exclusão, os municípios com PMPI, que não têm o PIB mais elevado e nem o mais baixo. Estes municípios não fizeram parte da pesquisa.

5.5. Análise de dados

Após a coleta dos dados, as respostas foram analisadas e relacionadas com a bibliografia e com os documentos já indicados, a fim de subsidiar o produto final da pesquisa. A análise dos dados tem como objetivo estruturar e reunir os dados, de maneira a proporcionar respostas ao problema pesquisado (Gil, 2006). Para a análise de dados utilizamos a análise de conteúdo de Bardin (2016), que apresenta um conjunto de técnicas complementares.

Pertencem, pois, ao domínio da análise de conteúdo, todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais, mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas, que embora parciais, são complementares (Bardin, 2016, p.42).

Em primeiro lugar, foram analisados os municípios que já implementam o PMPI, utilizando, para tanto, a Análise de Conteúdo, de Bardin (2016), de modo a aproximar os

resultados, para melhor os diferenciar, esclarecendo a especificidade e o campo de ação da Análise de Conteúdo.

A metodologia utilizada para a análise de dados é a análise de conteúdo. Para Bardin (2016), a análise de conteúdo divide-se em três fases: a) Pré-análise: fase em que se faz a organização do conteúdo a ser analisado. A pesquisadora deve escolher os documentos que serão utilizados, formular hipóteses e objetivos e elaborar referências que baseiam a interpretação final; b) Exploração do material: fase que se faz a aplicação das regras formuladas na pré-análise; c) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: fase que, depois da exploração do material, os resultados são tratados, para torná-los “significativos e válidos”, conforme a autora. São criados quadros, gráficos, tabelas, figuras.

A análise dos dados se realiza conforme versa o material que será analisado. Trata-se de uma codificação que, segundo Bardin (2016, p.134):

Tratar o material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação efetuada segundo regras precisas - dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que pode servir de índices [...].

Dessa maneira, o material investigado, nessa pesquisa, é constituído por registros e contexto, que, de acordo com a autora, aborda elementos, de forma pertinente, frente às possibilidades do material e objetivos da pesquisa.

Unidade de contexto serve de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são ótimas para a compreensão da significação exata da unidade de registro, podendo ser, por exemplo, a frase para a palavra ou o parágrafo para o tema (Bardin, 2011, p. 137).

Como pesquisadores sociais, precisamos levar em conta as conexões do discurso e a realidade, que constituem o *corpus*, como um sistema que cresce e possui regras, que funcionam por etapas de seleção, análise e nova seleção (Bauer; Gaskell, 2002).

No primeiro momento, com os dados coletados, estes servem de alerta para serem considerados e utilizados na pesquisa. Por fim, o *corpus* é uma inserção na história.

A pesquisa proporciona ao pesquisador uma série de possibilidades de ampliação de repertório e conhecimentos. A pesquisa, como diz André e Princepe (2017), possibilita a reflexão crítica sobre a prática profissional, oportunizando a evolução de indivíduos mais criativos e questionadores.

Como devolutiva aos dois municípios envolvidos, será encaminhado um *e-book*, disponibilizado de forma *on-line*, que é um material informativo, separado em tópicos - e diagramado em um formato voltado para dispositivos eletrônicos, como *desktops* e *smartphones*. Como indicativo para a construção social da criança, para os participantes e aos municípios que se dispuseram à coleta de dados, contendo os dados da pesquisa e direcionando para caminhos que auxiliem na ampla divulgação e aprimoramento no atendimento das infâncias, com a implementação do PMPI, espera-se retribuir, ao campo investigado, um conjunto de resultados obtidos.

O resultado esperado é que, com o PMPI, o trabalho intersetorial, no município, priorize as infâncias, pensando na criança como um cidadão responsável, autônomo e crítico, contribuindo para que a sociedade invista nas infâncias.

Será, sempre, levada em consideração a ética com relação a todos os participantes e envolvidos na pesquisa, conforme segue descrito, abaixo.

5.6 Comitê de Ética

O Comitê de Ética em Pesquisa é um grupo interdisciplinar e independente, que desempenha uma função consultiva, educativa e deliberativa acerca de pesquisas com seres humanos, colaborando com o andamento da pesquisa.

Foi encaminhado ao Comitê de Ética, por meio da Plataforma Brasil, documentos obrigatórios, tais como: folha de rosto, endereço do Currículo *Lattes* da pesquisadora e termo de consentimento livre e esclarecido.

O texto do TCLE foi redigido em linguagem acessível e compatível com os participantes envolvidos. Foram evitados termos técnicos, ou linguagem coerciva, siglas, repetição de informações e palavras de duplo sentido. O TCLE continha as informações necessárias para a obtenção do consentimento dos participantes da pesquisa, permitindo a decisão autônoma e esclarecida a respeito da natureza do projeto de pesquisa, os procedimentos do estudo e potenciais riscos e benefícios. Também, antes da coleta, o TCLE foi apresentado pela pesquisadora, explicitando a importância do termo e apresentando o conteúdo que expressa.

Os participantes foram informados quanto ao objetivo da pesquisa e, com suas permissões, a pesquisadora pode utilizar os dados coletados, para contribuir com o desenvolvimento da pesquisa. Em seguida, a pesquisa apresenta o produto final.

Os dados da pesquisa serão mantidos, pela pesquisadora, sob sua guarda, contendo fichas individuais do questionário, respondido por cada participante, e demais documentos recomendados pelo CEP. O arquivamento dar-se-á conforme prevê a legislação, por cinco anos. Ressalta-se que os participantes estão cientes quanto ao objetivo da pesquisa, e que os dados e registros coletados somente estão sendo utilizados para fins da pesquisa. Será mantido sigilo sobre a identidade dos participantes e, logo findado o tempo, os registros impressos serão queimados; já os obtidos e guardados sob a forma digital serão apagados.

5.7 Produto Final

O produto final, na concepção de produto educacional, pode ser melhor compreendido, seguindo a contribuição de Sartori e Pereira (2019, p. 31), para quem:

Parte da culminância da pesquisa de Mestrado é uma possibilidade interessante de aproximar o fazer científico do fazer profissional. Por meio de um diagnóstico ou de uma intervenção, seja em espaços educativos formais ou não formais, buscamos potencializar a formação continuada de professores(as) de forma sofisticada, não dicotomizando pesquisa e ensino.

Essa pesquisa faz parte dos anseios da autora que, na sua prática profissional, visualiza a infância de qualidade como base para o desenvolvimento integral da criança.

A pesquisa aplicada é útil, a fim de encontrar soluções para problemas cotidianos, para a um problema prático. Conforme Sartori e Pereira (2019, p. 26),

no caso específico dos Mestrados Profissionais, o foco está na pesquisa aplicada, esta entendida como a investigação que se orienta com base na epistemologia teórico-prática com aplicabilidade imediata na solução de situações-problema nos espaços educativos escolares e não escolares.

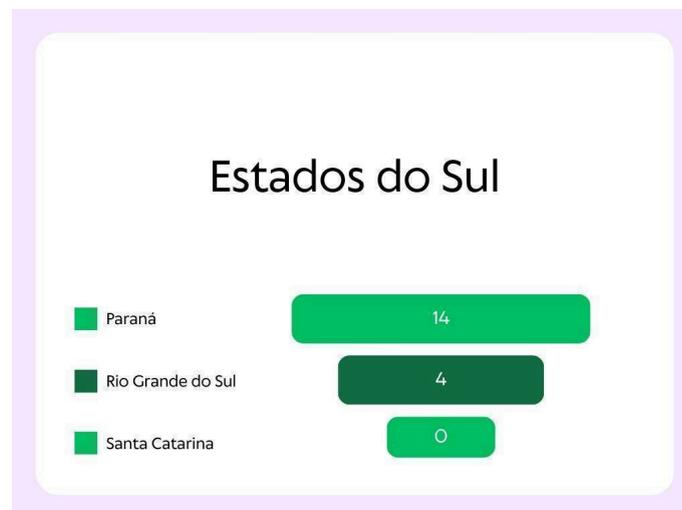
Por meio do desenvolvimento da pesquisa, estrutura-se um produto final, com base nos estudos realizados. Trata-se da implementação do plano e de um *e-book*, disponibilizado de forma *on-line*, com indicativos de estruturação do PMPI. A seguir, apresenta-se a forma como a análise dos dados foi realizada.

6 ESTRUTURA DO PMPI: CONTRIBUIÇÃO DA INTERSETORIALIDADE MUNICIPAL NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

A análise dos dados sobre a implementação dos Planos Municipais para a Primeira Infância (PMPI), na região Sul do Brasil, revela uma preocupante carência de ações concretas, com apenas 18 cidades com o PMPI implementado, dos 1.191 municípios. Destaca-se a necessidade de esforços coordenados, para promover e efetivar os PMPI, com sensibilização e mobilização dos gestores públicos, focando no benefício, em longo prazo, que o plano proporciona. Além disso, fomentar a colaboração entre as secretarias que desenvolvem um plano integrado, trabalho em conjunto com outras entidades e segmentos da sociedade, para fortalecer a implementação do plano, somado à garantia de recursos específicos no orçamento.

Como documento decenal, os PMPI necessitam de uma estrutura sólida, que inclua metas claras, objetivos bem definidos e um acompanhamento rigoroso das ações realizadas. Isso é essencial para assegurar que os direitos das crianças sejam respeitados e que elas tenham acesso a condições adequadas para um desenvolvimento integral.

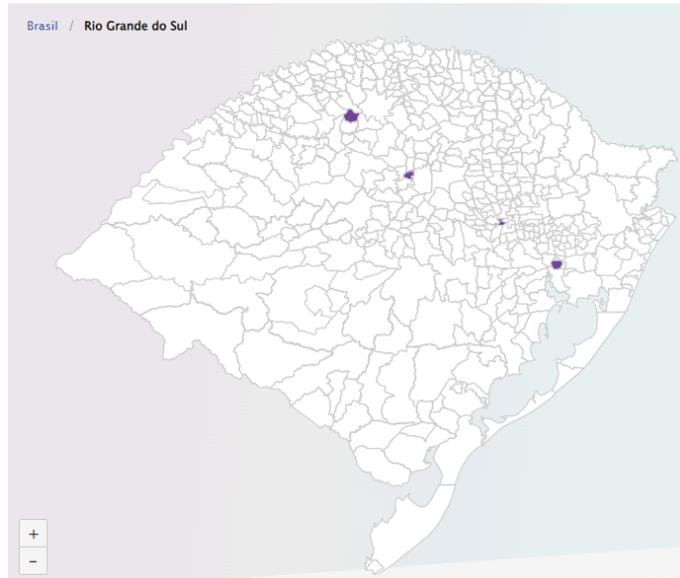
Gráfico 10: Estados do Sul com número de municípios que possuem PMPI



Fonte: elaborado pela autora (2024)

No Rio Grande do Sul, dos 497 municípios, apenas 4 municípios possuem o plano implementado e em execução: Nova Ramada, Canoas, Colinas e Alto Alegre, sendo dois municípios os propostos a serem analisados, nesta pesquisa.

Gráfico 11: Municípios do RS que possuem PMPI



Fonte: Observatório do Marco Legal da Primeira Infância (2024)

O primeiro passo para estruturar o Plano Municipal pela Primeira Infância é o município priorizar a infância, conhecer os obstáculos e traçar objetivos, condizentes com a realidade de suas crianças e famílias.

É um plano que necessita de aporte de toda sociedade e que, como segundo passo, traz a composição do Comitê Intersetorial, em que cada setor deve fazer um diagnóstico de como está o atendimento às crianças para, em seguida, elaborar o plano. Após, deve ser feito o envio do PMPI para aprovação do COMDICA e, com o Plano aprovado, o envio para a Câmara Municipal, com objetivo de torná-lo Projeto de Lei e, no decorrer, divulgá-lo e executá-lo.

Para formar o Comitê Intersetorial, é necessária a composição por representantes titulares e suplentes, como no gráfico abaixo:

Gráfico 12: Sugestão de representantes para constituição do Comitê Intersetorial



Fonte: elaborado pela autora (2024)

O Comitê Intersetorial, no Plano Municipal pela Primeira Infância, desempenha um papel crucial na coordenação e implementação de políticas públicas voltadas para a infância. Algumas funções facilitam o diálogo com setores da administração pública, como saúde, assistência social, educação, e promovem ações integradas para a primeira infância.

A elaboração, implementação e monitoramento do PMPI, alinhados às diretrizes nacionais e estaduais, garantem que as políticas públicas e programas sejam colocados em prática, de maneira eficiente. Para isso, é importante a avaliação e o monitoramento contínuo e sistemático, monitorando os indicadores de desenvolvimento infantil e ajustando as estratégias, ao longo da execução e conforme a necessidade, para atingir os objetivos estabelecidos.

É importante oportunizar a participação da comunidade escolar, incluindo as famílias, a sociedade civil e atores sociais, na elaboração do plano, por meio da participação no comitê, proporcionando ações que reflitam a necessidade e realidade local. As formulações de políticas educacionais emergem das práticas escolares, das legislações da educação e da participação ativa da comunidade educacional. Essa abordagem teórica diferencia aspectos específicos das políticas, proporcionando categorias úteis para a análise. A interligação dos profissionais da educação e a construção de proposições políticas, baseadas na realidade e nos contextos particulares, são fundamentais.

São formulações de políticas que se originam nas práticas escolares, legislações da educação, com a participação da comunidade educacional. Essa diferenciação teórica de aspectos peculiares da política fornece categorias que podem se evidenciar

proveitosas na estruturação para análise de políticas educacionais. Isso demonstra a importância de os profissionais da educação estarem interligados e constituírem proposições políticas a partir de sua realidade e de seus contextos (Santos, 2023, p. 4).

Destaca-se a importância de uma colaboração contínua entre os educadores e outros membros da comunidade para desenvolver políticas que sejam relevantes e eficazes para a melhoria do sistema educativo. São importantes ações de capacitação e formação continuada para os profissionais envolvidos, assegurando que estejam preparados e atualizados para atender às demandas que surgirem. A inclusão social, acessibilidade e respeito às diversidades, é um ponto de relevância para, de maneira equitativa, atender a todas as crianças, especialmente as em situação de vulnerabilidade social. A divulgação das informações e sensibilização sobre a importância dos primeiros anos de vida da criança é conscientizar sobre os direitos e, com o comitê intersetorial formado com diversos setores, espera-se que as ações se tornem integradas e eficazes.

Mediante a constituição do comitê, será que, realmente, se efetiva a intersetorialidade? A articulação com as outras secretarias acontecem, no dia a dia? Como é mantido o diálogo com as demais secretarias, frente a projetos que necessitam da participação intersetorial?

Conforme o roteiro de ideias para a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, a intersetorialidade, no começo, pode precisar de alguns ajustes a serem feitos, mas, no decorrer da caminhada, a diversidade de conhecimentos e experiências será enriquecedora.

Por serem pessoas de diversos órgãos, com conhecimentos e vivências bem diversos, pode haver alguma dificuldade no início, mas, com o passar do tempo, essa diversidade se revela enriquecedora. O trabalho intersetorial amplia a visão de cada um, traz conhecimentos e experiências de colegas que atuam em outros setores. São colegas que exercem a profissão em diferentes aspectos da mesma realidade, o que torna o trabalho uma interessante aula de criação coletiva (Brasil, 2017, p. 31).

Nesse mesmo roteiro de ideias, sugere-se que, já no primeiro encontro com o comitê, cada representante diga o que sabe sobre criança, para que se construa uma visão completa de como as percepções da diversidade da infância são enunciadas.

É função do comitê elaborar um plano de ação, que “[...] detalha as ações em cada um dos temas, eixos, ou capítulos do Plano, orienta como a intersetorialidade será vivida nas diferentes atividades, define o cronograma ou os tempos em que as ações serão executadas” (Brasil, 2017, p. 39). Na pesquisa de Estado do Conhecimento, a autora cita o artigo 7º, que dispõe a ideia de comitê intersetorial como estrutura para garantir a integralidade.

O Artigo 7º do Marco Legal discorre sobre a criação de um comitê intersetorial de políticas públicas para a primeira infância nos diferentes entes federativos. A ideia de comitês intersetoriais é colocada pela literatura como uma possível estrutura para garantir a integralidade no desenho e na execução de uma política (Bartos, 2019, p.77).

Percebe-se que o comitê tem uma grande responsabilidade e, para tal, necessita de engajamento e uma construção coletiva, com muito diálogo, participação e continuidade das ações planejadas. No dicionário Paulo Freire, (2010, p. 102), os autores reforçam o trabalho coletivo.

O trabalho coletivo ajuda a construir autonomia com responsabilidade. Desafia a superação dos limites pessoais e valoriza a atuação de cada trabalhador/educador que tenha como compromisso a prática de uma pedagogia da libertação ou da “educação como prática da liberdade”. No trabalho coletivo podemos exercitar sua “teoria da ação dialógica” que pressupõe dois momentos fundamentais: o reconhecimento da desumanização e o envolvimento coletivo em um processo de humanização do homem, que só pode se dar nas atividades coletivas.

O envolvimento coletivo contribui para a mobilização das ações intersetoriais. O guia do PMPI aborda o envolvimento das crianças, também, de modo que, “quando as crianças percebem que são ouvidas, elas se engajam ainda mais na discussão sobre as melhorias no lugar onde vivem. Este é o melhor processo de formação da cidadania” (Brasil, 2017, p.44).

Quanto ao orçamento, um tópico é abordado no guia do PMPI, afirmando que compete à LDO¹⁹ especificar “[...] as metas e prioridades da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância para o exercício financeiro subsequente, de acordo com o PMPI, já definido como prioridade no PPA²⁰” (Brasil, 2017, p. 52). Com o plano em execução, é necessário um monitoramento, uma avaliação e um acompanhamento, a fim de divulgar, para a sociedade, as informações e resultados obtidos até o momento. Devolver à sociedade as informações e resultados obtidos pelo PMPI não é apenas uma questão de transparência, mas, também, de fortalecimento da confiança pública e promoção da participação cidadã. Ao compartilhar os progressos e os impactos do programa, o governo local demonstra responsabilidade e compromisso com a aplicação eficaz dos recursos públicos, garantindo que as metas estabelecidas na LDO e no PPA estão sendo atingidas.

Para realizar uma análise eficaz e contribuir para a identificação de planos voltados para a primeira infância, observou-se a necessidade de delimitar descritores específicos, que se alinhassem com o tema da pesquisa e objetivo do estudo. De acordo com Gomes (1999),

¹⁹ LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. Estabelece as regras para a elaboração da Lei Orçamentária Anual do ano seguinte.

²⁰ PPA - O principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do Governo Federal é o Plano Plurianual.

essa abordagem é essencial para explorar o conceito do tema e selecionar *sites* especializados, que possam fornecer informações relevantes e precisas. Observou-se que dois planos foram encontrados com base na delimitação dos descritores definidos. Esses planos são fundamentais para a análise, pois permitem uma compreensão aprofundada das políticas e estratégias voltadas para a promoção do desenvolvimento integral, na primeira infância.

Quadro 9: Quadro descritores

DESCRITORES	Nº DE PALAVRAS ENCONTRADAS	PALAVRA ENCONTRADA NO PMPI
Intersetorialidade	18	nos 2 planos
Plano Municipal pela Primeira Infância	17	nos 2 planos
Monitoramento	22	nos 2 planos
Sociedade	37	nos 2 planos

Fonte: elaborado pela autora (2024)

A análise dos descritores revela que todas as palavras-chave relacionadas ao tema foram encontradas no PMPI, indicando que o plano cobre, de forma abrangente, os aspectos críticos do desenvolvimento integral, na primeira infância. A quantidade de palavras encontradas para cada descritor mostra a ênfase dada a esses temas no documento, refletindo a importância atribuída a cada um deles. Essa análise ajuda a compreender como o PMPI aborda os diversos aspectos do desenvolvimento infantil e a intersetorialidade necessária para implementar uma política pública eficaz e integrada. Ela também fornece uma base sólida para a avaliação da implementação e impacto do programa, permitindo um monitoramento contínuo e a comunicação dos resultados à sociedade.

Nessa perspectiva, segue uma lista com dois planos selecionados, uma bibliografia anotada, ou seja, a relação dos PMPI selecionados e organizados, destacando os objetivos, alinhados com o tema proposto. Em seguida, será apresentada a bibliografia sistematizada para desenvolvimento, construção, informações, que orientam a autora e enriquecem sua pesquisa.

Quadro 10: Quadro Bibliografia Anotada

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
1	2017	ALTO ALEGRE	PMPI - PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA	Plano Municipal pela Primeira Infância Proteção social Direito das crianças na primeira infância	O Plano Municipal pela Primeira Infância do município de Alto Alegre (PMPI) organiza prioridades de ações dirigidas a crianças de 0 a 6 anos, visando à garantia da qualidade de atendimento a este grupo. Para tanto, na implantação de políticas condizentes com tais objetivos, se faz necessário atentar para as vulnerabilidades do município e, também, considerar os planos, leis, serviços, entre outros, ligados às questões em debate, assim como a participação da sociedade civil. O compromisso que se registra no Plano Municipal da Primeira Infância usa como referencial norteador das políticas públicas a serem desenvolvidas, o Plano Decenal dos Direitos Humanos das Crianças e dos Adolescentes, o Plano pela Primeira Infância (PNPI) da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), o Plano Plurianual (PPA), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA). Priorizam-se, também, as necessidades imediatas evidenciadas pelo diagnóstico da realidade trabalhada, de forma a oportunizar o acesso e a qualificação igualitária dos serviços ofertados, das políticas a serem criadas, bem como a participação efetiva das crianças da Primeira Infância, garantindo, de fato, a qualidade de vida e as reais perspectivas de futuro. Acreditamos que a consecução das metas propostas neste plano depende do envolvimento de toda a sociedade e de todos os segmentos que participam da elaboração e será este um instrumento direcionador das ações para criar condições necessárias ao desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos, para o período de dez anos.
2	2023	COLINAS	PMPI - PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA	Plano Municipal pela Primeira Intersetorialidade de Primeira infância e orçamento público	O PMPI de Colinas está em consonância com o Plano Nacional pela Primeira Infância, com o Marco Legal da Primeira Infância, com o Pacto Nacional pela Primeira Infância e com o Estatuto da Criança e do Adolescente. O documento que, aqui, apresentamos é a concretização dos desejos de todos para os próximos dez anos. Durante sua elaboração, o Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância focou o olhar nas crianças do município, em suas vivências e suas vozes, para construir, com e para elas, políticas que favoreçam seu pleno desenvolvimento. Os trabalhos foram norteados pelos princípios do Plano Nacional pela Primeira Infância: A criança é sujeito, indivíduo, única, com valor em si; Diversidade étnica, cultural, de gênero e geográfica como traço constitutivo da sociedade e, por inclusão, da infância no Brasil; Integridade da criança; Inclusão de toda criança em todas as circunstâncias; Integração das visões científica, ética, política, estética e humanista da criança; Articulação das ações; Sinergia das ações; Prioridade absoluta dos direitos da criança; Prioridade, com destinação privilegiada de recursos, aos programas e às ações para as crianças socialmente mais vulnerável; Deveres da família, da sociedade e do Estado.

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Quadro 11: Quadro Bibliografia Sistematizada

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	OBJETIVOS	RESULTADOS
1	2017	ALTO ALEGRE	PMPI - PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA	Plano Municipal pela Primeira Infância Proteção social Direito das crianças na primeira infância	O objetivo do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) do município de Alto Alegre é organizar e priorizar ações voltadas para crianças de 0 a 6 anos, garantindo a qualidade no atendimento a este grupo. O plano visa atender às vulnerabilidades do município e considera diversos planos, leis e serviços relacionados às questões infantis, bem como a participação da sociedade civil. O plano, com uma vigência de dez anos, é um instrumento orientador das ações que visam ao desenvolvimento integral das crianças na primeira infância em Alto Alegre, e sua implementação depende do compromisso e colaboração de todos os setores da sociedade.	Os resultados, até agora, são a melhoria na qualidade do atendimento: aumento na cobertura vacinal. Implementação de programas de apoio às famílias vulneráveis. Desenvolvimento Integral das Crianças: Início de programas educativos para desenvolvimento cognitivo e emocional. Promoção de atividades lúdicas e recreativas. Aumento da participação dos pais e comunidade em atividades escolares. Parcerias com ONGs e entidades para projetos conjuntos. Realização de cursos e workshops para profissionais da educação e saúde. Incentivo à especialização dos profissionais. Estes resultados destacam o progresso significativo alcançado na implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância em Alto Alegre. O comprometimento contínuo é fundamental para manter e ampliar esses avanços.
2	2023	COLINAS	PMPI - PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA	Plano Municipal pela Primeira Intersetorialidade de Primeira infância e orçamento público	O objetivo do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Colinas é garantir que todas as políticas públicas para a primeira infância estejam em consonância com o Plano Nacional pela Primeira Infância, o Marco Legal da Primeira Infância, o Pacto Nacional pela Primeira Infância e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Este plano representa a concretização dos desejos da comunidade para os próximos dez anos e foi elaborado com a participação ativa do Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância, que se concentrou nas vivências e vozes das crianças do município.	O desenvolvimento integral das crianças foi promovido por meio de programas educativos focados no desenvolvimento cognitivo e emocional e atividades lúdicas e recreativas. A participação da sociedade aumentou, com maior envolvimento dos pais e da comunidade. As ações do PMPI foram alinhadas com planos e leis nacionais, garantindo conformidade e transparência por meio de relatórios regulares. Profissionais da educação e saúde infantil foram capacitados, e houve incentivo à especialização nas áreas críticas da primeira infância. Indicadores de desempenho foram criados para monitorar o progresso e a produção de relatórios periódicos para avaliar o impacto das políticas. Esses resultados demonstram o progresso substancial alcançado até agora, com a colaboração e comprometimento de todos os envolvidos sendo essencial para manter e ampliar esses avanços.

A contribuição da intersetorialidade municipal para o desenvolvimento da criança é fundamental para o sucesso do PMPI. A integração entre diversos setores, como saúde, educação, assistência social e cultura, permitiu a criação de uma rede de apoio eficiente e abrangente, que atende às necessidades das crianças, de maneira integral. Essa abordagem

integrada garantiu a implementação de políticas públicas mais eficazes, com ações coordenadas que potencializaram os recursos disponíveis e evitaram duplicações de esforços. A colaboração intersetorial permitiu uma maior troca de informações e experiências entre os profissionais, resultando em práticas mais inovadoras e alinhadas com as realidades locais. Além disso, a participação ativa das famílias e da comunidade foi incentivada, promovendo um ambiente de co-responsabilidade e engajamento na promoção do bem-estar infantil.

Os resultados alcançados, até agora, demonstram que a intersetorialidade é um pilar essencial para o desenvolvimento integral das crianças, proporcionando a elas condições adequadas para crescerem, de forma saudável e segura.

No próximo capítulo, intitulado "Impactos e Resultados do PMPI: Uma análise de dados nos municípios do RS", serão detalhados os efeitos e resultados do PMPI. Os dados coletados serão analisados, destacando como as mudanças promovidas impactaram a eficiência e a eficácia das administrações municipais.

7 IMPACTOS E RESULTADOS DO PMPI: UMA ANÁLISE DE DADOS NOS MUNICÍPIOS DO RS

O PMPI é um documento estratégico, que visa promover o desenvolvimento integral das crianças, garantindo que as políticas públicas sejam efetivadas, para atender às necessidades específicas da faixa etária em que a criança se encontra e criar um ambiente favorável ao seu desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social. O presente estudo aborda diversos aspectos: o diagnóstico da situação atual dos municípios pesquisados, além das contribuições da intersectorialidade com o plano para a primeira infância.

Nesta pesquisa, seguindo os princípios éticos, os participantes de diferentes municípios foram mantidos em anonimato, sendo identificados apenas como "participante 1", "participante 2" e, assim, por diante. A mestrandia começou, solicitando permissão para gravar as entrevistas, explicando os objetivos do estudo e enfatizando a importância da contribuição de cada participante. A confidencialidade das informações foi destacada, sublinhando a relevância do diálogo para a coleta de dados e registros feitos pela pesquisadora. Com base em tais informações, encontradas no roteiro de entrevista semiestruturada, presente nos Apêndices, foi organizado o seguinte quadro:

Quadro 12: Dados de identificação dos participantes

PARTICIPANTE	ÁREA DE ATUAÇÃO	FORMAÇÃO ACADÊMICA	FEZ PARTE DA ELABORAÇÃO DO PMPI	TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO COMITÊ INTERSETORIAL
Participante 1	Secretaria de Saúde e Assistência Social	Assistente Social	Sim	Desde a construção até hoje - 7 anos
Participante 2	Diretora Pedagógica da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	Pedagogia Pós-graduação em Psicopedagogia Pós-graduação em Orientação Escolar	Sim	Desde a construção até hoje - 7 anos
Participante 3	Secretária Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação	Nutrição	Sim	Desde a construção até hoje - 1 ano
Participante 4	Coordenadora Pedagógica da Secretaria de Educação	Pedagogia e Pós-graduação em Gestão escolar	Sim	Desde a construção até hoje - 1 ano

Participante 5	Coordenadora Pedagógica da Secretaria de Educação	Pedagogia	Sim	Quase 1 ano
----------------	---	-----------	-----	-------------

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Para a análise dos dados qualitativos, foi empregada a metodologia de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2016). O processo de análise seguiu as seguintes etapas:

1. Coleta de Dados: As entrevistas foram realizadas e registradas por meio de gravações áudio, utilizando um *smartphone* para assegurar a precisão e integridade dos dados coletados.
2. Transcrição: Os áudios das entrevistas foram transcritos integralmente para texto. Este processo foi crucial para a análise detalhada e para garantir que todas as informações relevantes fossem consideradas.
3. Organização e Categorização: Após a transcrição, os dados foram organizados e categorizados. As ideias e temas expostos pelos participantes foram, inicialmente, identificados e agrupados em quatro categorias principais:
 - a) A inserção da primeira infância como foco do planejamento;
 - b) Contribuições da intersetorialidade no PMPI;
 - c) Práticas e desafios na elaboração do plano;
 - d) Indicativos e experiências destacadas no planejamento, pensando nas infâncias.

Este agrupamento foi orientado pelos registros anotados pela pesquisadora, durante e após as entrevistas, proporcionando uma base sólida para a organização dos dados.

4. Análise: Com as categorias estabelecidas, foi realizada a análise de conteúdo, conforme a metodologia de Bardin (2016). Este processo envolveu a identificação e interpretação dos temas e padrões emergentes dentro das categorias definidas. A análise foi realizada de forma a garantir que todas as nuances e significados das respostas dos participantes fossem contemplados.
5. Agrupamento de Informações: A análise das categorias permitiu o agrupamento das informações, de forma a responder às questões de pesquisa e a alcançar os objetivos do estudo. Esse agrupamento facilitou a compreensão dos padrões e tendências presentes nos dados coletados.

Essa estrutura ajuda a garantir que a metodologia de análise esteja bem alinhada com as práticas recomendadas pela abordagem de Bardin (2016) e que todas as etapas do processo sejam, claramente, comunicadas. A seguir, será apresentada a primeira categoria, constituída

pela concepção dos participantes quanto à inserção da primeira infância como foco do planejamento do PMPI.

7.1 A inserção da Primeira Infância como foco do planejamento

A inserção da primeira infância como foco central do planejamento municipal é essencial para garantir o desenvolvimento integral das crianças, estabelecendo as bases para uma sociedade mais justa e equitativa; é um passo crucial para garantir o desenvolvimento saudável e integral das crianças. Embora a região Sul do Brasil ainda enfrente desafios significativos, as ações planejadas e efetuadas, até agora, representam um avanço importante. A continuidade dessas iniciativas, aliada a um comprometimento político e social, é importante para transformar o cenário atual e assegurar um futuro melhor para todas as crianças.

O envolvimento de uma grande parcela das secretarias municipais para com a criança e sua infância, proporciona a melhoria nos processos educacionais, a exemplo do cuidado necessário para o bom atendimento à criança. Num primeiro momento, *“quem teve a iniciativa foi a secretaria de educação da época; a gente se dividiu entre esses órgãos para responder os questionamentos sobre o plano e fazer as considerações, deliberações” (P1)*. O relato explicita a importância do envolvimento de cada órgão para organizar, planejar e colocar em prática o PMPI.

O sucesso da implementação do PMPI depende do envolvimento de todos os segmentos da sociedade. Mesmo que a iniciativa parta de uma secretaria específica, como foi o caso da Secretaria de Educação. A colaboração intersetorial é crucial e ilustra a importância de um esforço coletivo e coordenado, em que cada órgão e segmento assume responsabilidades específicas, contribuindo para a construção e implementação efetiva do plano.

Fazer parte da construção é sentir-se parte do processo, e essa inclusão é fundamental para o comprometimento com e o sucesso das políticas implementadas. Este sentimento de pertença e responsabilidade compartilhada garante que as ações planejadas sejam mais eficazes e sustentáveis. *“Eu ajudei a construir o plano, eu sou professora e representei a educação infantil. O plano foi dividido em várias áreas, foi constituído o comitê intersetorial. Depende de nós adultos, colaborarmos com a continuidade do plano” (P2)*.

Os docentes que pensam na infância, se envolvem e priorizam essa etapa do desenvolvimento, focam em criar ambientes de aprendizagem, que são adaptados às

necessidades específicas das crianças. Este enfoque é fundamental, porque os primeiros anos de vida são basilares para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social. O envolvimento do professor o aproxima das crianças.

Assim, temos entendido que, antes de mais nada, é preciso que o professor elabore o planejamento do contexto com uma visão macro para criar uma certa atmosfera de bem-estar global, que represente uma escolha em construir um certo ritmo para a vida cotidiana em que são respeitadas as distintas necessidades das crianças em diálogo com as necessidades dos adultos e da instituição e que traduza as crenças educativas no modo como as diferentes situações da jornada acontecem (Fochi, 2019, p. 239).

Para Fochi (2019), o planejamento, na Educação Infantil, requer o engajamento ativo e curioso do adulto envolvido. Ele destaca a importância do olhar e da escuta do professor, não apenas para identificar lacunas nas aprendizagens essenciais não alcançadas, mas, principalmente, para compreender o que é significativo e faz sentido no processo educativo cotidiano. Isso implica em uma postura investigativa e reflexiva por parte do docente, que deve estar atento, não apenas aos resultados quantitativos, mas, também, à qualidade das experiências educativas oferecidas às crianças.

A curiosidade, as observações e as situações significativas proporcionam à criança conhecer a si mesma e o mundo a sua volta, aprendendo e construindo elementos importantes para seu processo de ensino aprendizagem. Um dos relatos nos traz a importância do adulto no planejamento, *“não como uma definição formada, mas como a constituição de um processo”* (P2). Esse planejamento propõe experiências para as infâncias, fundamentadas por intencionalidades, de acordo com o PMPI. O envolvimento dos adultos, especialmente dos profissionais da educação, é essencial, para garantir que o plano seja robusto e reflita as necessidades e expectativas da comunidade.

A sensibilização para que o plano, realmente, saia do papel e aconteça é fundamental. Deve-se considerar, ainda, que o planejamento precisa ser centrado na criança, com base em suas necessidades, interesses e direitos. Isso significa criar um ambiente que favoreça o desenvolvimento integral das crianças, proporcionando experiências ricas e significativas. O planejamento deve incluir: *“a sensibilização dos atores da primeira infância, na área da saúde, da educação, da assistência, da administração pública; a escuta das crianças, dos cuidadores foi fundamental na construção de um plano vivo, ele precisa ser vivo e revisitado”* (P3).

Sensibilizar os diversos atores envolvidos, como pais, educadores, profissionais da saúde e a sociedade em geral, é fundamental para criar um ambiente em que as vozes das

crianças sejam ouvidas e respeitadas. Isso pode envolver políticas públicas, programas educacionais e práticas cotidianas, que promovam o diálogo aberto e inclusivo com as crianças.

Entender as necessidades e pontos de vista das crianças não apenas promove seu bem-estar e desenvolvimento, mas, também, contribui para uma sociedade mais justa e empática. É um processo contínuo, que requer comprometimento e uma mudança cultural na forma como as crianças são percebidas e tratadas, em diferentes contextos.

Dar voz às crianças, tirá-las do silêncio, pesquisar a partir do ponto de vista delas, “com olhos de criança”, tem sido o objectivo de uma nova frente de pesquisas que vêm utilizando as entrevistas com as crianças e o uso das fotografias e o vídeo (procedimentos até então não utilizados nas pesquisas da área da Educação Infantil), para conhecer as formas de ser criança no interior das instituições educativas (Rocha, 2004, p. 252).

Otto Lara Resende (1992) nos convida a refletir se, de tanto olhar, a gente banaliza o que olha; sobre como a repetição e a familiaridade podem nos tornar insensíveis às maravilhas do cotidiano. Este fenômeno ocorre quando, ao nos acostumarmos com o que nos rodeia, deixamos de perceber e valorizar as nuances e belezas presentes em nossa vida diária. E, dessa forma, olhamos as crianças tornando-se estudantes, não chamando e nem respeitando essa fase, moldando-as para a sociedade, deixando de lado o seu olhar encantador das infâncias.

Um bom planejamento requer uma abordagem intersetorial, em que diferentes setores e áreas de atuação trabalham juntos, de forma coordenada e colaborativa. Isso é, especialmente, importante, relacionado ao bem-estar infantil.

Ao envolver múltiplos setores, como educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer, é possível abordar, de maneira mais abrangente e eficaz, as necessidades complexas das crianças e suas famílias. *“Educação, saúde e assistência social envolvidas para o bem da cidade como um todo; o planejamento das ruas, das praças, dos parques, precisa ser um planejamento, um olhar e um querer de todos; é intersetorial” (P4).*

Para construir um plano eficaz e bem fundamentado, é crucial usar indicadores relevantes e confiáveis, que ajudem a entender a situação atual e a monitorar o progresso, ao longo do tempo. Ao escolher indicadores, é importante considerar sua relevância para as necessidades locais, específicas das crianças e das famílias. Além disso, é fundamental garantir que os dados sejam coletados, de maneira confiável e consistente, ao longo do tempo, para que possam ser usados para monitorar o progresso e ajustar as estratégias, conforme necessário.

Inserir a primeira infância no planejamento é se apropriar de informações e indicadores, para saber de onde partir e o que queremos propor para essas crianças.

O conhecimento sobre quem são as crianças, o que elas fazem, como brincam ou vivem as suas infâncias é, antes de tudo, um ponto de partida que possibilita elaborarmos indicadores para a prática pedagógica dos professores que actuam junto dos meninos e meninas que passam de quatro a nove horas por dia em instituições de educação colectiva (Cerisara, 2004, p. 37).

Envolver os professores na participação do comitê intersectorial é criar possibilidades de garantir que as políticas e estratégias desenvolvidas sejam fundamentadas na realidade vivida pelas crianças e nas experiências dos educadores. *“Partimos da escuta das crianças, tanto como da equipe de professores, fazendo rodas de conversas, atividades de integração, momentos externos também; levamos as crianças para uma praça, para pensar na revitalização” (P5)*. Isso não apenas aumenta a eficácia das iniciativas, mas, também, promove um senso de coletividade e responsabilidade compartilhada na promoção do bem-estar infantil.

Como Sacristán (2012, p. 100) enfatiza, “o pensamento não explica a ação, o pensamento é parte da ação, mas não é toda a ação”. Em outras palavras, há uma distinção entre ter pensamentos, ou intenções, e efetivamente realizar ações concretas, com base nesses pensamentos. *“É um trabalho constante e os professores é que estão na ponta e estão em contato com o resultado, no dia a dia, no cotidiano da sala de aula; os professores contribuem também com ideias, juntamente com os outros setores” (P5)*. O pensamento pode ser um precursor, ou um componente da ação, mas é na execução das ações que os pensamentos se manifestam, verdadeiramente.

Holm (2005), renomada artista plástica e professora dinamarquesa, tem ampla experiência no campo da arte, do ensino infantil à universidade, trabalha com desenhos, fotografias, instalações e com integração de técnicas, de maneira que a criança possa ser livre para realizar suas investigações sobre o mundo. Ela considera a potência das crianças; confia nas crianças; é a criança que faz, tornando a escuta sensível das crianças como marca essencial para o trabalho que realiza.

Olhando para a imagem, a seguir, podemos imaginar o engajamento dessas crianças que são ouvidas e acolhidas, com suas ideias e opiniões, não só garantindo um espaço que, realmente, usam, mas apreciam, pois fizeram parte da construção. Assim, se sentem valorizadas e aprendem a valorizar o espaço público.

Imagem 1: Desenho das crianças



Fonte: PMPI Colinas

Quando as crianças são ouvidas e suas opiniões são levadas em consideração, elas se tornam participantes ativas na criação e no uso dos espaços que habitam. Este engajamento promove um sentimento de pertencimento e responsabilidade. Os desenhos podem refletir essa relação harmoniosa com o ambiente, mostrando como elas veem e desejam o mundo ao seu redor.

Ao pensar na cumplicidade dos adultos e das crianças, mesclar o real e o imaginário em suas criações faz parte do processo, fundamental para o desenvolvimento cognitivo e emocional, pois permite que as crianças explorem suas experiências e emoções, de maneira segura e criativa. Por meio de desenhos, pinturas, jogos dramáticos, composições musicais, danças, narrativas poéticas e fotografias, as crianças expressam suas percepções e fantasias, criando obras que refletem uma ampla gama de influências e experiências.

Com a exigente cumplicidade dos adultos, o real e o imaginário entrecruzam-se, dando origem a resultados, advindos de múltiplas influências, nas obras de cada criança: desenho, pintura, jogo dramático, composição musical, dança, narrativa poética, fotografia, etc. No jardim de infância, um clima que valorize a educação estética valoriza o modo de sentir, entender e dizer de cada um, influencia e valoriza os diferentes significados representados sob diferentes meios, diferentes formas de materializar, imprimir, “dizer”, procurar respostas. É a criatividade a potencializar modos de apreender e construir significados sobre o que rodeia a criança (Kowalski, 2012, p. 48).

A criatividade alimenta a curiosidade inata das crianças, incentivando-as a fazer perguntas e a buscar respostas, de maneiras inovadoras. Projetos criativos, muitas vezes, envolvem trabalho em grupo, o que ensina as crianças a colaborar, compartilhar e respeitar as ideias dos outros. Por meio da arte, as crianças podem explorar e compreender diferentes perspectivas, desenvolvendo empatia e habilidades sociais. A citação de Brasil (2015) reflete uma perspectiva pedagógica que valoriza a arte como um meio para o desenvolvimento integral da criança.

As experiências educativas relativas às manifestações da arte devem encontrar nas instituições de Educação Infantil espaço deflagrador da expressividade das crianças, contribuindo para sua formação estética, permitindo a abertura para o encantamento, o maravilhamento diante do mundo, a evocação de realidades imaginárias que se articulam com a ressignificação e recriação de si e do mundo (Brasil, 2015 p, 85).

Já a intersetorialidade é uma abordagem vital para a implementação eficaz do PMPI. Ela permite uma ação coordenada e integrada entre diferentes setores, garantindo que todas as dimensões do desenvolvimento infantil sejam contempladas. Por meio da colaboração intersetorial, é possível alcançar uma maior eficiência, equidade e qualidade nas políticas públicas voltadas para a primeira infância, promovendo um futuro mais justo e sustentável para todas as crianças. No próximo item, versamos sobre um conceito importante, a intersetorialidade e suas contribuições nas políticas públicas para a implementação do PMPI.

7.2 Contribuições da intersetorialidade no PMPI

Considerando as observações sobre as contribuições da intersetorialidade no PMPI, apontadas pelos participantes, realizou-se a abordagem das entrevistas, confrontando com os documentos investigados sobre a temática. A intersetorialidade, no PMPI, refere-se à integração e cooperação entre diferentes setores e políticas públicas para promover a igualdade de oportunidades e combater as desigualdades sociais vivenciadas desde a infância. Esse conceito é fundamental para abordar, de forma abrangente e eficaz, as diversas formas de alcançar os objetivos que o plano propõe, que é trabalhar em conjunto para o desenvolvimento integral da criança.

Quando interpelados sobre a intersetorialidade e suas contribuições, um dos participantes destaca que: *“algumas pessoas tiveram dificuldade dessa compreensão; tem que conhecer as políticas públicas para poder saber quais são os objetivos e as demandas também. Me lembro que era um pouco distante por causa da realidade do município, nosso*

município é pequeno” (P1). A dificuldade na compreensão da intersectorialidade pode ser considerada, tendo em vista a necessidade de familiarização com as políticas públicas, os objetivos e demandas envolvidas. Este desafio, em municípios menores, pode ocorrer devido a recursos e estruturas limitadas.

É extremamente importante destacar a perspectiva dos autores Ball, Maguire e Braun (2012) sobre a interpretação e implementação de políticas públicas. Eles afirmam que as políticas são, continuamente, interpretadas, traduzidas, reconstruídas e refeitas por meio da interação e inter-relação entre diversos atores, textos, conversas e tecnologias. Essa visão enfatiza a natureza dinâmica e contextual das políticas, sublinhando que elas não são estáticas ou imutáveis, mas processos em constante evolução e adaptação.

Pensando que o trabalho intersectorial é um trabalho a ser realizado em médio e longo prazo, a política, que está sujeita a uma variedade de interpretações e abordagens, é moldada por diferentes perspectivas ideológicas, históricas e culturais, levando a uma multiplicidade de caminhos. Mesmo que os objetivos sejam semelhantes, em alguns casos, os métodos e estratégias para alcançá-los podem mudar. Essa diversidade de interpretações é característica importante da política e vai refletir na dinâmica da sociedade.

O comitê intersectorial desempenha um papel fundamental ao permitir que as demandas de um setor específico sejam levadas para discussão e análise em um grupo maior e mais diversificado. *“O comitê intersectorial contribui no sentido que você consegue levar a tua demanda, do seu setor para o grande grupo; foi bem interessante; alguém tem que puxar a frente, coordenar e colaborar com a construção do plano” (P2).* O trabalho coletivo busca por discussões e possibilita pensar em soluções mais abrangentes, aproveitando as diferentes perspectivas e experiências dos representantes de cada segmento do comitê.

Essa ideia articula-se aos pressupostos de Maudonnet, (2021, p.110), que aborda a parceria de movimentos sociais e articulação de fóruns, para proteção e direito das crianças.

Para além dos desafios específicos da Educação Infantil, o momento exige que se articulem e se fortaleçam as parcerias dos Fóruns com os outros movimentos sociais, como os movimentos feministas, os movimentos negros, com os movimentos mais amplos de educação, de direitos humanos, de proteção à criança e ao adolescente, ampliando a defesa dos direitos dos bebês e crianças, em uma perspectiva integral e intersectorial, para além do papel da instituição de educação, mas como um compromisso de toda a sociedade.

A intersectorialidade é um desafio, pois coloca em pauta o saber de cada segmento e como não centralizar no trabalho que cada um desenvolve, mas, antes, de colocar a atenção na criança. *“O comitê intersectorial foi constituído por vários atores, várias secretarias e*

envolvendo cada vez mais pessoas; ele precisa ser vivo; a melhor coisa é reunir várias vezes essas pessoas e cada um perceber que a centralidade é na criança" (P3). Implementar mecanismos de avaliação contínua é mister, para ajustar as estratégias, conforme necessário, garantindo que o foco permaneça na criança, aliando e comprometendo todos os setores.

Com base nas contribuições de Cordelini e Castelli (2020), pode-se mencionar que todo o empenho é demonstrado nos relatórios, publicações e leis; não obstante, “os PMPI ainda são uma agenda com necessidade de expansão, formulação, aprovação e execução”, para que, de fato, se tornem uma política pública intersetorial, com eficácia e resistência, para resistir aos diferentes interesses políticos dos governantes, sendo uma política de governo.

Imagem 2: Eixos prioritários da intersetorialidade



Fonte: PMPI Colinas (2024).

De acordo com a imagem 2, a criança é o foco dos eixos prioritários, que devem trabalhar numa sincronia, tendo a colaboração intersetorial, a comunicação entre os envolvidos, o monitoramento e avaliação do plano.

A compreensão de que as políticas são processos dinâmicos e contextuais reforça a importância de uma abordagem intersetorial no PMPI, promovendo uma implementação mais eficaz e adaptada às necessidades locais. Defender a intersetorialidade, como uma concepção estratégica no planejamento, representa um avanço significativo na promoção do bem-estar e no desenvolvimento integral das crianças. Para Junqueira (2005, p. 4),

[...] a intersetorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses.

A presença de membros que representem o administrativo da municipalidade, bem como a participação do segmento da secretaria de obras, é crucial no comitê intersetorial. *“A formação do comitê é importante, e ter um representante do administrativo é fundamental também, porque envolve custos”*(P4). Essa composição diversificada permite que conhecimentos e perspectivas diferentes sejam integrados, contribuindo para o aperfeiçoamento do planejamento e implementação das políticas públicas.

Enquanto outros membros do comitê podem focar em aspectos específicos de seus setores, o representante administrativo oferece uma perspectiva mais integrada e geral, ajudando a balancear as diferentes prioridades e necessidades. *“Um representante da administração, da engenharia, as questões financeiras influenciam também, querer é uma coisa, conseguir é outra”* (P4).

Na mesma linha de pensamento, *“cada setor tem as suas peculiaridades e cada pessoa tem também; o trabalho intersetorial, na verdade, um tem que puxar o outro, dar uma sustentação, manter o vínculo dessa relação e ser flexível”* (P5). Cada membro do comitê contribui para que a intersetorialidade aconteça, de fato, destacando a importância de colocar a criança como foco do trabalho. Essa abordagem é essencial para garantir que as políticas públicas e os programas desenvolvidos atendam, de forma abrangente e eficaz, às necessidades das crianças, promovendo seu bem-estar e desenvolvimento integral.

Um setor que, segundo o PNPI, favorece a ligação entre os segmentos intersetoriais é o cultural, que engloba todos os campos e atende às diversidades.

O setor cultural pode ser o veículo de ligação entre as políticas intersetoriais, notavelmente entre os campos da saúde, da educação, da assistência social, da justiça, dos cuidados à criança em situação de vulnerabilidade, do atendimento às diversidades culturais das crianças das comunidades tradicionais, além das negras, quilombolas e indígenas, a prevenção de violências, negligências, abandono ou segregação contra as crianças, bem como a proteção delas à pressão consumista (Brasil, 2020, p. 176).

Destaca-se que a intersetorialidade contribui para as ações pensadas em conjunto, que, apesar dos desafios encontrados, o trabalho é realizado, demandando tempo e paciência para execução, mas é realizado e investido. A seguir, então, serão apresentadas as práticas e os desafios quanto à elaboração do plano.

7.3 Práticas e desafios para a elaboração do plano

Na elaboração e execução do PMPI, observou-se que, embora tenha proporcionado excelentes práticas para o benefício das crianças, também gerou diversos desafios, relatados pelos entrevistados. Todos os participantes da pesquisa sentiram-se parte integrante do processo de elaboração e implementação do PMPI, contribuindo, significativamente, com práticas eficazes, mas, também, enfrentando alguns obstáculos, que serão abordados a seguir.

Gráfico 13: Participação dos segmentos das secretarias municipais e da implementação do PMPI



Fonte: elaborado pela autora (2024)

A construção e implementação de um plano são passos essenciais, mas sem um acompanhamento adequado, é difícil garantir que os objetivos sejam atingidos e que as ações sejam, efetivamente, executadas. A falta de acompanhamento pode resultar em vários problemas, como a falta de alinhamento com os objetivos iniciais, a ineficiência na utilização de recursos e a incapacidade de identificar e corrigir problemas em tempo hábil. *"O plano foi elaborado e colocado em prática, mas não teve acompanhamento adequado. O comitê parou de se reunir, e cada membro se focou nas suas próprias áreas, deixando de lado o plano" (PI)*. Essa observação destaca a importância do monitoramento contínuo das políticas públicas, para garantir que elas sejam eficazes e possam ser ajustadas, quando necessário.

A obra de Dewey (1979) é extremamente relevante no contexto da construção, implementação e acompanhamento de planos, pois ele enfatiza a importância da prática e da experiência no processo de aprendizagem e mudança. Dewey argumenta que a prática se

reflete nos domínios da experiência, e que o ato de fazer não é apenas uma atividade mecânica, mas um processo significativo, que surge por necessidade e aspiração de mudanças.

Desse modo, é necessário que todas as partes envolvidas, todos os atores do processo estejam interessados e estimulados com o novo. Conforme Dewey (1979, p.91), “variedade de estímulos significa novidade e novidade significa desafio e provocação à pesquisa e pensamento”. Segundo Dewey, há uma importância no que concerne à variedade de estímulos, para a promoção do pensamento e da pesquisa. Essa perspectiva enfatiza que, ao sermos expostos a diferentes tipos de estímulos, somos incentivados a explorar, questionar e a buscar novos conhecimentos. Essa ideia pode ser aplicada em diversos contextos, especialmente na educação, em que é fundamental proporcionar aos alunos um ambiente rico em estímulos variados, para fomentar a curiosidade e o desenvolvimento do pensamento crítico.

Um plano decenal, como o PMPI, requer um monitoramento contínuo e eficaz, para garantir que seus objetivos sejam atingidos, ao longo de dez anos. Este acompanhamento é essencial para avaliar o progresso, identificar desafios e fazer ajustes necessários, para assegurar que as políticas continuem sendo relevantes e eficazes. *“A gente sabe que tem planos e metas; sonhos, uns realizáveis, outros não realizáveis; uma coisa que eu senti que a gente não fez que tinha essa proposta era a avaliação do plano” (P2).*

O monitoramento não aconteceu; surgem, então, vários desafios e problemas, que podem comprometer a eficácia e os objetivos do plano. *“Nós tínhamos uma organização, um combinado de, a cada dois anos, fazer avaliação do que estava sendo conquistado, o que deveria ser alcançado, o que deveria ser visto, mas a gente não fez isso” (P2).* A ausência de monitoramento, efetivamente, impede a avaliação do progresso, a identificação de problemas emergentes e a realização de ajustes necessários. Conforme destacado no Guia de Elaboração do PMPI, “os objetivos e as metas devem ser estabelecidos. O acompanhamento e a avaliação são fundamentais para verificar se e quando os objetivos e as metas foram alcançados” (Brasil, 2020, p.36).

Sem monitoramento, não há dados concretos para avaliar o progresso das ações e políticas implementadas. O depoimento, acima, revela uma situação comum em muitos municípios menores: apesar do conhecimento detalhado do público atendido e do trabalho realizado dentro de cada secretaria, o PMPI não foi, efetivamente, colocado em prática, ou revisitado, ao longo do tempo. Esse cenário aponta para a necessidade de fortalecer a implementação e o monitoramento do plano, garantindo que ele se torne uma realidade operacional e não, apenas, um documento teórico.

A centralidade na criança, durante a elaboração do PMPI, é essencial, para garantir que as políticas públicas atendam, de forma abrangente e eficaz, às necessidades das crianças. No entanto, os participantes ressaltam um desafio fundamental: garantir que o plano não seja restrito a uma única gestão, mas que se torne uma política pública duradoura, atravessando diferentes governos.

De acordo com a Cartilha: Plano Municipal pela Primeira Infância: Um passo a passo para elaboração (Brasil, 2021, p.32):

O PMPI deve estar previsto no Plano Plurianual do município. O próximo ciclo de gestão é obrigado a garantir sua continuidade. Mas pensando em longo prazo, devemos lembrar que, se o PMPI tramitar como Projeto de Lei na Câmara de Vereadores e for aprovado, fica garantido o orçamento para todo o seu período de vigência (dez anos) – e a consequente aplicação dos recursos. Nesse modelo, a sociedade conseguirá acompanhar todas as etapas do processo, exercendo seu papel de controle social, também previsto no Marco Legal da Primeira Infância (artigo 12).

A continuidade de ações planejadas, somadas às políticas, pode ser afetada quando acontecem mudanças na administração municipal, por isso a importância de institucionalizar o PMPI. Ademais, garantir que ele seja parte integrante das políticas públicas municipais pode ajudar a mitigar esse risco. Em suma, a elaboração do PMPI exige uma abordagem colaborativa, integrada e baseada em evidências. Superar os desafios comuns requer compromisso político, engajamento comunitário e uma visão de longo prazo, para promover um desenvolvimento saudável e sustentável para todas as crianças.

Na seção seguinte, os indicativos e as experiências no planejamento, pensando nas infâncias, serão evidenciados, conforme as contribuições dos participantes da pesquisa.

7.4 Indicativos e experiências destacadas no planejamento, pensando nas infâncias

Existem vários indicadores e experiências destacadas no planejamento com foco na primeira infância, como acesso ao pré-natal e neonatal, vacinação em dia, acesso à creche de qualidade e programas voltados para o desenvolvimento infantil. Essas experiências destacadas e indicadores podem informar o planejamento e a implementação de políticas e programas voltados para a primeira infância, garantindo, assim, um começo de vida saudável e promissor para todas as crianças.

Além disso, a experiência está ligada a uma inelutável conexão com o mutável, com o inexplicavelmente incerto, com o múltiplo e com o vários. Seu material é por natureza variável e inseguro. É anárquico, por ser instável. O homem que confia na

experiência ignora aquilo com que pode contar, porquanto ela varia de pessoa a pessoa, dia a dia, para não se dizer nada de país a país. A conexão dela com o "múltiplo", com várias coisas particulares, produz o mesmo efeito e também acarreta conflitos (Dewey, 1979, p.291).

Pensando na experiência, com base no desenvolvimento de cada pessoa, *“planejar a primeira infância é sempre ter novos desafios, novas demandas; tudo começa pela infância; trabalhamos com o PIM, que traz o slogan, o que acontece na infância, não fica na infância” (PI)*. Os desafios podem incluir a necessidade de acesso a cuidados de saúde de qualidade, programas educacionais adequados, ambientes seguros e estimulantes, apoio emocional para pais e famílias, entre outros aspectos. Cada criança é única, e planejar, eficazmente, para a primeira infância, requer uma abordagem holística, que considere as diversas necessidades individuais e contextos culturais.

É importante mencionar que o Programa Primeira Infância Melhor - PIM, é uma política pública intersetorial de promoção do desenvolvimento integral, na Primeira Infância. Tem como propósito contribuir e apoiar as famílias, de acordo com suas experiências; além disso, potencializa o trabalho do programa, para que o desenvolvimento integral da criança aconteça, desde a gestação até os seis anos de idade. Conforme a nota técnica 03, de 2021, faz parte do grupo de trabalho do PIM, *“mobilizar, compor a construção e atuar na implantação do Plano Municipal pela Primeira Infância” (Brasil, 2021, p.4)*.

As experiências infantis, vividas durante os primeiros anos de vida, as quais têm impacto duradouro na formação do indivíduo, moldam não apenas o desenvolvimento emocional e psicológico, mas, também, o físico e social, influenciando o futuro, de várias maneiras. *“Então, o que a criança vivencia na primeira infância, vai ficar pra vida toda, você investe na infância, você vai evitar ou diminuir demandas futuras; eu acredito muito no investimento para a primeira infância” (PI)*. Com amor, segurança, apoio, ou a falta deles, pode ocorrer um impacto profundo no desenvolvimento da saúde mental e emocional das crianças. Crianças que crescem em ambientes estáveis e amorosos tendem a desenvolver uma maior resiliência emocional.

Por isso, os eixos para o planejamento são importantes; a estimulação intelectual, durante a infância, é crucial para o desenvolvimento cognitivo, protagonismo, promoção e proteção das infâncias.

Imagem 3: Eixos norteadores no planejamento

Proteção	Promoção	Defesa	Protagonismo na Primeira Infância	Controle Social
----------	----------	--------	---	--------------------

Fonte: PMPI Alto Alegre

De acordo com a imagem 3, os eixos norteadores do planejamento são a proteção, a promoção, a defesa, o protagonismo na primeira infância e o controle social, tudo isso aliado à articulação de um plano pensado para as infâncias. As maneiras como as crianças aprendem a lidar com o estresse e os desafios têm um impacto duradouro.

Dewey (1979, p.291) diz que “da experiência não pode provir nenhum padrão de certeza, porque é da própria natureza da experiência fomentar todas as espécies de crenças contrárias, como o provam as variedades de costumes locais”. A experiência humana é complexa e multifacetada, influenciada por uma variedade de fatores, incluindo cultura, história, contexto social e individualidade. O que é considerado aceitável, ou verdadeiro, em uma cultura pode ser completamente diferente em outra.

Surge aí, então, a importância do plano ultrapassar as barreiras do papel e tornar-se efetivo, impactando, positivamente, as infâncias e, conseqüentemente, a sociedade. Para tanto, podem ser necessários ajustes e avaliações, engajamento das partes interessadas, demonstrando suas prioridades e compromissos com o PMPI. Ultrapassar as barreiras do papel é demonstrar visões e ideias concretas, que podem fazer a diferença, mas exigem um compromisso contínuo com a implementação eficaz, com um monitoramento cauteloso e adaptações diante aos desafios que surgirem ao longo do caminho.

Sobre a contribuição do plano para a aprendizagem, percebeu-se que um município realiza diversas atividades voltadas para as infâncias, mas acabou deixando de lado a execução do PMPI. *“Quando você tem uma política pública para essa faixa etária, todos os olhares vão ser para essa faixa etária, por isso que a gente entende que avaliação é importante” (P2).*

Por essa razão, no art. 11 da Lei nº 13.257, de 08 de março (Brasil, 2016), as políticas públicas são concebidas como, impreterivelmente, parte de monitoramento e coleta sistemática de dados, com avaliação periódica do processo constituinte da oferta dos serviços às crianças e, posteriormente, divulgação dos resultados. O cumprimento, ou não, de um plano decenal depende de uma combinação complexa de fatores, incluindo a qualidade do

planejamento, a eficiência da execução e a capacidade de adaptação a circunstâncias variáveis.

Um plano bem estruturado detalha todas as ações necessárias para alcançar os objetivos, incluindo cronogramas, responsabilidades e marcos importantes. “No decorrer dos dez anos, ir alinhando e melhorando aquele planejamento inicial, é contribuir na aprendizagem das crianças” (P2). Um plano para a primeira infância não é apenas um documento estático, mas um guia dinâmico, que evolui, ao longo do tempo. Ele deve detalhar todas as ações necessárias para alcançar os objetivos estabelecidos, incluindo responsabilidades atribuídas e marcos importantes, para avaliação e monitoramento do progresso.

Portanto, contribuir para a aprendizagem das crianças, ao longo dos anos, envolve não apenas implementar um plano inicial, mas, também, estar disposto a revisá-lo, ajustá-lo e aprimorá-lo, conforme novos aprendizados e percepções são adquiridos. Isso garante que o planejamento para a primeira infância seja adaptativo e centrado no melhor interesse e desenvolvimento integral das crianças.

Estar preparado para mudar de direção, quando necessário, é crucial. Isso significa ser capaz de ajustar planos e estratégias em resposta a novos dados, ou mudanças no ambiente. O desenho a seguir, feito por uma criança do município que traz como eixo norteador o protagonismo na primeira infância, envolve e cria oportunidades para que as crianças expressem suas opiniões, façam escolhas dentro de limites seguros, resolvam problemas, explorem interesses pessoais e interajam com outras pessoas e o mundo ao seu redor, de maneira autônoma e responsável.

Imagem 4: Desenho da criança



Fonte: PMPI Alto Alegre

Colaborar com o aprendizado da criança, segundo Montessori (1989, p.207), está relacionado ao fato de que “a preparação do ambiente em suas bases essenciais como fundamento de uma nova educação tem sido esboçada pela própria criança, de modo tão evidente a poder constituir uma realidade prática”.

Pensar em ações e resultados atuais afetarão o futuro. Deve-se planejar para a sustentabilidade dos resultados em longo prazo. Estar preparado para gerir mudanças, de forma eficaz, garantindo que as transições sejam, gradativamente, efetivadas. “*Não tenho dúvida nenhuma sobre o impacto que o plano traz para a sociedade, preparando a cidade para a infância, ela vai ser preparada para todo mundo*” (P3). Deve-se reconhecer a importância de permitir que as crianças guiem parte de suas próprias experiências e aprendizados. Isso envolve estar sensível às suas curiosidades naturais, criatividade, perguntas e descobertas.

Quando aprendemos a observar as crianças desde um lugar aberto ao emergente, disponível e interessado em acolher o seu universo, começamos a entender que o dia a dia de uma boa instituição se faz no respeito ao tempo das crianças, na aposta em suas brincadeiras, na atenção às teorias que as crianças criam sobre si e sobre o mundo que está a sua volta (Brasil, 2018, p. 26).

Ao refletir sobre o impacto social, no documento do PNPI, há o argumento de que devemos pensar no presente e no futuro da infância:

A ambivalência da infância – presente e futuro – exige que cuidemos dela agora pelo valor da vida presente e, simultaneamente, mantenhamos o olhar na perspectiva do seu desenvolvimento rumo à plenitude de seu projeto de existência (Brasil, 2020, p. 12).

Ao mesmo tempo, devemos manter uma perspectiva de longo prazo, visando ao desenvolvimento integral da criança, para que ela possa atingir a plenitude de seu projeto de existência. Isso envolve preparar a criança para os desafios futuros, desenvolvendo suas habilidades, valores e capacidades, que permitirão a ela realizar seu potencial e contribuir, positivamente, para a sociedade.

Ainda, no mesmo documento do PNPI (Brasil, 2020, p. 13), menciona-se que “[...] adultos inteligentes, criativos, empreendedores, com ampla flexibilidade mental se constituem ao longo da vida, mas a base é feita na primeira infância”. A primeira infância, que vai do nascimento até os seis anos de idade, é um período de rápido crescimento e desenvolvimento cerebral. Durante essa fase, as experiências vividas e os estímulos recebidos têm um impacto significativo e duradouro.

Quando versa sobre a criança ser criança, trata-se de “*colocar as crianças como prioridade, eles sentem isso e criam uma autonomia mais significativa, quando surgem propostas, visualizam algo que eles estão mais presentes, que eles podem se manifestar e deixar sua opinião*” (P5). A importância de permitir que “a criança seja criança” está no reconhecimento de que a infância é uma fase única e valiosa do desenvolvimento humano, que deve ser respeitada e valorizada.

É importante criar espaços nos quais as crianças possam brincar, livremente, e com segurança. Esses ambientes devem ser ricos em estímulos, que promovam a exploração e a descoberta; “*as crianças, hoje, são nossas crianças; que qualidade de vida a gente quer dar para elas, que oportunidades disponibilizamos, podemos ter um adulto mais autônomo, mas e agora, de que forma essa criança está sendo criança, ter esse olhar também*” (P5).

E, como ser criança, hoje? Para ter uma infância com perspectivas e desafios, o PMPI surge para proporcionar às crianças possibilidades de atuar como protagonistas, mas, para isso, é necessário criar um ambiente que ofereça educação, segurança, saúde, intersectorialidade nas oportunidades para brincar e se expressar, e um forte senso de pertencimento e identidade. Ao trabalhar juntos, pais, educadores, comunidades e governos podem possibilitar que todas as crianças tenham um crescimento e um desenvolvimento pleno, em um mundo em constante mudança. Conforme Macedo (2010, p. 182):

Não se aprende ontem ou amanhã, aprende-se aqui e agora, ou não se aprende. O tempo da aprendizagem é o presente, refere-se à entrega, ao processo de produzir ou adquirir coisas, de vivê-las e de aprender a partir desta experiência. Não importa se este presente é longo ou breve, mas sim o interesse, a qualidade das ações e os recursos mobilizados nos processos de interação do sujeito com seus objetos de saber.

A ideia de que o aprendizado acontece no presente, independentemente de sua duração, reforça a importância de aproveitar, ao máximo, cada momento de ensino e interação. Esse princípio é aplicável a várias situações educativas e pode transformar a forma como abordamos o aprendizado, tanto em contextos formais quanto informais. No caderno pedagógico *A Criança Descobrendo, Interpretando e Agindo sobre o Mundo* (OMEP, 2005, p. 116), consta que, “para a criança, a ambientação é muito importante. Pode-se dizer até que só é possível desencadear um processo significativo de aprendizagem ao mergulhá-la em um ambiente rico em referenciais do que se quer refletir”.

A pesquisa conduzida, ao longo deste estudo, sobre o papel do PMPI, revela *insights* valiosos e destaca a importância de abordar as infâncias de uma maneira que priorize o “aqui e agora”. Por meio de uma análise abrangente dos eixos norteadores – proteção, promoção,

defesa, protagonismo na primeira infância e controle social – e a aplicação prática dos princípios da aprendizagem ativa e engajada, alguns resultados e reflexões importantes emergiram. Na sequência estão as considerações finais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Falar de infância universal como unidade pode ser um equívoco
ou até um modo de encobrir uma realidade.
Todavia, uma certa universalização é necessária
para que se possa enfrentar a questão e
refletir sobre ela, sendo importante ter sempre presente que a infância
não é singular, nem é única.
A infância é plural: infâncias (Barbosa, 2000, p. 101).*

Como o nome já diz, primeira infância é o primeiro olhar; é o primeiro caminhar; é o primeiro ser e agir no mundo. É tudo a primeira vez! Daí, então, a importância de ser a primeira vez de qualidade, uma infância, digo, as infâncias, pois são muitas infâncias vividas ao mesmo tempo. Que sejam as infâncias de experiências únicas e fundamentais para o desenvolvimento integral.

Que a intersetorialidade do PMPI contribua para garantir que as experiências da primeira infância sejam de qualidade, fornecendo um ambiente seguro, estimulante e amoroso, promovendo o desenvolvimento integral da criança. Envolve, também, o acesso a cuidados de saúde de qualidade, nutrição adequada, educação precoce e apoio emocional e social, para as crianças e suas famílias. Portanto, é essencial adotar uma abordagem inclusiva e sensível à diversidade, a fim de garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de viver uma primeira infância de qualidade, independentemente de sua origem, condição socioeconômica ou contexto cultural.

Investir na qualidade da primeira infância não é, apenas, uma questão de justiça social, mas, também, uma estratégia inteligente, para promover o desenvolvimento sustentável e construir sociedades mais resilientes e equitativas, no futuro. Ao reconhecer e valorizar a importância das primeiras experiências, na vida de uma criança, podemos criar um mundo em que todas as crianças tenham a oportunidade de florescer e alcançar seu pleno potencial.

O objetivo geral deste estudo foi analisar o processo de implantação do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), seus avanços e desafios na agenda das políticas públicas, no estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa examina como o PMPI está sendo implementado nos municípios, identificando as principais conquistas e obstáculos encontrados ao longo do caminho.

O percurso da primeira infância, que compreende, aproximadamente, os primeiros seis anos de vida de uma criança, é crucial para o seu desenvolvimento físico, cognitivo,

emocional e social. Durante esse período, as vivências e experiências têm um papel fundamental na formação da personalidade, nas habilidades sociais e na capacidade de aprender. As experiências, na primeira infância, incluindo a forma como os cuidadores respondem às necessidades da criança e encorajam suas tentativas de explorar e aprender, têm um impacto significativo na formação da autoestima e da identidade.

As políticas educacionais voltadas para a primeira infância ganham destaque, reconhecendo a importância desses primeiros anos de vida para o desenvolvimento humano. Avanços significativos têm sido observados, como o reconhecimento da importância da primeira infância, investimento na formação dos profissionais, ampliação do acesso à educação infantil, mas, também, existem desafios importantes a serem enfrentados, como financiamento inadequado, articulação entre as políticas públicas, monitoramento e avaliação.

O Estado do Conhecimento identificou que o Plano Municipal pela Primeira Infância não só fortalece a fundamentação técnica e política do plano, mas, também, garante que as vozes das crianças e suas famílias sejam ouvidas e consideradas. O intuito é promover o desenvolvimento integral das crianças, na primeira infância, reconhecendo seus direitos fundamentais e necessidades específicas.

A análise e os referenciais teóricos colaboram para reafirmar a importância do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), com o fortalecimento da intersetorialidade. É essencial considerar a primeira infância e incentivar a participação ativa das crianças, das famílias, da comunidade e da administração pública. O PMPI propõe um conjunto de ações integradas, que envolvem diversas áreas, como saúde, educação, assistência social e cultura, para promover um desenvolvimento saudável e integral das crianças. A participação ativa dos diferentes atores sociais é fundamental, tendo em vista a construção de políticas públicas efetivas e sustentáveis, garantindo que as ações sejam, realmente, voltadas às necessidades e realidades locais.

Os impactos da pesquisa, relativos ao PMPI, possibilitaram pensar na educação e no respeito à criança, oferecendo acesso a creches e pré-escolas de qualidade, promovendo o desenvolvimento cognitivo, social e emocional, desde cedo. Além disso, aprimorar o acesso a serviços de saúde e assistência social, reforçando os direitos das crianças, ao criar ambientes seguros, acolhedores e participativos, o que envolve as famílias e os atores sociais desse processo.

Somado a tudo isso, os resultados podem ser observados, tais como a implementação de programas de formação para educadores e segmentos envolvidos no plano, ampliação de espaços de referência para crianças de todas as idades, aumento da participação das famílias

em atividades educativas e comunitárias, fortalecendo os laços familiares e o apoio social. Uma gestão eficiente e melhor cooperação entre diferentes setores (educação, saúde, assistência social), pode garantir um atendimento mais holístico e eficaz às crianças e, por fim, a manutenção de políticas públicas sustentáveis permite a continuidade das ações do PMPI, em longo prazo.

Dewey (1979) afirma que a novidade significa desafio e provoca a pesquisa e o pensamento. Da mesma maneira, os participantes trouxeram a intersetorialidade como um desafio, pois esta coloca em pauta o saber de cada segmento, somado ao saber equilibrar, não colocando o segmento no centro do plano, mas, sim, a criança.

Em um município, o plano foi construído, implementado e não teve acompanhamento. O comitê não está se reunindo com frequência, mas realiza ações, em formato de rede de apoio. Entretanto, ainda falta sincronizar o trabalho, para que a intersetorialidade, realmente, aconteça, no formato que o plano sugere.

No outro município, o plano é recente, então, conta com uma agenda prioritária, com reuniões mensais; o grupo teve um assessoramento para a elaboração e a implementação do referido plano. O comitê intersetorial é constituído de vários segmentos, envolvidos, no intuito de materializar a continuidade do plano, independente da gestão administrativa, de modo que o plano seja uma política pública com sequência e execução, para que os eixos norteadores na primeira infância sejam o desenvolvimento e a aprendizagem integral das crianças.

Nesse sentido, apresentam-se os dados relativos a cada categoria, atrelada à contribuição da intersetorialidade para o plano para a primeira infância:

a) inserção da primeira infância como foco do planejamento: é essencial para o desenvolvimento das crianças e para uma sociedade mais justa. Embora a região Sul do Brasil enfrente desafios, os avanços alcançados são significativos e precisam ser continuados. A colaboração intersetorial, especialmente liderada pela Secretaria de Educação, é vital para a eficácia do PMPI. O engajamento de diferentes órgãos e setores garante uma abordagem coordenada e sustentável, promovendo a eficácia das políticas e beneficiando as crianças.

b) contribuições da intersetorialidade no PMPI: a intersetorialidade, no PMPI, é crucial para garantir igualdade de oportunidades e combater desigualdades sociais desde a infância, por meio da integração de diferentes setores e políticas.

c) práticas e desafios na elaboração do plano: a obra de Dewey (1979) ressalta a importância da prática e da exposição a diversos estímulos para o aprendizado e a mudança. No contexto do PMPI, Dewey enfatiza a necessidade de engajamento contínuo e

monitoramento eficaz. A falta de avaliações regulares compromete a eficácia do plano, destacando a urgência de fortalecer o acompanhamento, para garantir que o PMPI seja, efetivamente, implementado e não se limite a um documento teórico.

d) indicativos e experiências destacadas no planejamento, pensando nas infâncias: para que o PMPI tenha impacto real e positivo, é essencial que ele seja efetivo, adaptado continuamente e monitorado de forma sistemática. O plano deve incluir cronogramas, responsabilidades e marcos importantes, conforme o art. 11 da Lei nº 13.257/2016. A eficácia depende do compromisso constante com a implementação, ajustes e avaliações periódicas, garantindo que o plano evolua e se ajuste às necessidades e desafios ao longo dos dez anos, contribuindo, efetivamente, para o desenvolvimento das crianças.

Chegar ao final da pesquisa e perceber que os municípios que já implementam o PMPI acreditam nas políticas públicas que investem na infância, confirma que, com estudo, engajamento, persistência, determinação e planejamento, o plano pode acontecer. Além disso, com o comitê intersetorial fortalecido, tendo a criança como protagonista, é possível construir possibilidades de um futuro não distante, com aprendizagem e desenvolvimento integral da criança, com eixos norteadores da proteção, promoção, defesa, protagonismo na primeira infância e controle social, para uma transformação, na educação infantil.

Uma política pública eficaz de integração, metodologias, ambientes ricos e seguros de aprendizagens, com reflexão crítica, somada à execução e continuidade nos planejamentos, de fato, são ações essenciais para o sucesso e a sustentabilidade das políticas implementadas, garantido às infâncias oportunidade de acesso e desenvolvimento, para desafios futuros.

A pretensão é de que essa pesquisa possa despertar o olhar para a infância, estando próxima dela, valorizando o protagonismo da criança, o trabalho intersetorial, reconhecendo que todos podem participar das experiências democráticas, na infância, que suas marcas sejam positivas. É importante reconhecer que todas as crianças podem participar das experiências democráticas, na infância; é crucial garantir que essas experiências sejam positivas e formativas. Envolver as crianças na tomada de decisões, ouvir suas opiniões e valorizar suas ideias não apenas fortalece a democracia, mas, também, promove o desenvolvimento de habilidades críticas e a autoconfiança. A participação ativa das crianças na construção de seu ambiente de aprendizagem ajuda a criar um senso de pertencimento e responsabilidade.

*Por uma ideia de criança
Por uma ideia de criança rica, na encruzilhada do possível,
que está no presente e que transforma o presente em futuro.
Por uma ideia de criança ativa, guiada na experiência,
por uma extraordinária espécie de curiosidade,
que se veste de desejo e de prazer.
Por uma ideia de criança forte,
que rejeita que sua identidade seja
confundida com a do adulto, mas que a oferece
a ele nas brincadeiras de cooperação
Por uma ideia de criança sociável,
capaz de se encontrar e se confrontar com outras crianças
para construir novos pontos de vista e conhecimentos.
Por uma ideia de criança competente,
artesã da própria experiência e do próprio saber perto e com o adulto.
Por uma ideia de criança curiosa, que aprende a conhecer e a entender
não porque renuncie, mas porque nunca deixa
de se abrir ao senso do espanto e da maravilha.
Aldo Fortunati*

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Guanabara, 1986.
- BALL, Stephen John. **EDUCATION REFORM** : A Critical and Post-Structural Approach. Editora Open University Press. 1994.
- BALL, Stephen John. Intelectuais ou técnicos? O papel indispensável da teoria nos estudos educacionais. *In*: BALL, Stephen John; MAINARDES, Jefferson. **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez. 2011.
- BALL, Stephen John; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **How schools do policy**. Abingdon: Routledge. 2012.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Fragmentos sobre a rotinização da infância. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 93-113, jan./jul. 2000.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARDIN, Laurence [1977]. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, 2016.
- BARRETO, Ângela Maria Rabelo. Situação atual da educação infantil no Brasil. *In*: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. v. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.
- BITTAR, Mariluce; SILVA, Jória Pessoa.; MOTA, Maria Cecília Amendola. Formulação e implementação da política de educação infantil no Brasil. *In*: **Educação infantil, política, formação e prática docente**. Campo Grande, MS: UCDB, 2003.
- BRASIL. **Lei nº 13.257**, de 8 de março de 2016. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm. Acesso em: 01 ago. 2024.
- BRASIL. **Resolução nº1**, de 30 de maio de 2012. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Brasília, 31 de maio de 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 05 de out. de 1988.
- BRASIL. Rede Nacional da Primeira Infância. **Plano Municipal pela Primeira Infância**. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/pmpi/>. Acesso em: 07 out. 2022.
- BRASIL. Rede Nacional da Primeira Infância. **Guia Plano Municipal pela Primeira Infância**. Rio de Janeiro, 2017.
- BRASIL. **Plano Nacional Primeira Infância**. Brasília, DF. 2020.

BRASIL. **Guia para elaboração do Plano Municipal Pela Primeira Infância** / Rede Nacional Primeira Infância (RNPI); ANDI Comunicação e Direitos. - 4a ed. Brasília, DF: RNPI/ANDI, 2020.

BRASIL. **Observatório do Marco Legal da Primeira Infância**. Disponível em: <https://rnpiobserva.org.br/> Acesso em: 09 de set. 2023.

BRASIL. **Cartilha – Plano Municipal para a Primeira Infância: um passo a passo para a elaboração**. UNICEF / RNPI / ANDI. Brasília, 2021.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF.

BRASIL. **Nota Técnica 03/2021** DAPPS/PIM. Disponível em: [//www.pim.saude.rs.gov.br/site/wp-content/uploads/2021/11/Nota-Tecnica-03-2021-DAPPS-PIM.docx.pdf](http://www.pim.saude.rs.gov.br/site/wp-content/uploads/2021/11/Nota-Tecnica-03-2021-DAPPS-PIM.docx.pdf). Acesso em: 02 de set. 2023.

BRASIL. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei nº 6998/2013**. Altera o art. 1º e insere dispositivos sobre a Primeira Infância na Lei nº 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1214724&filename=Tramitacao-PL+6998/2013. Acesso em: 02 de set. 2023.

BRASIL. **Financiamento da Primeira Infância** - Orçamento Federal 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/primeira-infancia-2022.pdf>. Acesso em: 04 de jun. de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Básica. **Documentação Pedagógica: concepções e articulações** - caderno 1. Organização: Paulo Sérgio Fochi. Brasília: MEC / UNESCO, 2018 - 36 p.

BRASIL. **Contribuições para a Política Nacional: a avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto**. Curitiba: Imprensa/UFPR; Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Coordenação Geral de Educação Infantil - MEC/SEB/COEDI, 2015, 104p.

BDTD, **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Disponível em <https://bdtd.ibict.br/vufind/> . Acesso em: 02 de nov. de 2022.

CAMPOS, Maria Malta. Assistência ao pré-escolar: uma abordagem crítica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 28, p. 53-9, mar. 1979.

CAMPOS, Maria Malta. A Constituinte e a educação da criança de 0 a 6 anos. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 59, p. 57-65 1986.

CANÁRIO, Rui. A escola: das “promessas” às “incertezas”. **Educação Unisinos**, v. 12, n. 2, p.73-81, maio/agosto 2008.

CERISARA, Ana Beatriz. Em busca do ponto de vista das crianças nas pesquisas educacionais: primeiras aproximações. *In*: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Orgs.). **Crianças e miúdos**: Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Portugal: Asa, 2004, p. 35-53.

COLINAS. **Plano Municipal pela Primeira Infância**. 2023. Disponível em: https://omlpi-strapi.appcivico.com/uploads/RS_Colinas.pdf. Acesso em: 08 de jun. 2024.

CORDELINI, Silvana; CASTELLI, Maria Cristina Zago. Plano Municipal Pela Primeira Infância: Atividade Política e Política Pública. **Revista Internacional de Debates da Administração Pública**, São Paulo, SP, v.5, n.1, pp. 81-101, Jan–Dez, 2020.

COSTA, Carolina Terra Quirino da. **Construção Social da Primeira Infância e sua priorização na Agenda Pública Brasileira**. Rio de Janeiro, 2021. Tese. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_RIO-1_3ea47ddb22419ee32487bbf30ac329e6 . Acesso em: 14 de nov. 2022.

COSENZA, Ramon; GUERRA, Leonor. **Neurociência e Educação**: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CRESPI, Livia Regina Saiani. **Neurociências na formação docente continuada**: valorizando o desenvolvimento e a aprendizagem na primeira infância. Rio Grande do Sul, 2020. Tese. UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_531730a2557b8664b30fd742f06f7519 . Acesso em: 14 de nov. 2022.

DEWEY, John. The Child and the Curriculum, 1902. *In*: SOUTHERN ILLINOIS UNIVERSITY. Middle works of John Dewey, v. 2. Carbondale: Southern Illinois *In*: SOUTHERN ILLINOIS UNIVERSITY. **Later Works of John Dewey**, v. 9. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1986. (Collected works of John Dewey). University Press, 1976. (Collected works of John Dewey). p. 271-291.

DEWEY, John. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação. 4. ed. São Paulo, SP. Editora Nacional, 1979.

DIDONET, Vital. A pré-escola como escola. *In*: **Congresso Brasileiro de Educação Pré-escolar**, 4, 1980, Brasília. Artigos. Brasília: MEC, 1980.

DIDONET, Vital. A primeira infância e a educação para a paz. Brasília, DF. **Revista de Informação Legislativa** a. 44 n. 176 out./dez. 2007.

DOMINGUES, Maria Aparecida. **Desenvolvimento e aprendizagem**: o que o cérebro tem a ver com isso? Canoas: Ulbra, 2007.

FERNANDES, Florestan. A formação política e o trabalho do professor? *In*: OLIVEIRA, M. M. de. **Florestan Fernandes**. [Coleção os educadores - MEC] Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

FERRARO, Alceu Ravanello. Direito à Educação no Brasil e dívida educacional: e se o povo cobrasse? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 273-289, maio/ago. 2008.

FOCHI, Paulo Sergio. A curiosidade, a intenção e a mão: O Ethos Lúdico do Bebê. Revista **Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 68 - Dez. 2021.

FOCHI, Paulo Sergio. **A Documentação Pedagógica como Estratégia para a construção do conhecimento praxiológico: O caso do Observatório da Cultura Infantil - Obeci**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Educação. São Paulo, 2019.

FOCHI, Paulo Sergio; REDIN, Marita Martins; GOMES, Marta Quintanilha. **Infância e educação infantil**. São Leopoldo, RS. Editora Unisinos, 2013.

FORTUNATI, Aldo. **A educação infantil como projeto da comunidade: crianças, educadores e pais nos novos serviços para a infância e a família**: A experiência de San Miniato. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FULLGRAF, Jodete Bayer Gomes. **A infância de papel e o papel da infância**. 2001. Dissertação. Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: [file:///C:/Users/gment/Downloads/181227%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/gment/Downloads/181227%20(1).pdf). Acesso em 12 ago. 2023.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**: e outros escritos. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 52. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FRONER, Emanuele; SUDBRACK, Edite, Maria. Políticas Públicas para a Educação Infantil: dilemas e perspectivas diante da obrigatoriedade legal de escolarização aos 4 anos. In: SUDBRACK, E.M. (Org.). **Políticas educacionais**: condicionantes e embates na educação básica. Frederico Westphalen:URI, 2014. p. 47-81.

GALVÃO, Priscila, Kelida, Assis; SILVEIRA, Telma, Aparecida, Teles, Martins; BARBOSA, Ivone, Garcia. A conquista do direito à educação: da proposição à materialização. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. [S.l.]. v. 36, n.3, p.990-1009.set/dez 2020.

GANZELI, Pedro. Plano Nacional de Educação: implicações para a educação infantil. **Revista Exitus**, v. 2, n. 2, p. 77-102, 2016. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/107> Acesso em: 02 de ago. 2023.

GOMES, Hagar Espanha (coord.). **Manual de elaboração de tesouros monolíngues**. Brasília, DF: Programa Nacional de Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior, 1999.

HOLM, Anna Marie. **Fazer e Pensar Arte**. São Paulo: Museu de Arte Moderna de São Paulo, 2005.

JUNQUEIRA, L. A. P. **Articulações entre o serviço público e o cidadão**. In: X Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la

Administración Pública Santiago, Chile, oct. 2005.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. 7. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2015.

KLOSINSKI, Daniele Vanessa; LOSS, Adriana Salette. Educação infantil: espaço do brincar e da interação da criança. **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 27, n. 2, p. 420-436, maio/ago. 2020. Disponível em: www.upf.br/seer/index.php/rep Acesso em: 01 de set. 2023.

KOWALSKI, Isabel. Criatividade e educação estética na infância – breves pontos. **Cadernos de Educação de Infância**, n. 96, Mai/Ago 2012.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 544 p.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Lino de. **Tempos do ensinar, aprender e conhecer**. 30 Olhares para o Futuro (Escola da Vila - 30 anos). São Paulo, 2010, v. , p. 181-189. Disponível em: <https://cfvila.com.br/image/catalog/Publicacoes/vila%2030%20anos.pdf>. Acesso em: 08 de jun. 2024.

MAUDONNET, Janaina Vargas de Moraes. O Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) e seus efeitos nas políticas públicas. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 41, e224566, p. 1-15, 2020.

MAUDONNET, Janaina Vargas de Moraes. Os Fóruns de Educação Infantil e suas incidências nas políticas públicas: conquistas históricas e desafios em tempos de regressão de direitos. *In*: MONÇÃO, Maria Aparecida Guedes e BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro (Orgs.). **Políticas Públicas de Educação Infantil**: diálogos com o legado de Fúlvia Rosemberg. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021, p.95- 113.

MARINO, Eduardo. Uma experiência de formação de lideranças para o desenvolvimento da primeira infância. *In*: HADDAD, Ana Estela (Org.). **São Paulo Carinhosa**: o que grandes cidades e políticas intersetoriais podem fazer pela primeira infância. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 2016, p.450-462.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Planejando a próxima década**: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. MEC, SASE, 2014.

MOROSINI, Marília Costa. Qualidade e Pesquisa em Educação Superior: algumas tendências. *In*: BULIN, E. M. M. P.; BERBEL, N. A. N. (Orgs.). **Pesquisa em Educação: inquietações e desafios**. Londrina: UEL, 2012. 487– 412. 2014.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do Conhecimento**: teoria e prática. Curitiba: Editora CRV, 2021.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Pricila. O revisitar da Metodologia do Estado do Conhecimento para além de uma Revisão Bibliográfica. **Revista Panorâmica** – ISSN 2238-9210 - v. 33 – Maio/Ago. 2021.

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Revista em Educação**. Santa Maria, v.40, n.1, p.101-116, jan./abr. 2015.

MOROSINI, Marília Costa. NASCIMENTO, Lorena Machado do; NEZ, Egeslaine de. Estado de Conhecimento: a metodologia na prática. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 55, 2021.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014.

MONTESSORI, Maria. **A criança**. Editora: Círculo do livro (1 janeiro 1989).

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; DIDONET Vital. **Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica** – Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

OLIVEIRA, Daniel José Silva. **Governo aberto: análise de políticas públicas sob os princípios de transparência, participação e colaboração**. Minas Gerais, 2020. Tese. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMG_aff6592d0c4b53af1f81cca5f81af491. Acesso em: 14 de nov. 2022.

OLIVEIRA, Rosinda Martins; LENT, Roberto. O desenvolvimento da mente humana. In: LENT, Roberto; BUCHWEITZ, Augusto; MOTA, Mailce B. (Orgs). **Ciência para educação: uma ponte entre dois mundos**. São Paulo: Atheneu, 2018, p. 25-49.

OMEP. Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar. **A Criança Descobrendo, Interpretando e Agindo sobre o Mundo**. – Brasília: UNESCO, Banco Mundial, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 2005.136 p. – (Série Fundo do Milênio para a Primeira Infância Cadernos Pedagógicos; 2).

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Planejamento na educação infantil: mais que a atividade, a criança em foco. In: **Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios**. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 175-200.

PAVIANI, Jayme. **Ética da formação**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.

PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. **As crianças - contextos e identidades**. Portugal, Bezerra Editora, 1997.

QUADROS, Vanessa da Silva Rocha de; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. As aprendizagens cotidianas: os cuidados pessoais das crianças como gesto curricular. In: **Pedagogia do cotidiano na (e da) educação infantil**. Brasília, v.30, n.100. 2017.

QVORTRUP, Jens. Infância e política. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.141, p.777-792,

set./dez. 2010. Tradução: Fátima Murad. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000300006.
 Acesso em: 01 de set. 2023.

RESENDE, Otto Lara. **Vista cansada**. Texto publicado no jornal “Folha de S. Paulo”, edição de 23 de fevereiro de 1992. Disponível em:
<https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/7040/vista-cansada>. Acesso em: 07 de jun. 2024.

RESOLUÇÃO CNE nº 01, de 30 de maio de 2012. Caderno de Educação em Direitos Humanos. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais**. Disponível em
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 07 de jun. 2024.

ROCHA, Nathália Fernandes Egito; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. O que dizem sobre a BNCC? Produções sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no período de 2010 a 2015. **Espaço Currículo**, v. 9, n. 2, p. 215-236, maio/ago. 2016.

ROCHA, Eloísa Acires Candal. Criança e educação: Caminhos da pesquisa. *In*: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Orgs.). **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Portugal: Asa, 2004, p. 245-255.

ROSEMBERG, Fúlvia. Criança pequena e desigualdade social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo. 2006. Disponível em:
https://educacaoinfantil.ceert.org.br/pdf/artigos/CRIAN%C3%83%E2%80%A1A_PEQUENA_E_DESIGUALDADE_SOCIAL_NO_BRASIL_F%C3%83%C2%BAlvia_Rosemberg.pdf
 Acesso em: 01 set. 2023.

ROSEMBERG, Fúlvia. Crianças e adolescentes na sociedade brasileira e a constituição de 1988. *In*: OLIVEN, Ruben G.; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo M. (Orgs.) **A constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: ANPOCS-HUCITEC, 2008. p. 296-333.

ROSEMBERG, Fúlvia. Sísifo e a educação infantil brasileira. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 177–194, 2016. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643915>. Acesso em: 01 de set. 2023.

SACRISTÁN, José Gimeno. Tendências investigativas na formação de professores. *In*: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (org). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo, Cortez: 2012, p. 94 – 102.

SANTOS, Almir Paulo dos. Educação “pelas coisas”, princípio pedagógico no iluminismo de Rousseau. **Revista em Educação**. Porto Alegre, v. 39, n. esp. (supl.), s96-s105, dez. 2016. Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/21898/15426>. Acesso em: 21 maio 2023.

SANTOS, Almir Paulo dos. O (des)cumprimento dos planos municipais de educação com a gestão democrática. **Rev. Bras. Polít. Adm. Educ.**, v. 39, n. 01, e123864, 2023.

SARMENTO, Dirléia Fanfa; FOSSATTI, Paulo; GONÇALVES, Fernando Ribeiro. Formação de professores, saberes docentes e práticas educativas: a qualidade da educação infantil como centralidade. **Revista Portuguesa de Educação**, Universidade do Minho, v.25, n. 2, p.117-140, 2012.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia da Infância. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 361-378, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3PLsn8PhMzxZJzvdDC3gdKz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 07 set. 2023.

SARTORI, Jerônimo; PEREIRA, Thiago Ingrassia (Orgs.). A construção da pesquisa no mestrado profissional em educação. *In*: SARTORI, Jerônimo; PEREIRA, Thiago Ingrassia (orgs.). **A construção do conhecimento no mestrado profissional em educação**. Porto Alegre: Cirkula, 2019, p. 17-34.

SILVA, Ana Cláudia Oliveira da. **O planejamento municipal e as políticas de expansão e universalização da educação infantil na região metropolitana do Recife**. Pernambuco, 2018. Tese. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE_3edfff70b1f37ff54914cfe823076ad9. Acesso em: 14 nov. 2022.

SOUZA, Elvira Souza. A imaginação e a escola. **Cadernos do CEPAOS**. São Paulo, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/pc/Downloads/Elvira Souza Lima_A_IMAGINACAO_E_A_ESCOL.pdf. Acesso em: 02 jun. 2023.

SOUZA, Elvira Souza. Contribuições da neurociência para a concepção de currículo. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 321-335, jul./dez. 2015. Disponível em:file:///C:/Users/pc/Downloads/583-Texto%20do%20Artigo-1511-1889-10-20160317.pdf. Acesso em: 02 jun. 2023.

STRECK, Danilo Romeu. Euclides Redin, Jaime José Zitzoski (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed., rev. amp. 1. reimp. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 5. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.

TORRES, Elisa Mariana. **A educação infantil no Plano Nacional pela Primeira Infância**. São Paulo, 2021. Dissertação. UNICAMP Universidade Estadual de Campinas São Paulo. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/198cooSP_cQElu4CtcyvJXOgWBiT2Ya-y/view?usp=sharing Acesso em: 14 nov. 2022.

TIRIBA, Lea. **Desemparedamento da infância: a escola como um lugar de encontro com a natureza**. *In*: BARROS, Maria Isabel Amando de (Org.). 2. ed. Rio de Janeiro, 2018.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



Questionário Da Entrevista Semiestruturada

Me chamo Luana Leticia Reffiel Menta, sou mestranda em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Erechim. Possuo graduação em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná (2020). Especialização em Gestão Escolar pela Fahe (2020). Atuo no colegiado do Fórum Regional de Educação Infantil do Alto Uruguai Gaúcho (FREIAG). Faço parte do Grupo de Estudos: Saberes e Fazeres do Coordenador Pedagógico na Educação Básica, Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Educação e Estratificação Social - GEPIEES e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Democracia - GEPED promovidos pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS - Campus Erechim. Sou orientadora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Getúlio Vargas desde 2018 e Presidente do Conselho Municipal de Educação de Getúlio Vargas desde 2021.

Como aconteceu a organização e implantação do PMPI no seu município?

Quais os avanços para a agenda de políticas públicas no âmbito municipal?

Quais os desafios para a agenda de políticas públicas no âmbito municipal?

Como foi criado e constituído o comitê intersetorial?

Como foi elaborado o plano?

Qual a relação de cada setor com o plano? Como é o trabalho da intersetorialidade na construção e desenvolvimento do PMPI?

Quais os pontos fortes e fracos na estruturação do plano?

Quais as estratégias para qualificação do plano?

Quais as limitações que porventura surgiram durante ou após a implementação?

Quais os planos futuros para a execução e manutenção do plano?

Quais as contribuições do plano na aprendizagem das crianças?

Qual o impacto que um plano municipal da primeira infância pode causar na educação do município?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFFS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA, AVANÇOS E DESAFIOS NA
PRÁTICA SOCIAL

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa A Construção Social Pela Primeira Infância, seus avanços e desafios na agenda das Políticas Públicas no estado do Rio Grande do Sul. Desenvolvida por Luana Leticia Reffiel Menta, discente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação em Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Erechim/RS, sob orientação do Professor Dr. Almir Paulo dos Santos.

O objetivo central do estudo é: analisar o processo de implantação do PMPI, seus avanços e desafios na agenda das políticas públicas no Estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa justifica-se pensando na abordagem intersetorial, na integralidade da criança.

O convite para sua participação se deve à seu município ter implementado o PMPI, convidando o secretário municipal de educação e/ou saúde, para contribuir com subsídios para que outros municípios implementem o PMPI.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas, conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3. c e.

Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito por meio dos meios de contato explicitados neste Termo. Ao longo da pesquisa, na publicação dos resultados deve-se preservar o anonimato dos participantes.

A sua participação consistirá em responder uma entrevista semiestruturada à pesquisadora do projeto, fornecendo informações sobre os documentos referentes ao PMPI, conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3.a.

O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente 1 hora e o participante deve assinalar se concorda com a indicação de gravação de voz, após ter ciência e entendimento quanto aos riscos e benefícios que essa pesquisa poderá trazer e os métodos que serão usados para a coleta de dados; e por estar ciente da necessidade de gravação de voz, AUTORIZO, por meio deste termo, que a pesquisadora, Luana Leticia Reffiel Menta, Pesquisadora Responsável pela pesquisa capture em gravação de voz de minha pessoa (ajustar conforme dados do TCLE) para fins EXCLUSIVOS da referida pesquisa científica e com a condição de que esse material, na sua forma original, não seja divulgado.

Nessas condições, apenas o material derivado do original poderá, nos termos desta autorização, ser divulgado em meios científicos, tais como, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos em periódicos, congressos e simpósios ou outros eventos de caráter científico-tecnológico – no sentido de preservar o meu direito ao ANONIMATO e demais direitos, como definido na regulamentação ética da pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil. As gravações de voz ficarão sob a propriedade e a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa. Terão acesso aos arquivos a pesquisadora responsável e seu orientador.

Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso da pesquisadora citada em garantir-me que:

- 1) a transcrição da gravação de minha voz me seja disponibilizada, caso a solicite;
- 2) os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui tratada e outras publicações científicas dela decorrentes;
- 3) a minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação científica das informações geradas pela pesquisa;
- 4) a utilização das informações geradas pela pesquisa para qualquer outra finalidade não especificada no TCLE somente poderá ser feita mediante minha autorização;

- 5) os dados coletados serão armazenados por 5 (cinco) anos, sob a responsabilidade da pesquisadora responsável pela pesquisa; e, após esse período, serão destruídos;
- 6) a interrupção de minha participação na pesquisa poderá ser feita a qualquer momento, sem nenhum ônus, mediante mera comunicação à pesquisadora responsável, que, nesse caso, deverá providenciar a devolução (e adoção de medidas condizentes com essa situação) do material relacionado a esta autorização.

() Concordo com a gravação de voz

() Não concordo com a gravação de voz

Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item XI.2.f, as entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e seu orientador.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, físico ou digital, por um período de cinco anos.

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de expandir a proposta de implementação do PMPI em mais municípios do estado do Rio Grande do Sul, beneficiando assim, as crianças e a comunidade em geral, com a intersectorialidade dos setores públicos.

De acordo com a Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3 b), a participação na pesquisa poderá causar riscos como constrangimento durante a entrevista, risco social, desconforto, aborrecimento, interferência na rotina do participante, quebra de sigilo de informações, estresse, cansaço, quebra de anonimato, invasão de privacidade, medo, vergonha, alteração de comportamento, disponibilidade de tempo para responder ao instrumento, desconforto emocional relacionado a presença do pesquisador.

O benefício relacionado com a sua colaboração pode evitar e minimizar os riscos oferecidos com medidas adotadas como:

Informar a gestão municipal quanto a pesquisa;

Garantir o sigilo em relação às respostas dos secretários, garantindo o zelo pelo sigilo dos dados fornecidos e pela guarda adequada das informações coletadas;

Garantir uma abordagem cautelosa ao indivíduo considerando e respeitando seus valores, cultura e crenças;

Promoção de privacidade em ambiente tranquilo e seguro;

Informar que em casos de dados vazados, a gestão municipal será avisada e os dados não serão utilizados na pesquisa;

Garantir aos participantes a liberdade de se recusar a ingressar e participar do estudo, sem penalização alguma por parte da pesquisadora;

Oferecer ao participante, caso necessite, apoio emocional e psicológico, numa tentativa inicial realizada pela pesquisadora, caso seja preciso, a pesquisadora se compromete a colaborar com o participante a procurar um profissional especializado junto ao serviço público de saúde, bem como, estabelecer uma constante relação de acompanhamento, de profundo respeito e diálogo, não somente enquanto participante da pesquisa, mas também como pessoa humana presente no processo;

Garantir que os dados coletados serão armazenados em computador próprio, no qual somente a pesquisadora e o orientador terão acesso a essas informações;

Realizar a entrevista em um ambiente que proporcione privacidade durante a coleta de dados;

Garantir a não identificação nominal no arquivo, nem no banco de dados, a fim de garantir o seu anonimato, havendo a possibilidade de interromper o processo quando desejar, sem danos e prejuízos à pesquisa e a si próprio;

Garantir a retirada do seu consentimento prévio, ou simplesmente interrupção da entrevista e da observação participante, caso desista de participar da pesquisa;

Garantir que não haverá interferência dos pesquisadores nos procedimentos habituais do local de trabalho ou na vida do participante;

Garantir ao participante da pesquisa o direito de acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que serão abordados) antes de responder as perguntas e antes de participar da observação participante, para uma tomada de decisão informada;

A pesquisa vai ficar salvaguarda por 5 anos e que após será excluída se for digital. Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais, conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item XI.2 .h. Os participantes terão acesso ao e-book desenvolvido como Produto Final da pesquisa. Os resultados serão divulgados a partir da criação do e-book e disponibilizados de forma on-line para os participantes e aos municípios que se dispuseram a coleta de dados.

De acordo com a Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.3.f, caso concorde em participar, uma via do termo ficará em poder do participante e a outra será entregue à pesquisadora. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

CAAE: 77615623.5.0000.5564

Número do Parecer de aprovação no CEP/UFS: 6.840.868

Data de Aprovação: 22/05/2024

Getúlio Vargas, 24 de maio de 2024.

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Contato profissional com a pesquisadora responsável:

Tel: (54) 992262141

e-mail: luana.menta@smecd.pmgv.rs.gov.br

Endereço para correspondência Universidade Federal da Fronteira Sul/UFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 - Chapecó - Santa Catarina – Brasil)

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFS:

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745

E-Mail: cep.ufs@ufs.edu.br

http://www.ufs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2710&Itemid=1101&site=proppg

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil)

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante:

Assinatura: _____

APÊNDICE C– DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS



DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Com o objetivo de atender às exigências para obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, Mariana dos Santos Sauer, representante legal da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Alto Alegre/RS, envolvida no projeto de pesquisa intitulado: A CONSTRUÇÃO SOCIAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA, SEUS AVANÇOS E DESAFIOS NA AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e as demais legislações vigentes.

Documento assinado digitalmente
gov.br LUANA LETICIA REFFEL MENTA
Data: 19/02/2024 21:05:09 -0300
Verifique em <http://validar.it.gov.br>

Assinatura do Pesquisador Responsável

Mariana Sauer

Mariana dos Santos Sauer
SECRETÁRIA MUNICIPAL
ASSISTÊNCIA SOCIAL
ALTO ALEGRE - RS
CPF: 018.343.360-23

Assinatura e Carimbo do responsável da Instituição

APÊNDICE D– DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS



DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Com o objetivo de atender às exigências para obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, Angelita Elisabete Herrmann, representante legal da Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação, da cidade de Colinas/RS, envolvida no projeto de pesquisa intitulado: A CONSTRUÇÃO SOCIAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA, SEUS AVANÇOS E DESAFIOS NA AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e as demais legislações vigentes.

Documento assinado digitalmente
 gov.br LUMANA LETICIA REFFEL MENTA
 Data: 19/02/2024 21:05:09-0300
 Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANGELITA ELISABETE HERRMANN:58538941020
 1020

Assinado de forma digital por
 ANGELITA ELISABETE
 HERRMANN:58538941020
 Dados: 2024.02.06 07:52:49
 -03'00'

Assinatura e Carimbo do responsável da Instituição

APÊNDICE E – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A CONSTRUÇÃO SOCIAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA, SEUS AVANÇOS E DESAFIOS NA AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Pesquisador: Luana Leticia Reffel Menta

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 77615623.5.0000.5564

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.840.868

Apresentação do Projeto:

Trata-se da reapresentação do protocolo de pesquisa intitulado "A CONSTRUÇÃO SOCIAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA, SEUS AVANÇOS E DESAFIOS NA AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL", para o qual a pesquisadora responsável respondeu todas as pendências éticas indicadas no parecer número 6.795.914.

Transcrição do resumo

"O presente trabalho consiste no estudo da implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) em dois municípios do Rio Grande do Sul. Tem como objetivo analisar o processo de implantação do PMPI, seus avanços e desafios na agenda das políticas públicas no Estado do Rio Grande do Sul. Os objetivos específicos, os quais vão estruturar o caminhar da pesquisa, estão constituído em: construir um aporte teórico referente às políticas de implementação dos PMPI, gestão pública intersetorial municipal; identificar em quais municípios do Rio Grande do Sul o PMPI está implementado, evidenciando seus avanços e desafios para a agenda de políticas públicas no âmbito municipal; analisar os avanços e desafios da implementação do PMPI na agenda de políticas públicas no âmbito municipal; como Produto

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar

Bairro: Área Rural **CEP:** 89.815-899

UF: SC **Município:** CHAPECO

Telefone: (49)2049-3745

E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 6.840.868

Final implementar o PMPI e um e-book, disponibilizado de forma on-line, como indicativo para a construção social da criança. O Plano Municipal pela Primeira Infância é desenvolvido num processo democrático e participativo, com participação de diversas secretarias e órgãos públicos da administração municipal, poder legislativo, judiciário e sociedade civil. A pesquisa foi articulada, pensando na criança como sujeito integral, respeitando e incluindo -na no município como cidadão. Analisa o Marco Legal pela Primeira Infância, que recomenda a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, o qual tem como objetivo central abordar a articulação entre os setores da administração pública, construído de forma participativa e democrática. A metodologia utilizada envolve a pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas com os gestores da Secretaria Municipal de Educação e Saúde. O trabalho, posteriormente, será encaminhado ao Comitê de Ética, por meio da Plataforma Brasil, contendo documentos obrigatórios para construção da pesquisa. O estudo almeja contribuir para o debate sobre as políticas públicas acerca da primeira infância, a relevância do trabalho intersetorial para o desenvolvimento integral da criança, com foco na importância da implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância. Evidencia-se que a pesquisa possa trazer a criança como prioridade na agenda pública do município, fortalecendo a intersetorialidade, em benefício das infâncias."

Objetivo da Pesquisa:

Transcrição dos objetivos

"Objetivo Primário:

Analisar o processo de implantação do PMPI, seus avanços e desafios na agenda das políticas públicas no Estado do Rio Grande do Sul.

Objetivo Secundário:

Os objetivos secundários, são os quais vão estruturar o caminhar da pesquisa, estão constituídos no formato que segue:- Construir um aporte teórico referente às políticas de implementação dos PMPI, gestão pública intersetorial municipal;- Identificar em quais municípios do Rio Grande do Sul o PMPI está implementado, evidenciando seus avanços e desafios para a agenda de políticas públicas no âmbito municipal;- Analisar os

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural **CEP:** 89.815-899
UF: SC **Município:** CHAPECO
Telefone: (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 6.840.868

avanços e desafios da implementação do PMPI na agenda de políticas públicas no âmbito municipal;- Como Produto Final implementar o PMPI e um e-book, disponibilizado de forma on-line, como indicativo para a construção social da criança."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Transcrição dos Riscos e Benefícios

"Riscos:

A participação na pesquisa poderá causar riscos como constrangimento durante a entrevista, risco social, desconforto, aborrecimento, interferência na rotina do participante, quebra de sigilo de informações, estresse, cansaço, quebra de anonimato, invasão de privacidade, medo, vergonha, alteração de comportamento, disponibilidade de tempo para responder ao instrumento, desconforto emocional relacionado a presença do pesquisador. O benefício relacionado com a sua colaboração pode evitar e minimizar os riscos oferecidos com medidas adotadas como: Informar a gestão municipal quanto a pesquisa; Garantir o sigilo em relação as respostas dos secretários, garantindo o zelo pelo sigilo dos dados fornecidos e pela guarda adequada das informações coletadas; Garantir uma abordagem cautelosa ao indivíduo considerando e respeitando seus valores, cultura e crenças; promoção de privacidade em ambiente tranquilo e seguro; Informar que em casos de dados vazados, a gestão municipal será avisada e os dados não serão utilizados na pesquisa; Garantir aos participantes a liberdade de se recusar a ingressar e participar do estudo, sem penalização alguma por parte da pesquisadora; Oferecer ao participante, caso necessite, apoio emocional e psicológico, numa tentativa inicial realizada pela pesquisadora, caso seja preciso, a pesquisadora se compromete a colaborar com o participante a procurar um profissional especializado junto ao serviço público de saúde, bem como, estabelecer uma constante relação de acompanhamento, de profundo respeito e diálogo, não somente enquanto participante da pesquisa, mas também como pessoa humana presente no processo. Garantir que os dados coletados serão armazenados em computador próprio, no qual somente a pesquisadora e o orientador terão acesso a essas informações; Realizar a entrevista em um ambiente

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural **CEP:** 89.815-899
UF: SC **Município:** CHAPECO
Telefone: (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 6.840.868

que proporcione privacidade durante a coleta de dados; Garantir a não identificação nominal no arquivo, nem no banco de dados, a fim de garantir o seu anonimato, havendo a possibilidade de interromper o processo quando desejar, sem danos e prejuízos à pesquisa e a si próprio; Garantir a retirada do seu consentimento prévio, ou simplesmente interrupção da entrevista e da observação participante, caso desista de participar da pesquisa; Garantir que não haverá interferência dos pesquisadores nos procedimentos habituais do local de trabalho ou na vida do participante; Garantir ao participante da pesquisa o direito de acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que serão abordados) antes de responder as perguntas e antes de participar da observação participante, para uma tomada de decisão informada; Garantir aos participantes acesso ao e-book desenvolvido como Produto Final da pesquisa. A pesquisa vai ficar salva-guardada por 5 anos e que após será excluída se for digital.

Benefícios:

O principal benefício relacionado com a colaboração na pesquisa é, para a possibilidade as crianças e o município, trabalhar com a intersectorialidade tendo o Plano municipal pela Primeira Infância como um aliado na promoção de uma educação integral e de qualidade. Aplicação prática no município da pesquisadora, conhecimento da realidade local para desenvolvimento de ações. Repensar de práticas pedagógicas e desenvolvimento de novas habilidades; Desenvolvimento de material (e-book) para conscientização da população."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se da rerepresentação do protocolo de pesquisa intitulado "A CONSTRUÇÃO SOCIAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA, SEUS AVANÇOS E DESAFIOS NA AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL", para o qual a pesquisadora responsável respondeu todas as pendências éticas indicadas no parecer número 6.795.914.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora responsável anexou os documentos indicados a seguir:

- Carta de resposta às pendências
- TCLE
- Projeto detalhado

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural **CEP:** 89.815-899
UF: SC **Município:** CHAPECO
Telefone: (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 6.840.868

- Instrumento de coleta de dados

Recomendações:

- Detalhar as etapas da pesquisa no preenchimento do projeto na Plataforma Brasil.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências e/ou inadequações éticas, baseando-se nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, e demais normativas complementares. Logo, uma vez que foram procedidas pelo/a pesquisador/a responsável todas as correções apontadas pelo parecer consubstanciado, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul (CEP/UFFS) julga o protocolo de pesquisa adequado para, a partir da data deste novo parecer consubstanciado, agora de APROVAÇÃO, iniciar as etapas de coleta de dados e/ou qualquer outra que pressuponha contato com os/as participantes.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado (a) Pesquisador(a)

A partir desse momento o CEP passa a ser corresponsável, em termos éticos, do seu projeto de pesquisa e vide artigo X.3.9. da Resolução 466 de 12/12/2012.

Fique atento(a) para as suas obrigações junto a este CEP ao longo da realização da sua pesquisa. Tenha em mente a Resolução CNS 466 de 12/12/2012, a Norma Operacional CNS 001/2013 e o Capítulo III da Resolução CNS 251/1997. A página do CEP/UFFS apresenta alguns pontos no documento "Deveres do Pesquisador".

Lembre-se que:

1. No prazo máximo de 6 meses, a contar da emissão deste parecer consubstanciado, deverá ser enviado um relatório parcial a este CEP (via NOTIFICAÇÃO, na Plataforma Brasil) referindo em que fase do projeto a pesquisa se encontra. Veja modelo na página do CEP/UFFS. Um novo relatório parcial deverá ser enviado a cada 6 meses, até que seja enviado o relatório final.
2. Qualquer alteração que ocorra no decorrer da execução do seu projeto e que não tenha sido prevista deve ser imediatamente comunicada ao CEP por meio de EMENDA, na Plataforma Brasil. O não cumprimento desta determinação acarretará na suspensão ética do seu projeto.
3. Ao final da pesquisa deverá ser encaminhado o relatório final por meio de NOTIFICAÇÃO, na Plataforma Brasil. Deverá ser anexado comprovação de publicização dos resultados. Veja modelo na página do CEP/UFFS.

Em caso de dúvida:

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural **CEP:** 89.815-899
UF: SC **Município:** CHAPECÓ
Telefone: (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS**



Continuação do Parecer: 6.840.868

Contate o CEP/UFFS: (49) 2049-3745 (8:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00) ou cep.uffs@uffs.edu.br;
 Contate a Plataforma Brasil pelo telefone 136, opção 8 e opção 9, solicitando ao atendente suporte
 Plataforma Brasil das 08h às 20h, de segunda a sexta;
 Contate a central de suporte da Plataforma Brasil, clicando no ícone no canto superior direito da página
 eletrônica da Plataforma Brasil. O atendimento é online.
 Boa pesquisa!

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2236588.pdf	09/05/2024 16:04:06		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ajustado.pdf	09/05/2024 15:25:51	Luana Leticia Reffiel Menta	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Luana_dissertacao.pdf	09/05/2024 15:24:17	Luana Leticia Reffiel Menta	Aceito
Outros	Carta_com_ajustes.pdf	08/05/2024 15:47:34	Luana Leticia Reffiel Menta	Aceito
Outros	Coleta_de_dados.pdf	08/05/2024 15:43:41	Luana Leticia Reffiel Menta	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2236588.pdf	03/05/2024 15:04:49		Aceito
Outros	Cartapendenciasalterado.pdf	03/05/2024 15:01:45	Luana Leticia Reffiel Menta	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Luana_dissertacao.pdf	03/05/2024 13:35:01	Luana Leticia Reffiel Menta	Aceito
Outros	Carta_Pendencias.pdf	13/04/2024 14:03:01	Luana Leticia Reffiel Menta	Aceito
Outros	TCLEmodificado.pdf	13/04/2024 14:02:03	Luana Leticia Reffiel Menta	Aceito
Outros	comprovante_secretaria_colinas.pdf	13/03/2024 15:20:55	CLAUDIA DALLAGNOL	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_LuanaM.pdf	20/02/2024 14:54:20	Luana Leticia Reffiel Menta	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_LU.pdf	20/02/2024 12:11:13	Luana Leticia Reffiel Menta	Aceito

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural **CEP:** 89.815-899
UF: SC **Município:** CHAPECÓ
Telefone: (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 6.840.868

Declaração de concordância	COLINAS_DECLARACAO_LU.pdf	19/02/2024 21:11:18	Luana Leticia Reffiel Menta	Aceito
Outros	ALTO_ALEGRE_DECLARACAO_LU.pdf	19/02/2024 21:10:18	Luana Leticia Reffiel Menta	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_LUANAM.pdf	19/02/2024 21:09:48	Luana Leticia Reffiel Menta	Aceito
Outros	Coleta_dados.pdf	17/01/2024 19:13:05	Luana Leticia Reffiel Menta	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	LuanaM.pdf	26/11/2023 19:16:40	Luana Leticia Reffiel Menta	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CHAPECO, 22 de Maio de 2024

Assinado por:
Renata dos Santos Rabello
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural **CEP:** 89.815-899
UF: SC **Município:** CHAPECO
Telefone: (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br

APÊNDICE F - PRODUTO FINAL: E-BOOK

Luana Leticia Reffiel Menta
Almir Paulo dos Santos



PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA: AVANÇOS E DESAFIOS NA PRÁTICA SOCIAL



 UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL

 PPGPE
Pós-graduação em Educação

**Produto Final da dissertação de
Mestrado do Programa de Pós
Graduação
Profissional em Educação (PPGPE)
da Universidade Federal da
Fronteira Sul
(UFFS) campus Erechim/RS.**

**PLANO MUNICIPAL PELA
PRIMEIRA INFÂNCIA:
AVANÇOS E DESAFIOS NA
PRÁTICA SOCIAL**

**Pesquisadora Prof^ª. Ms Luana Leticia Reffiel Menta
Orientador Prof^º. Dr. Almir Paulo dos Santos**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - CAMPUS ERECHIM/RS
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

Produto de Pesquisa

EXPEDIENTE

Diretor da UFFS Campus Erechim/RS

Luís Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Acadêmica da UFFS

Cherlei Marcia Coan

**Coordenador do Programa de Pós-Graduação Profissional em
Educação (PPGPE)**

Almir Paulo dos Santos

Professor Orientador da Pesquisa

Almir Paulo dos Santos

Pesquisadora Principal

Luana Leticia Reffiel Menta

Apoio para a pesquisa

Secretaria Municipal de Educação e Saúde, Alto Alegre/RS

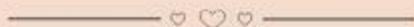
Secretaria Municipal de Educação e Saúde, Colinas/RS

Corpo docente do Programa de Pós-Graduação Profissional em

Educação (PPGPE), UFFS Campus Erechim /RS

ERECHIM/RS 2024

FICHA CATALOGRÁFICA



Sumário

1. Considerações iniciais
2. Percurso da Primeira Infância:
vivências e experiências
3. Políticas Educacionais pela Primeira
Infância: avanços e desafios
4. Estado do Conhecimento: construção
social da primeira infância
5. Caminhos metodológicos
6. Estrutura do PMPI: contribuição da
intersectorialidade municipal no
desenvolvimento da criança
7. Impactos e resultados do PMPI: uma
análise de dados nos municípios do RS
8. Considerações Finais
9. Referências

PLANO MUNICIPAL
pela
Primeira Infância



Considerações iniciais



O início deste documento se deu a partir da elaboração da dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação Profissional em Educação (PPGPE) da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim/RS, realizada pela mestranda Luana Leticia Reffiel Menta, sob orientação do Prof. Dr. Almir Paulo dos Santos.

A pesquisa “Plano Municipal pela Primeira Infância, avanços e desafios na prática social” teve como principal objetivo analisar o processo de implantação do PMPI, seus avanços e desafios na agenda das políticas públicas no Estado do Rio Grande do Sul.

Diante dos dados construídos no decorrer da pesquisa, foi possível criar indicativos de experiências democráticas e como elas podem estar presentes nas agendas das políticas públicas, de como a intersetorialidade pode contribuir para os direitos da primeira infância, formando, assim, o Produto Final desta investigação.

“a Política Nacional Integrada para a primeira infância será formulada e implementada mediante abordagem e coordenação intersetorial que articule as diversas políticas setoriais a partir de uma visão abrangente de todos os direitos da criança na primeira infância” (Brasil, 2016, p. 2).

Percurso da Primeira Infância: vivências e experiências



Qual a importância de um Plano Municipal pela Primeira Infância?

O PMPI é um instrumento de gestão para a implementação de políticas públicas, apto a consolidar o sistema de garantia dos direitos das crianças, previstos na Constituição Federal - CF (1988) e o Marco Legal da Primeira Infância - MLPI (2016), necessita de um diagnóstico da situação de vida, progresso e aprendizagem das crianças. Além disso, de ações intersetoriais do município, para defender que os direitos das crianças sejam, integralmente, atendidos, e propósitos que permitam avaliar as políticas planejadas.

O Plano Municipal pela Primeira Infância é: “um instrumento político e técnico, construído em um processo democrático e participativo, com participação das diferentes secretarias e órgãos públicos da administração municipal, poder legislativo, judiciário e sociedade civil, e que contemple a escuta e participação das crianças – sujeito de direito a quem se destina o PMPI” (RNPI, 2022).

Percurso da Primeira Infância: vivências e experiências

Valorizar as atitudes e percepções da criança é dar a ela a oportunidade para se conhecer, respeitar seu ritmo, sua individualidade e estimular a sua criatividade. A criança aprende com o exemplo, com a vivência; se ela for respeitada vai aprender a respeitar. “O argumento principal da infância é respeitar a criança como criança, pois considerava que essa etapa da vida humana possuía especificidades próprias e precisava ser estudada e respeitada com cuidado” (Santos, 2016, p. 97).

Dessa maneira, a primeira infância vai conquistando espaço, não só nas leis que orientam e investem nas ações, mas, também, no desenvolvimento da criança, desta etapa vital de sua vida. De acordo com o documento da Rede Nacional da Primeira Infância, elaborado para guiar a construção do PMPI, a atenção integral à criança vem conquistando importância tanto econômica quanto política, com a conscientização social sobre conceber a criança como um cidadão, sujeito de direitos. Assim, amplia-se o conhecimento científico acerca dos fatores de aprendizagem e desenvolvimento, nos primeiros anos de vida.

Quando pensamos na primeira infância, o que vem na nossa mente? Quais memórias e lembranças afetivas rememoramos? Os estímulos, as vivências, os aprendizados que nos tornam seres humanos integrais dependem da Primeira Infância.

Políticas Educacionais pela Primeira Infância: avanços e desafios

Pensando na realidade que vivenciamos, nas escolas, é necessário um planejamento para a Primeira Infância que trabalhe de forma intersetorial.

No artigo 4º da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a Primeira Infância, em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano, a legislação aborda a participação e o protagonismo que a criança deve ter na construção social.

II - Incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento;

III - respeitar a individualidade e os ritmos de desenvolvimento das crianças e valorizar a diversidade da infância brasileira, assim como as diferenças entre as crianças em seus contextos sociais e culturais.



Políticas Educacionais pela Primeira Infância: avanços e desafios

No artigo 6º, que trata da “Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, menciona-se que será formulada e implementada mediante abordagem e coordenação intersetorial que articule as diversas políticas setoriais a partir de uma visão abrangente de todos os direitos da criança na primeira infância” (Brasil, 2016, p.02).

E por que investir na infância? Por que realizar um Plano Municipal pela Primeira Infância? Vamos refletir sobre o que uma infância crítica, autônoma, pensante, com oportunidades de se expressar pode resultar a qualidade no seu desenvolvimento e para a sociedade.



Estado do Conhecimento: construção social da primeira infância



O Estado do Conhecimento possibilita uma dimensão mais abrangente de como abordar a temática escolhida, assim como refletir com as produções científicas investigadas.

Referente ao Estado do Conhecimento, evidenciamos que os trabalhos analisados demonstram que as pesquisas apontam a relevância da aprendizagem da criança desde o nascimento. Além disso, identificam a contradição no processo de implementação das políticas públicas e a descontinuidade das ações propostas pelos governos. No entanto, também destacam as conquistas alcançadas, como a inclusão da Primeira Infância nas legislações e programas voltados para essa fase crucial, que é a etapa inicial da vida das crianças.



Caminhos metodológicos

—♡♡♡—

[...] a construção de uma produção científica está relacionada não só à pessoa/pesquisador que a produz, mas às influências da instituição na qual está inserida, do país em que vive e de suas relações com a perspectiva global. Em outras palavras, a produção está inserida no campo científico e, em suas regras constitutivas (Morosini, 2015, p.2).

Os caminhos metodológicos percorridos foram:

- Pesquisa Bibliográfica
- Pesquisa de Estado do Conhecimento
- Pesquisa de Campo
- Análise de dados
- Comitê de Ética
- Produto Final



Estrutura do PMPI: contribuição da intersectorialidade municipal no desenvolvimento da criança

O primeiro passo para estruturar o Plano Municipal pela Primeira Infância é o município priorizar a infância, conhecer os obstáculos e traçar objetivos, condizentes com a realidade de suas crianças e famílias.

É um plano que necessita de aporte de toda sociedade e que, como segundo passo, traz a composição do Comitê Intersetorial, em que cada setor deve fazer um diagnóstico de como está o atendimento às crianças, para, em seguida, elaborar o plano. Após, deve ser feito o envio do PMPI para aprovação do COMDICA e, com o Plano aprovado, o envio para a Câmara Municipal, com objetivo de tornar Projeto de Lei e, no decorrer, a divulgação e a sua execução.

Por serem pessoas de diversos órgãos, com conhecimentos e vivências bem diversos, pode haver alguma dificuldade no início, mas, com o passar do tempo, essa diversidade se revela enriquecedora. O trabalho intersectorial amplia a visão de cada um, traz conhecimentos e experiências de colegas que atuam em outros setores. São colegas que exercem a profissão em diferentes aspectos da mesma realidade, o que torna o trabalho uma interessante aula de criação coletiva (Brasil, 2017, p.31).

Impactos e resultados do PMPI: uma análise de dados nos municípios do RS



Os impactos da pesquisa, relativos ao PMPI, possibilitaram pensar na educação e no respeito à criança, oferecendo acesso a creches e pré-escolas de qualidade, promovendo o desenvolvimento cognitivo, social e emocional, desde cedo. Além disso, aprimorar o acesso a serviços de saúde e assistência social, reforçando os direitos das crianças, ao criar ambientes seguros, acolhedores e participativos, o que envolve as famílias e os atores sociais desse processo.

Somado a tudo isso, os resultados podem ser observados, tais como a implementação de programas de formação para educadores e segmentos envolvidos no plano, ampliação de espaços de referência para crianças de todas as idades, aumento da participação das famílias em atividades educativas e comunitárias, fortalecendo os laços familiares e o apoio social.

Indicadores para implementação do PMPI



Realizar estudos e elaborar propostas com o intuito de qualificar e ampliar ações das políticas públicas voltadas para crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade.

Instituir o Comitê Intersetorial de Políticas pela Primeira Infância, por Portaria Municipal.

Sugestão de segmentos para compor o Comitê Intersetorial:

- Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
- Representantes da Secretaria de Saúde e Assistência Social
- Representantes do Centro de Referência de Assistência Social
- Representantes dos Professores Municipais
- Representantes do Conselho Tutelar
- Representantes do Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA)
- Representantes da comunidade escolar, sociedade civil

Indicadores para implementação do PMPI



A composição do Comitê Intersetorial, em que cada setor deve fazer um diagnóstico de como está o atendimento às crianças para, em seguida, elaborar o plano.

Elaboração do diagnóstico

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

- Indicadores gerais do município
- Primeira Infância e Assistência Social
- Primeira Infância e eventual situação de risco e vulnerabilidade social
- Atendimentos do Conselho Tutelar e registros de violação de Direitos
- Primeira Infância e Saúde
- Primeira Infância e Educação

Indicadores para implementação do PMPI



Redação do PMPI

Aprovação do PMPI no âmbito do Poder Executivo e da sociedade civil

Aprovação do PMPI pelo Poder Legislativo



Lei que aprova o plano

Publicação do PMPI

Plano de Ação para por em prática o PMPI

Indicadores para implementação do PMPI



A importância na elaboração do plano:

Escuta e olhar sensível para e com as crianças

Contribuições da intersetorialidade

Indicativos e experiências destacadas no planejamento, pensando nas infâncias

Protagonismo da criança



Indicadores para implementação do PMPI



Recursos financeiros:

- A primeira infância definida como prioridade no PPA e que o PMPI seja mencionado como a expressão concreta dessa prioridade;
- A LDO especifique as metas e prioridades da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância para o exercício financeiro subsequente, de acordo com o PMPI, já definido como prioridade no PPA;
- A LOA assegurar os recursos para as ações previstas no PMPI.



Divulgação do PMPI



Monitoramento e Avaliação

O artigo 11 do Marco Legal da Primeira Infância diz que o “monitoramento, a coleta sistemática de dados, a avaliação periódica dos elementos que constituem a oferta dos serviços à criança e a divulgação de seus resultados” são componentes necessários das políticas públicas pela primeira infância.

- Assegure os recursos
- Conte para todo o município
- Reunião mensal do Comitê Intersetorial
- Planejamento anual

O PMPI contem ações a serem executadas a curto, médio e longo prazo, num período de dez anos



CONSIDERAÇÕES FINAIS



Percebeu-se ao longo da pesquisa que as políticas públicas para a Primeira Infância para desenvolverem experiências democráticas necessitam mais de recursos humanos do que recursos financeiros.

Ou seja, para que o desenvolvimento integral da criança aconteça, com a formação do comitê intersetorial, por serem pessoas de diversos órgãos, com conhecimentos e vivências bem diversos, pode haver alguma dificuldade no início, mas, com o passar do tempo, essa diversidade se revela enriquecedora. O trabalho intersetorial amplia a visão de cada um, traz conhecimentos e experiências de colegas que atuam em outros setores. São colegas que exercem a profissão em diferentes aspectos da mesma realidade, o que torna o trabalho uma interessante aula de criação coletiva (Brasil, 2017, p.31).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, 05 de out. de 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.** Brasília, DF.

BRASIL. **Rede Nacional da Primeira Infância. Guia Plano Municipal pela Primeira Infância.** Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. **Plano Nacional Primeira Infância.** Brasília, DF. 2020

BRASIL. **Rede Nacional da Primeira Infância. Plano Municipal pela Primeira Infância.** Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/pmpi/>. Acesso em: 07 out. 2022.

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Revista em Educação.** Santa Maria, v.40, n.1, p.101-116, jan./abr. 2015.

SANTOS, Almir Paulo dos. Educação “pelas coisas”, princípio pedagógico no iluminismo de Rousseau. **Revista em Educação.** Porto Alegre, v. 39, n. esp. (supl.), s96-s105, dez. 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/21898/15426>. Acesso em: 21 de maio 2023.

Tornou-se lugar comum afirmar que as crianças são o futuro da nação e que a forma mais inteligente de promover o desenvolvimento de um país é investir na primeira infância, protegendo e desenvolvendo o potencial das crianças nos primeiros anos de vida. Defende-se a mesma ideia de forma inversa: o país que não cuida de suas crianças não terá um futuro melhor do que o presente. Se essas afirmações fazem parte do discurso corrente, é porque as constatações das pesquisas e dos estudos acadêmicos foram absorvidas pelos políticos, pelos gestores, pelos profissionais da primeira infância e por grande parte da população. Já não há mais dúvida de que investir na infância, garantindo a todas as crianças condições dignas de vida e equidade social, gera ganhos sociais e econômicos superiores aos produzidos por quaisquer outros investimentos, além de sedimentar as bases de uma sociedade democrática (Brasil, 2020, p.12).

